

PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL

DE BARRA ALEGRE - BOM JARDIM - RJ

MEMÓRIA FLUMINENSE - INVENTÁRIOS DO ACERVO CULTURAL
EDIÇÃO 2011

REALIZAÇÃO:

INSTITUTO DE
IMAGEM
E CIDADANIA



APOIO:

Associação de Moradores,
Produtores Rurais e Artesãos
de Barra Alegre

PATROCÍNIO:



SECRETARIA
DE CULTURA



SOMANDO FORÇAS



PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL

DE BARRA ALEGRE - BOM JARDIM - RJ

REALIZAÇÃO:



APOIO:

**Associação de Moradores,
Produtores Rurais e Artesãos
de Barra Alegre**

PATROCÍNIO:



**SECRETARIA
DE CULTURA**



**MEMÓRIA FLUMINENSE - INVENTÁRIOS DO ACERVO CULTURAL
EDIÇÃO 2011**

ISBN: 978-85-65360-01-2

Este projeto foi viabilizado com os recursos do Edital de Chamada Pública 023/ 2011
- MEMÓRIA FLUMINENSE – Inventários do acervo cultural – Edição 2011/ INEPAC /
Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

Botelho, Marjorie de Almeida e Paolino, Claudio Marcio (organizadores) - Inventário do Patrimônio Cultural Rural de Barra Alegre – Bom Jardim – RJ, 2012

1. Patrimônio Cultural - Proteção 2. Patrimônio Cultural Rural- Inventário – Distrito de Barra Alegre/Município de Bom Jardim (RJ) 3. Projeto Memória e Patrimônio, Produção de Projetos de Pesquisas, Estudos e Documentos de Inventariação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC/Secretaria de Estado de Cultura 4. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

Claudio Paolino e Marjorie Botelho

FOTOGRAFIA

Claudio Paolino, Flávia Fafiães, Maira Norton, e Juliano Palm.

PESQUISADORES

Andrea Rausch, Claudio Paolino, Juliano Palm e Marjorie Botelho.

ASSISTENTE DE PESQUISA E PRODUÇÃO

Euzebio Tardin, Mayra Muniz, João Ricardo Assis, Maíra Brêtas e Miguel Paolino.

REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS

Amanda Azevedo e Henrique Dias

REVISÃO

Andrea Rausch

PROJETO GRÁFICO

Márcio Miranda

CAPA: Vista do Vale do Córrego de Santo Antonio

Foto: Claudio Paolino

INSTITUTO DE IMAGEM E CIDADANIA RIO DE JANEIRO

Sítio Córrego de Santo Antonio, s/n - Distrito de Barra Alegre - Bom Jardim – Rio de Janeiro

Cep: 28.660-000 / Cel.: (22) 99929-1322

e-mail: sobradocultural@gmail.com

site: www.imagemcidadania.blogspot.com

facebook e fanpage: Ponto de Cultura Rural

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GOVERNADOR

Sérgio Cabral

VICE-GOVERNADOR

Luiz Fernando Pezão

SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA

Adriana Scorzelli Rattes

SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Olga Campista

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Mario Cunha

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

DIRETOR-GERAL

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

DEPARTAMENTO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS

Rafael Azevedo Fontenelle Gomes

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

Denise de Souza Mendes

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Luciane Barbosa de Souza

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Sérgio Linhares Miguel de Souza

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Bom Jardim é um encanto,
Encanto de flores mil,
aprazível recanto,
Do meu querido Brasil.

Boa terra, nobre gente,
Orgulho da natureza,
Quem alegria não sente
Vendo aqui tanta beleza.

Olha as matas que verdura!
Olha o céu que esplendor!
Tudo aqui é formosura,
Carinho, bondade e amor.

Boa terra, nobre gente,
Orgulho da natureza,
Quem alegria não sente
Vendo aqui tanta beleza.

Bom Jardim, dileto amigo.
Do poeta a inspiração.
Alegre, deixo contigo,
Meu humilde coração.

Boa terra, nobre gente,
Orgulho da natureza,
Quem alegria não sente
Vendo aqui tanta beleza.

**Música: Maria Ica de Carvalho
e José Antônio de Carvalho**



DEDICATÓRIA

Dedicamos o livro Patrimônio Cultural de Barra Alegre aos moradores de áreas rurais do nosso país, em especial, aos moradores do Distrito de Barra Alegre no Município de Bom Jardim, interior do Estado do Rio de Janeiro que vem de geração em geração, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural presente em nosso Distrito.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Estadual Patrimônio Cultural pela parceria para a realização desta pesquisa que possibilitou identificar patrimônios culturais que se constitui como parte da identidade cultural dos moradores do Distrito de Barra Alegre no Município de Bom Jardim.

Aos moradores que compartilharam sobre a história de suas famílias, que nos mostraram suas fazendas e que permitiram a publicização das informações que disponibilizaremos nesta edição. Aos profissionais que estiveram envolvidos nesta aventura de desvendar a riqueza da nossa história através de registros fotográficos e de pesquisas.



ÍNDICE

Apresentação	13
--------------	----

Patrimônio Cultural Rural de Barra Alegre como fonte de inspiração para o Ecomuseu Rural: compartilhando emoções, vidas e sonhos!	15
---	----

Inventarium: Instrumento de proteção cultural	19
---	----

Patrimônio e construção do conhecimento	26
---	----

O papel e o lugar do rural nas dinâmicas de territorialização do município de Bom Jardim – distrito de Barra Alegre – RJ	33
--	----

Barra Alegre e Pedra Aguda: Patrimônio Natural	57
--	----

FICHAS

Fazenda São Marcos	79
--------------------	----

Fazenda Jorge Tardin	124
----------------------	-----

Fazenda Albino Francisco Maciel	182
---------------------------------	-----

Sítio Boa Vista	222
-----------------	-----

Sítio da Família Carrielo	277
---------------------------	-----



APRESENTAÇÃO

A publicação do estudo catalográfico, **“Patrimônio Cultural Rural de Barra Alegre - Bom Jardim – RJ”** de autoria de Marjorie de Almeida Botelho e Claudio Marcio Paolino é uma obra singular que amplia o campo do Patrimônio Cultural Fluminense, focando no universo rural do município de Bom Jardim.

Buscando descrever o papel e o lugar do rural nas dinâmicas de territorialização do distrito de Barra Alegre no município de Bom Jardim, RJ, os autores exploraram a formação histórica do referido distrito, com ênfase na colonização daquela região por migrantes internos oriundos das terras das Minas Gerais exploradas pela obsessão provocada pelo ouro, que trouxe grande riqueza para alguns e imensas desgraças para outros. Esta fase marca o fim do século XVIII e início do XIX. Mas as ricas terras atraíram também famílias que abandonavam as terras do recôncavo da Guanabara, em buscas de terras mais férteis para a plantação de café, então decadente na região do em torno da baía de Guanabara, na primeira metade do século XIX. A segunda metade do século XIX marca a chegada de imigrantes suíços e alemães ao território que pertencia à Nova Friburgo. No início do século XX foi à vez da chegada dos italianos. Este caldeirão étnico cultural ainda era complementado pelos africanos e seus descendentes, mantidos como escravos até 1888.

É nesse cenário que os autores procuram desenvolver a história do município de Bom Jardim, a fim de demonstrar que o distrito de Barra Alegre fugiu um pouco do contexto traumático sofrido pelas áreas agrícolas no pós- abolição, fim do século XIX e início do XX. Segundo os autores, é neste ambiente, “que se observa no Distrito de Barra Alegre, a emergência de iniciativas que visam contribuir com este movimento de redefinição da concepção acerca do rural e de sua re-valorização, concebidas como sendo de crucial importância na construção de uma sociedade mais equitativa e menos excludente”. Visam com isto contribuir para a construção de uma percepção valorativa deste espaço e de seus atores. O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) investiu na publicação dessa obra por considerar a pesquisa um aprofundamento do trabalho iniciado com o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, enquadrando-se perfeitamente na política de preservação, não só dos bens culturais materiais, mas também na preservação da memória fluminense.

O trabalho de pesquisa "**Patrimônio Cultural Rural de Barra Alegre - Bom Jardim - RJ**" foi produzido com os recursos de Seleção Pública de Projetos para apoio financeiro na área de Memória e Patrimônio por meio da Chamada Pública nº 023/2011-MEMÓRIA FLUMINENSE – Inventários do acervo cultural – Edição 2011, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) da Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Diretor-Geral do INEPAC



PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL DE BARRA ALEGRE COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO PARA O ECOMUSEU RURAL: COMPARTILHANDO EMOÇÕES, VIDAS E SONHOS!

Museu integral, museu inclusivo, museu de vizinhança, museu social, museu comunitário, ecomuseu, museu de favela, processo museal... Tantas quantas forem suas denominações, mais rica será a diversidade de atuação do campo museológico. Desde que as práticas de museologia passaram a se comprometer com as questões sociais e a se engajar nas mobilizações, em uma perspectiva comunitária, não param de surgir e de gerar produtos, resultados, discursos e questionamentos.

Tais práticas nos permitem observar que os museus se reinventam e o fazem a despeito das falsas questões e das dúvidas sobre sua pertinência. Vivem, sejam eles de qualquer tipologia, das inquietudes e das vicissitudes e dos cenários de nossa realidade social contemporânea.

Neste contexto, podemos inserir o Instituto de Imagem e Cidadania, que desenvolve diversas ações voltadas para contribuir com o desenvolvimento local. Situado no Sobrado Cultural Rural – no vilarejo de Santo Antonio, comunidade rural do Município de Bom Jardim, interior do Estado do Rio de Janeiro e divisa com Nova Friburgo – seus trabalhos contribuem com a garantia do direito à cultura, tanto pelo seu acesso, quanto pela sua produção e fruição. Ao longo de mais de dez anos tem experimentado iniciativas que primam pela criação de oportunidades para o encontro entre gerações, desdobrando os potenciais da memória.

Hoje, com iniciativas reconhecidas pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura, Ponto de Memória e Biblioteca de Artes Visuais, alcançou maturidade suficiente para assumir o desafio de desenvolver seu potencial como Ecomuseu Rural. Para isso conta com o apoio da Secretária de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que abriu edital visando o desenvolvimento institucional de museus.

O Instituto de Imagem e Cidadania, atualmente, passa por um período de intensificação de seu processo de amadurecimento e ampliação de vocações. Partindo para trabalhos que, além de valorizar as expressões culturais do território rural, também dedicam tempo e energia para o desenvolvimento de estratégias de salvaguarda e de proteção aos patrimônios que compõem a diversidade cultural e simbólica de Bom Jardim dando um salto rumo à concretização de objetivos mais audaciosos.

Assim o Inventário Patrimônio Cultural Rural de Barra Alegre patrocinado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é fruto deste amadurecimento e demonstra como pode contribuir com a proteção

dos modos de vida, saberes e fazeres da comunidade rural. Respeitando os movimentos culturais e seu dinamismo, o inventário contribui com o reconhecimento e proporciona espaço propício para a geração de iniciativas a favor da discussão e da reflexão sobre este patrimônio constitutivo da realidade local, percebendo este mesmo patrimônio como parte da vida das pessoas, sejam elas moradores ou visitantes. Assim começamos a perceber o surgimento do ecomuseu rural, com bases sólidas de desenvolvimento local, pautado em estudos, trabalhos de catalogação, valorização cultural do território e desejo de preservação das belezas e criações da natureza.

O Sobrado Cultural Rural experimenta uma vocação para ecomuseu na medida em que, de forma criativa, atua com princípios que geram desenvolvimento local a partir dos vínculos com a memória, o patrimônio e a integridade física e simbólica do território.

Assim, importa saber que, atualmente, o crescimento dos museus comunitários e ecomuseus, assim como dos movimentos em prol da museologia social, são incentivados por discursos e práticas institucionais aliados a atuação de profissionais engajados em contribuir com a difusão de experiências. Isso representa um universo significativo de processos em desenvolvimento, que necessitam de inspirações capazes de promover o debate e o aprofundamento de questões.

Os museus são meios e não fins. Este entendimento contribui para a noção de que os museus podem e devem ser utilizados para: a confrontação de interesses; a discussão de aspectos relevantes para parcelas da sociedade; a discussão de temas que despertem a curiosidade; a apresentação de pontos de vista; a defesa do direito e para a compreensão das diversas realidades que compartilhamos. Como foi dito, os museus não são um fim em si mesmo; são meios, são pretextos, e podem contribuir com os movimentos sociais e suas diferentes frentes de luta. (CHAGAS, 2010 p. 37)*

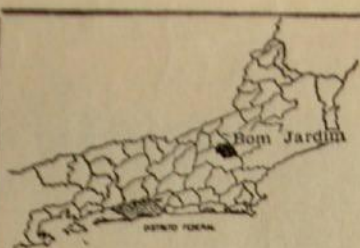
*CHAGAS, Mario de Souza. Educação em museus: balanços e perspectivas. Anais do I Encontro Nacional da Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. (Coleção FCRB Aconteceu; 10).

Por meio das ações de catalogar, difundir e refletir sobre os bens materiais do território de Bom Jardim, este inventário contribuirá certamente para que as expressões históricas e artísticas mapeadas possam reverberar os modos de vida de quem vive no campo.

O Ecomuseu Rural é uma iniciativa que está além dos discursos de valorização e preservação de patrimônios. Está a serviço das transformações e das mudanças estruturais nas relações sociais entre as comunidades, por meio do trato com o patrimônio e a memória social. E o faz com competência, seriedade e zelo. Premiados e considerados por organismos das esferas federais, municipais e estaduais, também desfruta da consideração que brota dos grupos pertencentes à comunidade rural, principal beneficiada com os avanços e amadurecimentos. Vida longa ao Ecomuseu Rural e à prática de inventariar vidas e sonhos, compartilhando emoções e criações por meio dos patrimônios!

Marcelle Pereira

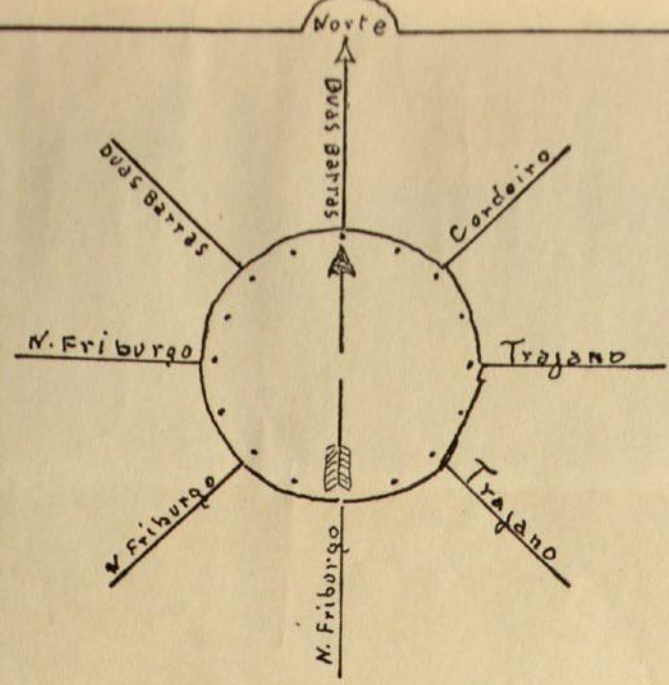
Doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/ULHT em Lisboa Portugal; Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio pela Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO/PPG–PMUS e graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Atualmente é Professora de Museologia da Universidade Federal de Rondônia/UNIR e Diretora de Cultura e Extensão vinculada a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão também da Universidade Federal de Rondônia.



MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

Escala: 100.000

Manoel Erthal 1957



LEGENDA

- ⊙ Sede Municipal
- Sede distrital
- Povoado
- Fazendas e sítios
- E. F. Leopoldina
- ~ Estrada automática
- ~ Rios
- - - Limite intermunicipal
- Limite distrital
- ⊞ Cemitério



INVENTARIUM: INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO CULTURAL

Quando falamos a palavra inventário associamos imediatamente à relação dos bens deixados por alguém que morreu ou por uma ação de pôr em inventário esses bens, para sua posterior partilha entre os herdeiros e sucessores do(a) falecido(a). Ainda pensamos naquelas listas discriminadas de mercadorias, bens e etc ou em levantamentos do ativo e do passivo de empresas. Enfim, inventário, vem do latim *inventarium*, e realmente possuiu todos esses significados, além de ser um instrumento de proteção do patrimônio cultural previsto no art. 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988, bem como o tombamento e o registro. O inventário é utilizado para proteger bens culturais mais singelos e podem guardar elementos identitários de uma determinada época, comunidade ou lugar, enquanto o tombamento, normalmente salvaguarda bens considerados notáveis.

A elaboração do inventário "Patrimônio Cultural de Barra Alegre" integra o conjunto de ações de valorização e preservação do patrimônio presente nos territórios rurais realizados pelo Instituto de Imagem e Cidadania, organização responsável pela gestão do Sobrado Cultural Rural, ponto de cultura rural do Distrito de Barra Alegre, que realiza ações de fomento a leitura e as artes em geral para a população do campo e de preservação do patrimônio cultural presente nas comunidades rurais.

Entre as ações realizadas destacamos os documentários "Saberes e Tradições Rurais" que reúne seis histórias de vida de moradores do campo, "Folia da Bandeira do Divino Espírito Santo" que registra a história da folia de Barra Alegre e o "Rezas e Ervas" com erveiros e rezadeiras de Lumiar em Nova Friburgo; as oficinas de fotografia e vídeo, envolvendo um processo reconhecido pela UNESCO como "alfabetização do olhar" que fomenta a leitura visual e a educação patrimonial utilizando a fotografia e o vídeo, como suporte pedagógico; e a produção dos livros "Agricultores do Estado do Rio de Janeiro" que conta histórias de moradores e compartilha um acervo fotográfico sobre os modos de vida desta população, através das formas tradicionais e artesanais de produção, do livro "Receitas de Inhame" que reúne várias receitas produzidas com a cultura mais importante do Distrito de Barra Alegre, o inhame; e o livro "Ponto de Cultura Rural: uma alternativa no campo" que demonstra a importância de equipamentos culturais no campo. Essas ações contaram com a parceria da Secretaria Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, através da Superintendência de Museus e da Superintendência de Cultura e Sociedade, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e do Ministério da Cultura.

O inventário Patrimônio Cultural de Barra Alegre começa exatamente pelo artigo "Patrimônio e Construção de Conhecimento" de Inês Gouveia compartilhando o sentido de patrimônio que empregamos na produção deste inventário e também em todas as outras

ações que realizamos. Esperamos que o inventário possa contribuir para pensarmos o território, o tempo, o espaço, e também, sobre nós mesmos.

MOTIVAÇÕES PARA O INVENTARIUM

O Município de Bom Jardim conta com mais três distritos: Banquete, Bom Jardim e São José do Ribeirão, além do Distrito de Barra Alegre. Atualmente Bom Jardim tem aproximadamente 22.651 habitantes, sendo que 11.317 vivem na área urbana e 4.947 nas áreas rurais.

O Distrito de Barra Alegre é considerado um dos distritos mais rurais do Município, possuindo um conjunto de vilarejos agrícolas, com uma grande extensão territorial, conforme poderá ser aprofundado no artigo de Juliano Palm sobre o papel e o lugar do rural nas dinâmicas do município de Bom Jardim, em especial do Distrito de Barra Alegre. Destaca-se o período a partir de 2006 onde o Distrito de Barra Alegre passou a ser o novo pólo industrial de Bom Jardim, recebendo diversas fábricas¹ de indústrias do setor de plástico e de outros segmentos, que por conta dos incentivos fiscais, baseados na Lei Estadual nº 5.636/2010 (originalmente 4.533/2005, conhecida como Lei Rosinha) que reduzia a 2% o ICMS cobrado das empresas e também das linhas de crédito do Fundo de Recuperação de Municípios Fluminenses que oferecia créditos a juros de 2%, tiveram as condições ideais para se instalarem na localidade.

A chegada das fábricas impulsionou mais um momento de transformação no Distrito de Barra Alegre que com o aumento populacional - em decorrência da imigração de diversos trabalhadores de outras cidades e estados que estavam em busca de melhores oportunidades de trabalho - ampliou o número de loteamentos, de lojas para prestação de serviços, de postos de gasolinas, entre outros. Essas transformações continuam em curso na região, por isso, a realização de uma pesquisa que permitisse contribuir para o registro e preservação do patrimônio cultural, norteou o desejo de nos enveredarmos nestas estradas de terra, para inventariarmos algumas das fazendas presentes no Distrito de Barra Alegre. Desta forma, pretendíamos contribuir para que o desenvolvimento em curso leve em consideração a importância da manutenção dos modos de vida que estão presentes nestas localidades, que passa tanto pela preservação do patrimônio material presente nas inúmeras fazendas do Distrito, como também pela manutenção e fomento das manifestações culturais, como as folias de reis, os grupos de mineiro pau, ou pelos processos de produção que respeitam o tempo da natureza como a produção de composta de doces, de remédios caseiros, das broas no forno a lenha ou das farinhas de moinhos d'águas.

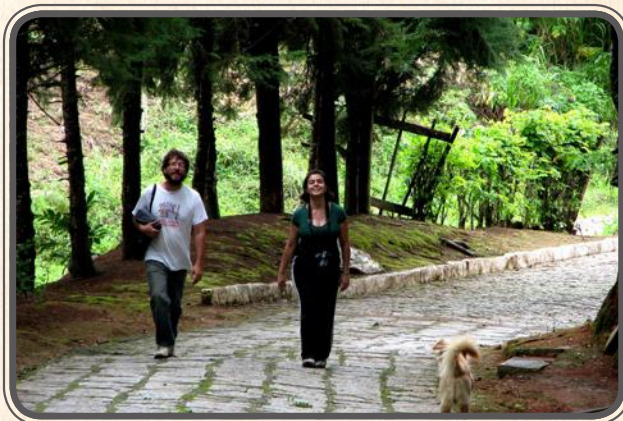
Segundo dados da prefeitura da cidade, desde 2006 chegaram a Bom Jardim nove indústrias, sendo cinco do setor de plásticos, totalizando 700 novos empregos diretos. Ainda de 2006 a 2009 a receita corrente líquida do município cresceu 93,4%, passando de R\$ 19,6 milhões para R\$ 37,9 milhões. No Estado, a receita corrente cresceu 64,8% no mesmo período. A Elos, com matriz em Arujá, São Paulo, abriu sua fábrica em Bom Jardim justamente em 2006. (<http://www.simplast.com.br/>)

METODOLOGIA DO INVENTARIUM

O Inventário Patrimônio Cultural Rural de Barra Alegre foi constituído inicialmente pela compreensão do papel e do lugar do rural nas dinâmicas de territorialização do município de Bom Jardim, com especial atenção as relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço nos ambitos político-econômicos. Para tal, empreendemos numa minuciosa pesquisa sobre a formação histórica de Bom Jardim e de outros municípios da região serrana; o papel dos imigrantes; a importância da agricultura familiar e sua relação com o capital financeiro, com o desenvolvimento nacional e com a questão agrária;

Em seguida realizamos uma contextualização do patrimônio natural presente no Distrito de Barra Alegre, fazendo uma análise da geologia de Barra Alegre e da Pedra Aguda, rochas cujo valor histórico e geológico, contam uma história que começa a mais de 630 milhões de anos atrás. Neste artigo Leonardo Pressi descreve através da geologia e da forma como as rochas se formaram nesta região um pouco da importância do patrimônio natural e destaca a importância das três Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN'S): Nossa Senhora Aparecida, Vale do Luar e Marie Camille na preservação do patrimônio natural e manutenção da relação com a floresta que compõe a identidade cultural dos moradores desta região.





Depois foram produzidas fichas catalográficas que nos permite compartilhar os resultados da pesquisa que envolveu os proprietários das Fazendas São Marcos, Jorge Tardin e Albino Francisco Maciel e dos Sítios Boa Vista e Família Carrielo. Nestas fichas consta a descrição do bem inventariado com informações sobre a contextualização histórica do conjunto patrimonial, a situação e ambiência do imóvel, a descrição histórica e arquitetônica, o estado de conservação das principais edificações da propriedade, as representações gráficas, a bibliografia e fontes utilizadas para a produção desta ficha. As fichas deste inventário seguem a orientação preconizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC), garantindo assim, todas as especificações requeridas para o processo de inventariado.

A pesquisa contribui para a salvaguarda do patrimônio cultural paisagístico, histórico e cultural das localidades rurais do Estado do Rio de Janeiro, pois os bens materiais que foram catalogados expressam a herança histórica, artística e cultural dos modos de vida de quem vive no campo, onde se encontra uma riqueza patrimonial presente nas fazendas, sítios e casas dos moradores, na paisagem, nos vilarejos, nas ferramentas de trabalho, nos modos de produção artesanal, entre outros. Ao mesmo tempo, que subsidia estudos e pesquisas, sobre o acervo histórico referencial da memória das áreas rurais do interior do Estado do Rio de Janeiro.

Esperamos que o inventário contribua para a valorização cultural das tradições locais reconhecendo o importante papel que a opção por esse modo de vida possibilita ao conjunto da sociedade, pois a população do campo, esta marcada pelas tradições, por hábitos e costume que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com a comunidade; que estimule a preservação do patrimônio paisagístico, histórico e cultural das populações que vivem no campo, a partir de uma abordagem histórica, social, cultural e estética; e que, por fim, amplie o acervo e os materiais didáticos sobre o patrimônio e a memória das áreas rurais.

Marjorie Botelho, formada em psicologia pela UERJ e mestre em Educação pela UFF e **Claudio Paolino**, repórter fotográfico, professor de fotografia, vídeo e laboratório. Ambos coordenam o Instituto de Imagem e Cidadania e gerenciam o Sobrado Cultural Rural.





PATRIMÔNIO E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

Eu recuso qualquer posição fatalista diante da história e diante dos fatos. Eu não aceito, por exemplo, expressões como: "É uma pena que haja tantos brasileiros e tantas brasileiras morrendo de fome, mas afinal, a realidade é essa mesmo." Não! Eu recuso como falsa, como ideológica essa afirmação. Nenhuma realidade é "assim mesmo"! Toda realidade está aí submetida à possibilidade de nossa intervenção nela!¹

Paulo Freire

Paulo Freire é sem dúvida uma grande inspiração para este texto, especialmente por sua provocação para a transformação consciente. A partir desse pensador podemos lembrar que o mundo que habitamos está em constante mudança e que nós inevitavelmente contribuimos com isso. Freire descarta a ideia de que "é assim mesmo" e exercita a sua pedagogia crítica que provoca o indivíduo não apenas a pensar sobre o mundo, mas especialmente a pensar e agir no mundo.

Além do exercício do pensamento crítico, a pedagogia freireana também estimula que a construção do conhecimento se dê a partir do contexto próprio do indivíduo. Nessa direção, este texto tem como objetivos desnaturalizar o uso do patrimônio e estimular seu uso para práticas coletivas e pedagógicas de ação no mundo. Vamos, portanto, refletir sobre o patrimônio para agir a partir dele.

O patrimônio no sentido empregado aqui é uma categoria que indica a escolha de um bem (uma tradição festiva, um modo de fazer, uma construção, por exemplo), como emblema de uma determinada cultura e sociedade. Nesse sentido, o patrimônio é uma ferramenta de organização social, de escolha de memória, de construção de uma representação daquilo que deve ser conhecido, memorado, e celebrado.

O patrimônio tem portanto, a função de adjetivar algo, de evidenciar que há naquilo que foi escolhido uma característica (ou várias características) de distinção. Essa distinção pode se dar por diferentes motivos, por exemplo, um parque natural pode ser considerado patrimônio pelo conjunto de sua fauna e flora; uma cidade pode ser patrimônio em razão dos vestígios de um determinado tempo e uma tradição religiosa pode ser reconhecida por sua singularidade. Em síntese, os atributos podem ser naturais, artísticos, históricos,

¹ Entrevista concedida por Paulo Freire em 17 de abril de 1997, São Paulo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UI90heSRYfE>. Último acesso em 16 de agosto de 2014.

de quem e, mais uma vez, identificar aspectos específicos ou gerais do contexto histórico quando da patrimonialização.⁴

Como dissemos anteriormente, por meio desse exercício é possível debater coletivamente quais são os adjetivos atribuídos ao patrimônio, quais as memórias estão sendo evocadas e a partir de quais interesses. A partir daí, pode-se discutir também quais são os usos e funções contemporâneos de determinado patrimônio, como e porque esses bens se identificam (ou não) com a população que vive em seu entorno.

A problematização que sugerimos deve proporcionar ainda a observação dos mecanismos legais que fazem com que um determinado bem seja considerado patrimônio, nas esferas municipais, estaduais ou federal. Observemos, por exemplo, a Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...

(...)

§ 1º - O Poder Público, com a **colaboração da comunidade** [grifos nossos], promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.⁵

Do ponto de vista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além disso, os processos de tombamento e registros podem ser motivados pela solicitação de qualquer indivíduo. É fundamental portanto, compreender que o uso social do patrimônio ocorre no presente, junto de nós, em nosso tempo e espaço. Qual pode ser nossa atuação diante disso? Mais do que responder objetivamente a essa questão, é fundamental que ela seja colocada.

A problematização do patrimônio deve levar em conta a possibilidade de intervenção direta do indivíduo para a construção de representação de si e de seu grupo. Afinal, quais são os patrimônios reconhecidos por mim e pelo meu grupo? Quais são os bens (materiais e imateriais) que fundamentam minha comunidade e que, por isso, mesmo, são seu patrimônio fundamental? A participação nessa discussão, recoloca o eu enquanto protagonista, já que, dito de outro modo, a pergunta fundamental nesse caso é: o que é importante para você?

Essas informações estão normalmente contidas no processo de tombamento ou registro do patrimônio. O contexto histórico a que nos referimos aqui diz respeito à situação política, econômica e cultural do período em questão. Um tombamento que ocorreu, por exemplo na década de 1950 (no início da industrialização do país e do crescimento dos centros urbanos), certamente apresentará diferenças de um processo de tombamento recente, do nosso século, por exemplo.

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Última consulta em 17/08/2014.

Seguindo as categorias que o Iphan desenvolveu e aplica para a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), podemos coletivamente debater sobre quais são as celebrações, os espaços, saberes e linguagens que marcam a nossa comunidade⁶. Desse exercício com o patrimônio podem ser desdobrados vários outros, como por exemplo: a realização de pesquisas; a adoção de medidas de precaução visando a manutenção e preservação; ação educativa que amplie o sentido daquele bem para além do próprio grupo etc. Enfim, uma série de atividades que podem contribuir para o exercício da cidadania e para a participação do indivíduo na construção da representação de si e de seu grupo. Esse exercício pode contribuir para o tombamento e registro formal do patrimônio, caso seja o desejo do grupo e isso seja requerido a uma das instâncias responsáveis.⁷

Enfim, o que importa do patrimônio, segundo nosso entendimento é, no fim das contas, o quanto ele é potencial para pensarmos sobre nós mesmo, sobre nossa sociedade, nosso tempo e espaço. Reafirmamos assim o que Freire nos diz em epígrafe: *Toda realidade está aí submetida à possibilidade de nossa intervenção*.

Inês Gouveia

*Doutoranda em Museologia e Patrimônio,
mestre em Memória Social, historiadora.*

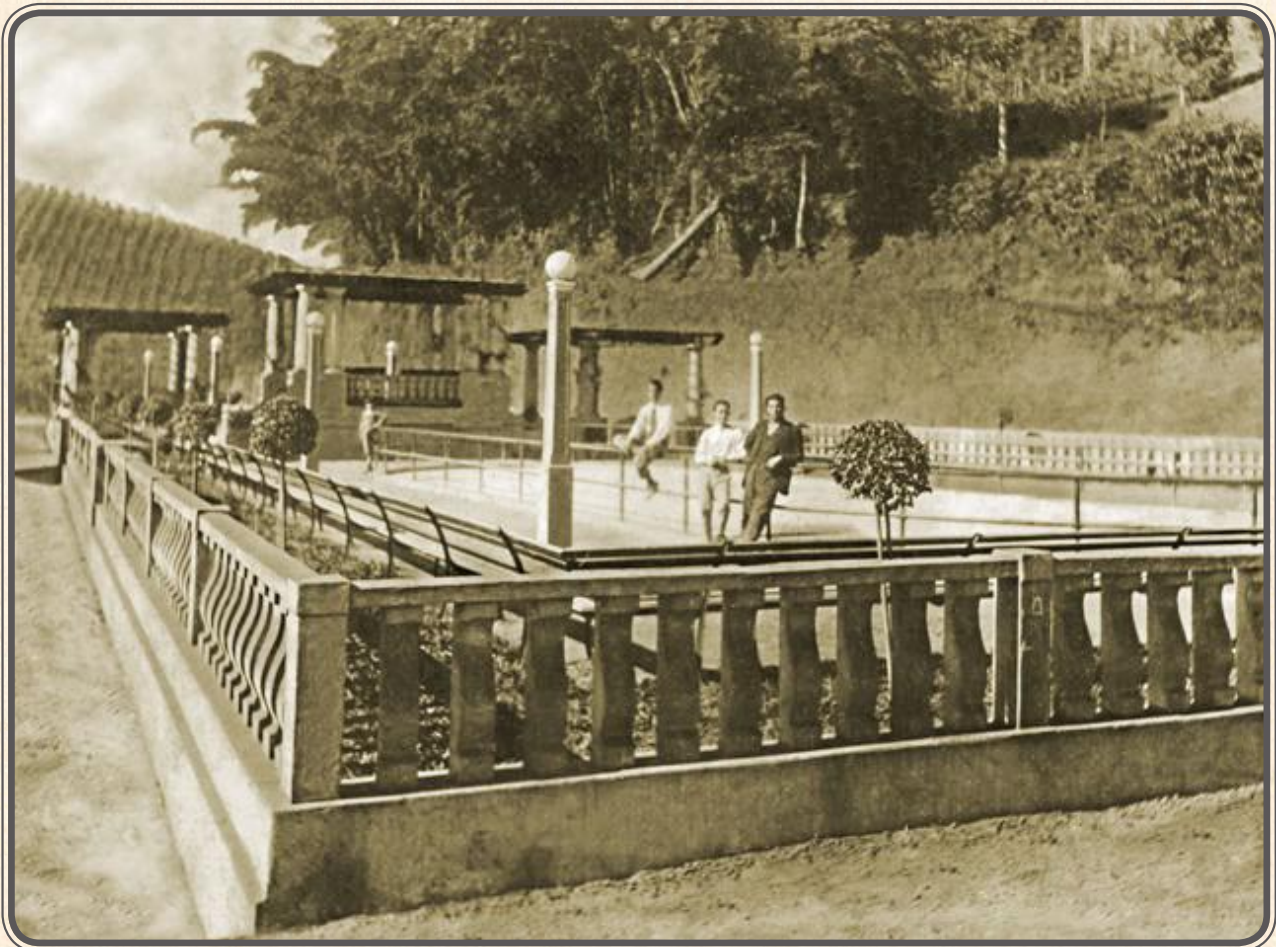
BIBLIOGRAFIA

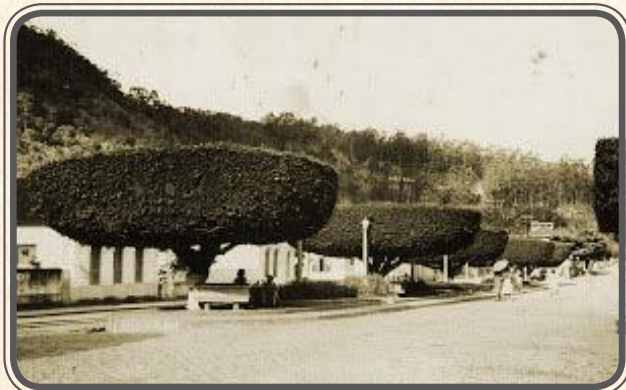
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CANCLINI, Néstor García. *Los Usos Sociales del Patrimonio Cultural*. In: *Patrimonio Etnológico*. Nuevas perspectivas de estudio. Andaluzia, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural Para a Liberdade e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 14ª ed. 1976.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de Premissas*. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. *Anais*, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

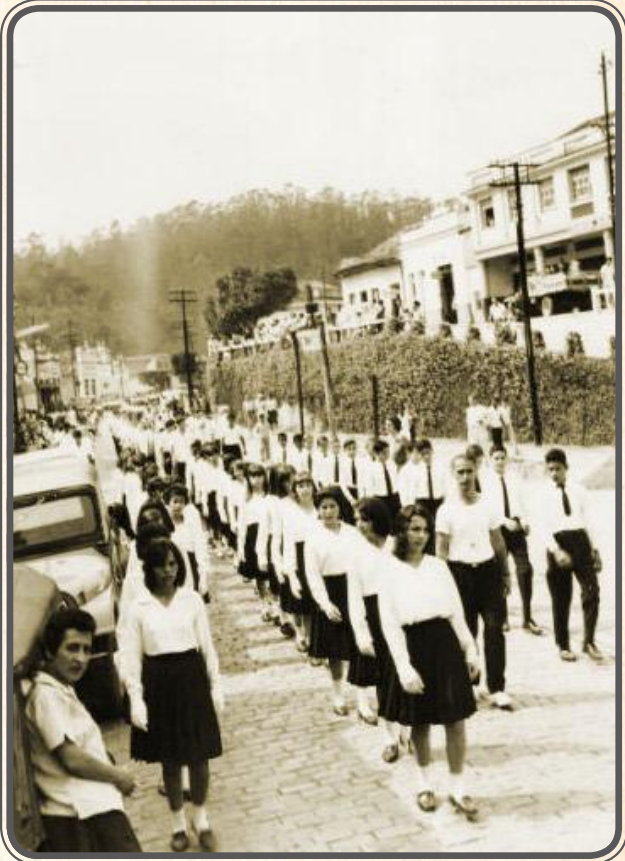
⁶O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial do Iphan foi criado pelo decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. O INRC é um instrumento inerente à este Programa, cujo objetivo é fazer a identificação dos bens de natureza material e imaterial, o que pode ser sucedido pelo tombamento ou registro do bem em questão. Vale destacar que dispositivos análogos foram criados em estados e municípios, com a Constituição Federal já previa.

⁷De um modo geral, o tombamento ou registro corresponde à ressonância do bem. Isto é, caso sua expressão seja considerada nacional, é tombado ou registrado pelo Iphan; se estadual, é de encargo do órgão do estado e, o mesmo com o município se a ressonância é exclusivamente local.

Bom Jardim







O PAPEL E O LUGAR DO RURAL NAS DINÂMICAS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM – DISTRITO DE BARRA ALEGRE - RJ

Dinâmicas de *territorialização* de Bom Jardim.

No período antecedente a última metade do século XVIII apenas transitava por esta região alguns poucos grupos indígenas, “em busca das margens do baixo rio Grande, ou do caminho menos longo, em direção ao vale do Paraíba” (Erthal, 1957: 11). Dos quais, na vertente do Rio Grande, no atual município de Bom Jardim, chegou a ser consolidado um aldeamento de índios Guarulhos (Lamego, 1945).¹ Segundo os historiadores Araújo e Mayer (2003), esta região, serviu de abrigo a grupos indígenas como os: Coroados, Puris, Coropós e Guarus. Para além dos grupos indígenas, Araújo e Mayer salientam a possível existência de grupos quilombolas neste período. Na concepção destes autores, poder-se-ia estender para esta região a descrição da vegetação realizada por Martius em 1817, em sua passagem por Magé:

As matas densas, que existem como testemunho da força criadora do Novo Continente na sua primitiva selvageria, e ainda não profanadas pelo homem, chamam-se no Brasil ‘mato virgem’. Dentro dele, o viajante sente a frescura europeia, ao mesmo tempo avista um painel da máxima opulência (2003: 270).

A partir de meados do século XVIII, alguns exploradores, principalmente de origem portuguesa, em companhia de trabalhadores escravizados e assalariados, também começaram a percorrer esta região na busca de metais preciosos. Assim, iniciando o processo de colonização deste espaço, “com a fixação de ‘pousos de tropa’ em suas terras, destinados a servir de abrigo aos viajores e aventureiros” (IBGE, 1948: 3).² Posteriormente, estas expedições instigaram o surgimento de diversas lendas sobre os aventureiros que circularam pela região, a começar pelo famigerado “Mão de Luva”.³

¹ Segundo Erthal (1957), em 1809 foram encontrados diversos grupos indígenas nas margens do Rio Grande, próximo a sua confluência com o Rio Negro. O que o autor aponta a partir dos registros do mineralogista inglês John Maw: “alcançamos o rio Grande que atravessamos em canoa. Passamos por vários grupos de aborígenes e ocasionalmente vimos muitas de suas cabanas e aldeias” (Erthal, 1957: 12).

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse estatística do município de Vergel (ex-Bom Jardim). Estado do Rio de Janeiro, 1948. Esta documentação encontra-se disponível no arquivo do escritório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sediado na capital do estado do Rio de Janeiro.

³ Este aventureiro, possivelmente português de nome Manuel Henriques, percorreu as margens dos rios Negro e Grande, dentre outras, em companhia de seus escravos e trabalhadores assalariados, “sem contudo estar com a situação regularizada, por motivo, principalmente, de sonegar o pagamento de impostos (...) reclamados pelo Governo” (Erthal, 1957: 13).

A presumível existência de minas auríferas nesta região levou o Governo Metropolitano a nomear dois Guardas-Mores, com jurisdição que abrangia as 'Novas Minas do Sertão de Cantagalo', no último quartel do século XVIII. Assim, o Governo visava dificultar o acesso a região e o contrabando de ouro, observável em fins do século XVIII (Araújo e Mayer, 2003: 271). Entretanto, as expedições em busca de metais preciosos logo demonstraram não serem compensatórias, em vista da ínfima quantidade encontrada nas regiões elevadas das vertentes do rio Grande, que exigiam um extenuante trabalho para serem encontradas, assim, nos anos subsequentes foram abandonadas (Erthal, 1957).

As investidas governamentais contra os grupos de aventureiros que buscavam ouro, juntamente com a colonização oficial da região de Cantagalo, a partir de fins do século XVIII, ensejaram numerosos pretendentes a requererem do Governo a posse de Sesmarias na região, que atualmente compreende o município de Bom Jardim. Dentre os requerentes de Sesmaria na região, um dos pioneiros foi o Padre Vicente Ferreira Soares, que obteve a escritura da 'Fazenda Bom Jardim' em 1805 (Erthal, 1957: 14). Além da 'Fazenda Bom Jardim', Manuel Erthal (1957: 163-168) destaca a estruturação das seguintes fazendas, de fins do século XVIII a princípios do século XIX na região que atualmente compreende o município de Bom Jardim: 'Fazenda Santa Teresa', 'Fazenda de Santa Bárbara', 'Fazenda da Soledade', 'Fazenda da Boa Vista', 'Fazenda de Santa Rita', 'Fazenda da Barra Alegre', 'Rancharia', 'Sesmaria de Santo Antônio', 'Fazenda Nossa Senhora do Socorro', 'Fazenda Barra Alegre' e 'Fazenda Campo Alegre'.

Neste processo, os primeiros núcleos populacionais na região que atualmente forma o município de Bom Jardim teriam se formado "na margem do rio São José, na zona compreendida pela Serra dos Órgãos, cuja colonização se atribui à influência irradiadora da cultura cafeeira, para o interior da província, verificado em princípios do século citado (XIX)" (IBGE, 1948: 3).

Ao iniciar-se o século XIX, observa-se um crescente afluxo de famílias para a região, que se disseminaram pelos quadrantes das fazendas já existentes. Levas migratórias que eram atraídas pelas possibilidades de desenvolvimento da agricultura na região. A expansão das atividades agrícolas na região em princípios do século XIX, destinavam-se, principalmente, a abastecer a área mineira com alimentos. Assim, observa-se que neste contexto "o interior fluminense foi devassado com a construção de estradas ligando a região mineira ao litoral em que se constituíam fazendas" (Araújo e Mayer, 2003: 271). Desta forma, a área foi sendo "progressivamente aberta à penetração de fazendeiros vindos quase sempre de Minas Gerais e que preparam o terreno para o advento das fazendas de café que", já em na primeira metade do século XIX, vinham se "estendendo ao longo do Vale do Rio Grande" (Araújo e Mayer, 2003: 271).

Ao longo deste processo, observa-se que a maioria das fazendas anteriormente instituídas foram sendo divididas e subdivididas nas primeiras décadas do século XIX. Com a dinamização da agricultura na região, grande parte da mata nativa existente acabou por ser derrubada, abrindo espaço para a produção, principalmente, de cafeeiros, como também de cereais e árvores frutíferas, que produziam instigantes colheitas. Conforme a historiadora Mariana Muaze (2008), a expansão da produção cafeeira para esta região teria

se dado, sobretudo, a partir da década de 40 do século XIX, fazendo parte do segundo eixo de expansão de produção desta rubiácea:

O segundo eixo partiu da baixada fluminense, onde as principais localidades cafeeiras estavam em São Gonçalo e Vila de Santo Antônio de Sá (atual Itaboraí). De lá o cultivo do café chegou a Cantagalo, na década de 1840, e fez uma nova penetração para o nordeste alcançando Nova Friburgo, Aldeia da Pedra (atual Itaocara), Bom Jesus de Monte Verde (atual Cambuci) e São Fidélis de Sygmaringa (Muaze, 2008: 300).

Acerca da produção cafeeira nesta região, merece destaque o papel desempenhado pelo imigrante português Antônio Clemente Pinto, primeiro barão de Nova Friburgo, que enriquecera com o comércio do café e tráfico de escravos. Em meados do século XIX Pinto já possuía: uma das maiores fortunas de todo o país, proprietário de duas dezenas de fazendas, nas regiões de Nova Friburgo, Cantagalo e São Fidélis, e imóveis urbanos, como os palacetes Nova Friburgo (atual palácio do Catete), localizado na Corte, e do Gavião, em Cantagalo (Muaze, 2008: 314).

O processo migratório para a região ainda seria incrementado por suíços e alemães no início do século XIX. A partir da segunda década deste século, começaram a ser estabelecidas colônias de migrantes suíços e alemães em Nova Friburgo. As quais somar-se-iam levadas de migrantes italianos a partir de fins do século XIX. Neste sentido, lembra-se que as levadas migratórias, em inícios do século XIX, eram motivadas pelas dificuldades enfrentadas na Europa. Onde as terras desgastadas tinham um baixo rendimento produtivo e estavam extremamente concentradas nas mãos de poucos latifundiários. Ao mesmo tempo, os impostos eram bastante elevados e a concentração populacional alta. Por sua vez, a intensa industrialização também não apresentava melhoras para grande parte da população, em vista das paupérrimas condições de trabalho oferecidas aos contingentes proletarizados (Hobsbawm, 1979; Marx, 1985). Por outro lado, havia o interesse de países com 'vazios demográficos', como o Brasil, em atrair estes imigrantes, o que foi realizado através de ações estatais, principalmente na primeira metade do século XIX, como também por meio de empresas colonizadoras, de capital privado, que ganharam maior expressão a partir da segunda metade do século XIX. Com a atração de imigrantes europeus para regiões de terras 'disponíveis', o governo imperial Brasileiro objetivava: o branqueamento racial; ocupação de 'vazios demográficos', em vista dos constantes conflitos com os países platinos; valorização fundiária destas terras; disseminação de técnicas e produtos praticados na Europa; além da vinculação da produção oriunda destas regiões aos circuitos mercantis estabelecidos (Petrone, 1982).

Com estes objetivos foram distribuídas sementes de centeio, trigo e cevada para os migrantes, como também tentou-se o cultivo de uva na região. Todavia, "como em outras partes do Brasil, a colonização se mostrava hostil à floresta e avessa aos seus produtos".

quatro distritos que atualmente formam o município de Bom Jardim: Barra Alegre, São José do Ribeirão, Duas Barras, "onde não se verificou exploração intensiva do café e de outros gêneros tropicais, a natureza pode ser mais preservada" (Araújo e Mayer, 2003: 272), mas mesmo assim observando-se um significativo desmatamento, também nestas regiões. Somente a partir de meados do século XX observa-se a regeneração de parte destas matas, principalmente nas partes mais elevadas dos morros, conforme examinado na sequência deste texto.

Com o constante crescimento populacional da região que atualmente compreende o município de Bom Jardim, a mesma foi elevada a condição de freguesia, em 1857. Conforme relatório do IBGE, de 1959:

Esse florescente povoado recebeu o predicamento de freguesia por força do Decreto nº 969, de 13 de outubro de 1857, que estava assim redigido: Artigo 1º - fica ereta em freguesia – com a mesma invocação – a Capela de – São José do Ribeirão – no município de Nova Friburgo (IBGE, 1959: 203).

No período anterior ao último quartel do século XIX a produção de café e demais gêneros agrícolas de menor expressão, produzidas nesta freguesia, era transportada por tropas de muares para a estação da estrada de ferro Cachoeiras de Macacu. O que foi modificado em fins de 1873, com a inauguração de uma estação da Estrada de Ferro Cantagalo na sede municipal de Nova Friburgo, de onde a produção da região passou a ser escoada a partir de então. A extensão desta Estrada de Ferro para a região que atualmente compreende o município de Bom Jardim parece ter criado sérias controvérsias. Pois, teria sido justamente pelo "fato de se negarem os habitantes da freguesia de São José do Ribeirão a consentir na passagem dos trilhos da Estrada de Ferro Cantagalo por suas terras, receosos de que as fagulhas das locomotivas viessem a danificar suas plantações" que o município tomou o nome de Bom Jardim (IBGE, 1959: 203).

Destarte controvérsias existentes, em março de 1875 foi inaugurada a Estação Leopoldina, em Bom Jardim, a qual já estaria em franco funcionamento alguns meses antes de sua inauguração. A inauguração desta Estação teria sido "o marco inicial e decisivo do progresso agrícola e comercial, que rapidamente se verificou nestas margens do rio Grande, e foi igualmente o principal motivo para o acelerado crescimento do então pequeno povoado" (Erthal, 1957: 19). Com o expressivo crescimento, em 21 de novembro de 1877, foi criado um distrito de Paz "no lugar denominado 'Bom Jardim'" (Erthal, 1957: 20).

Todavia, este vertiginoso crescimento teria sofrido um forte refluxo com a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, resultando na derrocada final da economia cafeeira latifundiária escravista do país, que vinham em crise ascendente a partir do último quartel do século XIX (Fragoso, 2000). Deste processo resultaram profundas transformações, principalmente na cultura cafeeira, que era a de maior expressão na zona rural da região. Desta forma: "as lavouras, em todas as localidades (...) ficaram abandonadas durante algum

tempo, mas depois se foram reorganizando aos poucos e mais tarde a produção chegou a nível bastante elevado” (Erthal, 1957: 21).

Neste sentido, deve-se observar que grande parte da produção cafeeira na região que atualmente conforma o município de Bom Jardim não sofreu de forma tão drástica com a abolição da escravatura, em vista de a lógica produtiva predominante nas mesmas não ter sido estruturada com mão de obra escrava. Pois como salienta Erthal (1992): Barra Alegre, São José do Ribeirão [que são dois dos quatro distritos que atualmente formam o município de Bom Jardim] Duas Barras e parte do Carmo, onde a influência europeia era forte e o regime escravocrata não tinha lançado raízes tão profundas como noutros recantos da Comarca (de Cantagalo) quase não sofreram o impacto do 13 de maio. Em certo sentido até progrediram mais do que na fase anterior, ampliando seus cafezais e tirando partido da ferrovia a pouco inaugurada para intensificar a produção (Erthal, 1992: 248).

Entretanto, mesmo estas regiões não deixaram de sofrer os impactos do processo de crescente diminuição de produtividade do solo, observável nos cafezais da serra fluminense a partir de fins do século XIX, mas sentido de forma mais incisiva nesta região ao longo dos últimos anos do século XIX e primeira metade do XX (Erthal, 1992).

No conturbado contexto político nacional da última década do século XIX e primeira do século XX (Ferreira e Delgado, 2003), observa-se ter ocorrido intensa movimentação política na região de Bom Jardim (Erthal, 1957: 25). Expressão desta movimentação, conforme destacado no relatório do IBGE, de 1959, foram as constantes redefinições nos marcos políticos administrativos na região:

Em 24 de março de 1891, já sob o regime republicano, com a criação do município de Cordeiro, por força do Decreto número 180, Bom Jardim passou a constituir um de seus distritos, sendo desmembrado de Cantagalo. Logo após o Decreto número 280 de 06 de julho deste mesmo ano, vinha criar o município de São José do Ribeirão, tendo sede na povoação do mesmo nome, sendo constituído pela atual freguesia desta invocação, desmembrada do território do município de Nova Friburgo (...). Pouco tempo, porém, durou esta situação. Pelo Decreto número 1 de 08 de maio de 1892, retificado pelo de número 1-A, de 03 de junho do mesmo ano, foi suprimido não só o município de São José do Ribeirão, voltando a fazer parte de Nova Friburgo, como também – ao qual foi anexado (...) o distrito de Bom Jardim, continuando a pertencer à comarca de Nova Friburgo, como também foi extinto o município de Cordeiro, cujas terras, incluídas as de Bom Jardim, retornaram a Cantagalo (IBGE, 1959: 204).

Entretanto, este conjunto de redefinições teria tornado ainda mais complexa a situação político administrativa na região. Assim, ainda em dezembro de 1892:

O governo, como que achando uma solução para o problema administrativo daquela região, resolveu, por efeito da Lei que tomou o número de 37, assinada aos 17 dias de dezembro de 1892, restabelecer o município de São José do Ribeirão, ao qual foi anexado (...) o distrito de Bom Jardim, que continuou a pertencer à comarca de Nova Friburgo. No dia 05 de março de 1893, dando cumprimento ao estatuído na Lei número 37, de 17 de dezembro de 1892, que criava o município, foi ele reinstalado, dessa vez, porém, com o nome de Bom Jardim estipulado na legislação (IBGE, 1959: 204).

Desta forma, estava então criado o município de Bom Jardim, em 1893, com um número total de habitantes de 13.221 (Erthal, 1957: 25). Todavia, poucos anos depois, em 1906, "o progresso da região ensejou fosse feita uma nova alteração administrativa na divisão territorial do município", em que, "por efeito da Lei número 734, de 21 de setembro de 1906, foi criado mais um distrito de Paz no município de Bom Jardim, sob a designação de 3º, com sede no lugar denominado Barra Alegre (IBGE, 1948: 9). Sendo a Comarca de Bom Jardim criada em 23 de agosto de 1921, Lei de número 1839. Sendo, em 27 de dezembro de 1929, a cidade de Bom Jardim, sede do município, "elevada a esta categoria, por efeito da Lei Estadual número 2335" (IBGE, 1959: 205).

Todavia, em 31 de dezembro de 1943, no contexto da ditadura Estadonovista no Brasil (1937-1945), o nome do município, "muito a contragosto de seus habitantes, foi modificado para Vergel", por força da Lei Estadual de número 1056 (IBGE, 1959: 205). O que perdurou por um curto período de tempo, retornando a denominação de Bom Jardim em 20 de junho de 1947, em meio as reconfigurações da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, denominação que se mantém até o contexto atual (2012).

No ano de 1940, segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1948: 17), a população do município de Bom Jardim estava distribuída da seguinte forma:

Divisão distrital	População de fato		
	Total	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
Bom Jardim	6.519	1.096	5.423
Banquete	2.298	117	2.181
Barra Alegre	4.652	33	4.619
S. José do Ribeirão	5.149	160	4.989

6 Cálculos realizados pelo autor.

A partir deste conjunto de dados, pode-se observar que na década de 1940 a população total do município de Bom Jardim era de 18.618; com 1.406 (7,5%) residindo nas áreas urbana e suburbana e; 17.212 (92,5%)⁶ no rural.

Acerca das principais atividades laborais da população de Bom Jardim na década de 1940 (IBGE, 1948: 18), foram registrados os seguintes números:

Atividades:	População de fato:
Agricultura, pecuária e silvicultura	5.936
Indústrias extrativas	3
Indústrias de transformação	87
Comércio de mercadorias	171
Comércio de imóveis, créditos e seguros	4

Na década de 1940, segundo dados registrados por Manuel Erthal (1957: 183), destacavam-se como os principais produtos agrícolas produzidos no município:

Produção agrícola (1942):		
Artigos:	Unidade:	Quantidade:
Café	Sacos	60.000 (3.600 toneladas) ^{*7}
Milho	Sacos	50.000 (3.000 toneladas)*
Feijão	Sacos	6.000 (360 toneladas)*
Arroz	Sacos	1.500 (75 toneladas)**
Batata-inglês	Toneladas	210
Batata-doce	Toneladas	263
Mandioca	Toneladas	2.500
Cana-de-açúcar	Toneladas	2.100
Mamona	Quilos	12.000
Banana	Cachos	180.000
Abacate	Caixa	2.000
Chuchu	Caixa	17.000

^{7*} O cálculo da produção em toneladas foi realizado pelo autor, a partir do confronto dos dados da produção em quilos pelo peso médio das sacas destas produções, que é de 60 quilos.

^{**} O peso médio das sacas de arroz é de 50 quilos.

Já na década de 1950, segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1959: 205), a população do município de Bom Jardim estava distribuída da seguinte forma:

Divisão distrital	População de fato		
	Total	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
Bom Jardim	6.433	1.414	5.109
Banquete	2.181	208	1.973
Barra Alegre	4.258	30	4.228
S. José do Ribeirão	5.009	191	4.818

Assim, pode-se observar que na década 1950 a população total do município de Bom Jardim era de 17.881; com 1.843 (10,3%) residindo nas áreas urbana e suburbana e; 16.038 (89,7%)⁸ no rural.

Em 1956 o IBGE (1959: 205) registrou como sendo os principais produtos agrícolas produzidos no município:

Produção agrícola (1956):		
Artigos:	Unidade:	Quantidade:
Café beneficiado	Toneladas	1.720
Milho	Toneladas	1.892
Feijão	Toneladas	455
Batata-doce	Toneladas	1.965
Tomate	Toneladas	220

8 Cálculos realizados pelo autor.

Segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na década de 1970 (IBGE, 1970: 238), a população do município de Bom Jardim estava distribuída da seguinte forma neste período:

Divisão distrital	População de fato		
	Total	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
Bom Jardim	6.617	3.875	2.842
Banquete	2.467	236	2.231
Barra Alegre	3.280	105	3.175
S. José do Ribeirão	4.631	324	4.307

Assim, pode-se observar que na década 1970 a população total do município de Bom Jardim era de 17.095; com 4.540 (26,5%) residindo nas áreas urbana e suburbana e; 12.555 (73,5%) no rural. Comparando-se estes dados com os registros do IBGE (1959) acerca da década de 1950, percebe-se que no interregno destes vinte anos ocorreu uma pequena redução no número total de habitantes no município, de 786 (4,4%) pessoas, concomitante a uma significativa elevação da população residente nas áreas urbanas, de 2.697 (146,3%) habitantes, e redução da população residente nas áreas rurais, em 3.483 (21,7%)¹¹ pessoas.

Acerca das atividades laborais praticadas por indivíduos com dez anos ou mais no município, na década de 1970, o IBGE (1970: 205) registrou o seguinte panorama:

Atividades das pessoas com 10 anos ou mais (1970):			
Setores:	Total:	Homens:	Mulheres:
Agricultura	3.460	3.308	152
Indústria	221	190	31
Comércio	501	487	14
Total	4.182	3.985	197

~~~~~  
<sup>11</sup> Cálculos realizados pelo autor.



Ao confrontar-se os dados referentes as atividades laborais praticadas pelos municípios de Bom Jardim na década de 1970 com o levantamento realizado na década de 1940, pode-se observar que o quadro pessoal ocupado nas atividades agrícolas foi reduzido em 2.476 (41,7%) pessoas. Concomitante ao que foi elevado o quadro pessoal ocupado em atividades industriais e comerciais no município. No quadro de pessoas ocupadas em atividades industriais observa-se uma elevação em 131 (59,3%) indivíduos. Nas atividades comerciais percebe-se um aumento de 326 (65,1%)<sup>12</sup> de pessoas ocupadas.

Assim, observa-se que a partir de meados do século XX, foi se consolidando a concepção de desenvolvimento rural enquanto sinônimo de *modernização* das atividades agrícolas, em que a noção de rural o restringia como espaço de produção agrícola, na compreensão dos ideólogos e executores deste projeto modernizante. O que se valorizava era homogeneidade, o produzir os mesmos produtos e da mesma forma, através da difusão da cultura urbano-industrial e da forma de organização social fordista, com profundas transformações socioeconômicas no rural brasileiro, "que trouxeram resultados bastante penosos para os trabalhadores rurais e muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais" (Delgado, 2009: 4).

<sup>12</sup> Cálculos realizados pelo autor.



fatores, somados as constantes secas em diversas regiões do país ao longo da década de 1980, a redução da demanda de alimentos associada à queda de renda per capita e ao crescente desemprego, as constantes altas na inflação; fizeram com que este processo ganhasse uma complexidade específica neste contexto (Tedesco, 1994).

Mesmo assim, a crise da década de 1980 não chegou a romper com a dinâmica do processo de *modernização* da agricultura brasileira, em curso desde meados do século XX. Destarte as expressivas reduções de crédito agrícola, os setores agroexportadores e agroindustriais mantiveram alguns de seus privilégios. Em suma, poder-se-ia dizer que na década de 1980 “as políticas cambial, de preços mínimos e tecnológicas viabilizaram o crescimento agrícola em um ambiente macroeconômico interno e externo bastante desfavorável” (Delgado, 2009: 14). O que possibilitou a manutenção do dinamismo de grande parte das lógicas produtivas estruturadas no processo de *modernização* da agricultura brasileira, como também do processo de transformações sociais nas várias regiões do país em curso desde meados do século XX (Tedesco, 1994).

Assim, a década de 1990 pode ser considerada como um momento crucial “tanto para a continuidade do processo tradicional de exclusão e dominação que tem acompanhado o padrão de relações economia-meio rural no Brasil” no processo de *modernização* da agricultura; “quanto para a progressiva elaboração de uma visão alternativa acerca do significado do rural e de desenvolvimento rural sustentável e para a democratização das relações sociais e políticas no campo” (Delgado, 2009: 23). Sendo ambas perspectivas expressões da ‘confluência perversa’<sup>14</sup> entre dois projetos políticos contraditórios e em disputa, que emergiram na sociedade brasileira, a partir deste período.

Interconexo a este processo pode-se observar que em Bom Jardim, entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreu certo arrefecimento nas transformações sociais em curso de meados do século XX a década de 1970. Segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em princípios da década de 1990 (IBGE, 1991), a população do município de Bom Jardim estava distribuída da seguinte forma:

| Divisão distrital   | População de fato |                       |       |
|---------------------|-------------------|-----------------------|-------|
|                     | Total             | Segundo a localização |       |
|                     |                   | Urbana e suburbana    | Rural |
| Bom Jardim          | 10.553            | 7.855                 | 2.698 |
| Banquete            | 2.797             | 1.064                 | 1.733 |
| Barra Alegre        | 2.945             | 161                   | 2.784 |
| S. José do Ribeirão | 4.342             | 412                   | 3.930 |

<sup>14</sup> No termo cunhado por Dagnino (2004), também operacionalizado por Delgado (2009).



Assim, pode-se observar que na década 1990 a população total do município de Bom Jardim era de 20.637; com 9.492 (46%) residindo nas áreas urbana e suburbana e; 11.145 (54%)<sup>15</sup> no rural. Confrontando estes dados com o observado na década de 1970, percebe-se que no interregno 1970-1990 ocorreu uma elevação da população municipal de 3.542 (20,7%) pessoas, com um expressivo aumento da população urbana em 4.952 (109%) indivíduos, e redução da população rural em 1.410 (11,2%)<sup>16</sup> pessoas. Neste sentido, infere-se que a reversão no processo de êxodo da população municipal observado no interregno 1950-1970,<sup>17</sup> se deveu, principalmente, a redução no êxodo rural entre os anos de 1970 e 1990, como também pela manutenção da expressiva elevação da população urbana no município.

| Atividades das pessoas com 10 anos ou mais (1991): |        |         |           |
|----------------------------------------------------|--------|---------|-----------|
| Setores:                                           | Total: | Homens: | Mulheres: |
| Agropecuária, extração vegetal e pesca             | 3.409  | 2.170   | 192       |
| Indústria de transformação                         | 686    | 534     | 152       |
| Indústria da construção civil                      | 468    | 459     | 9         |
| Outras atividades industriais                      | 138    | 125     | 13        |
| Comércio de mercadorias                            | 653    | 571     | 82        |
| Total                                              | 8.200  | 6.293   | 1.907     |



Acerca das atividades laborais praticadas por indivíduos com dez anos ou mais no município, na década de 1970, o IBGE (1970: 205) registrou o seguinte panorama:

| Atividades das pessoas com 10 anos ou mais (1970): |        |         |           |
|----------------------------------------------------|--------|---------|-----------|
| Setores:                                           | Total: | Homens: | Mulheres: |
| Agricultura                                        | 3.460  | 3.308   | 152       |
| Indústria                                          | 221    | 190     | 31        |
| Comércio                                           | 501    | 487     | 14        |
| Total                                              | 4.182  | 3.985   | 197       |

Desta forma, a partir do confronto dos dados referentes as atividades laborais praticadas pelos munícipes de Bom Jardim na década de 1990 com o levantamento realizado na década de 1970, pode-se observar que o quadro pessoal ocupado nas atividades agrícolas foi reduzido em 51 (1,5%) pessoas. Concomitante ao que foi elevado o quadro pessoal ocupado em atividades industriais e comerciais no município. No quadro de pessoas ocupadas em atividades industriais observa-se uma elevação em 1.071 (484,6%) indivíduos. Nas atividades comerciais percebe-se um aumento de 152 (30,3%)<sup>18</sup> de pessoas ocupadas.<sup>19</sup>

Na produção agropecuária de Bom Jardim neste período, pode-se observar, a partir do relatório produzido pelos técnicos do escritório da EMATER do município em 1991, que destacam-se os seguintes produtos:

| Produção agropecuária (1991): |                   |               |             |
|-------------------------------|-------------------|---------------|-------------|
| Produtos:                     | Nº de produtores: | Unidade:      | Quantidade: |
| Chuchu                        | 200               | Toneladas/ano | 11.250      |
| Batata-doce                   | 270               | Toneladas/ano | 4.380       |
| Inhame                        |                   | Toneladas/ano | 3.369,5     |

18 Cálculos realizados pelo autor.

19 Neste sentido, destaca-se a observação de que os números apresentados não devam ser tomados em sua concretude, em vista das variações metodológicas no recolhimento de dados nos Censo de 1970 e 1990, como se percebe pelos diferentes setores que ambos recenseamentos apresentam. Todavia, considera-se que os mesmos sejam emblemáticos e indiciários das transformações tendenciais que ocorreram ao longo deste período no município.



|                        |       |               |           |
|------------------------|-------|---------------|-----------|
| Tomate                 | 90    | Toneladas/ano | 3.000     |
| Pimentão               | 70    | Toneladas/ano | 1.000     |
| Jiló                   | 30    | Toneladas/ano | 400       |
| Abobrinha              | 60    | Toneladas/ano | 320       |
| Repolho                | 30    | Toneladas/ano | 1.152     |
| Feijão                 | 1.000 | Toneladas/ano | 580       |
| Milho                  | 550   | Toneladas/ano | 990       |
| Café                   | 120   | Toneladas/ano | 5.360     |
| Banana                 | 180   | Toneladas/ano | 13.375    |
| Palma de Santa Rita    | 35    | Dúzias/ano    | 56.000    |
| Avicultura de corte    | 80    | Ton/carne/ano | 14.000    |
| Bovinocultura de leite | 84    | Litros/ano    | 1.136.600 |

Além destes produtos agrícolas, contemporaneamente merecem destaque a produção de aves de corte e gado leiteiro em Bom Jardim. No setor avícola foram registrados 29.180 cabeças de galos, frangos e pintos no município em 2010.<sup>20</sup> Neste setor destaca-se a *integração*<sup>21</sup> de agricultores a empresa agroindustrializadora Comave Comércio e Indústria Ltda. Expressivo da produção leiteira no município é o número de bovinos existentes, em que foram registradas 15.252 cabeças em 2010.<sup>22</sup>

Este conjunto de dados acerca da produção agropecuária no município de Bom Jardim parece corroborar com a percepção, acima apontada, de que ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda metade deste, a produção cafeeira foi sendo diminuída no município, paralelo a dinamização da policultura na produção agrícola. Neste sentido, concebe-se serem necessárias duas importantes observações. Primeiro, que a dinamização das atividades policultoras em Bom Jardim, com destaque para a produção de gêneros alimentícios a partir da segunda metade do século XX, esteve diretamente vinculada a elevação da demanda por estes produtos nos grandes centros consumidores, com destaque

<sup>20</sup> Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=73&z=t&o=4&i=P> (acessado em (04/07/2012)).

<sup>21</sup> A relação de *integração* se caracteriza pelo estabelecimento de contratos entre empresas agroindustriais e agricultores, ficando a cargo das empresas e/ou cooperativas integradoras o fornecimento, em graus diversos nos diferentes setores, dos animais e/ou cultivares e sua seleção genética, insumos produtivos como ração, assistência técnica e medicamentos. Sendo o produtor integrado aquele que produz matéria-prima para uma empresa agroindustrial, sob supervisão da mesma, recebendo dela insumos e orientação técnica, e comprometendo-se a entregar-lhe sua produção (Paulilo, 1990; Tedesco, 1999).

<sup>22</sup> Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=73&z=t&o=4&i=P> (acessado em (04/07/2012)).



para a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, neste caso. Em segundo lugar, destaca-se a percepção de que mesmo ocorrendo uma dinamização das atividades agropecuárias voltadas para a produção de gêneros alimentícios, esta não parece ter conseguido se colocar como alternativa para viabilizar a grande maioria das unidades produtivas, como pode-se observar pelos índices de êxodo rural no município, os quais, mesmo que sendo reduzidos a partir do interregno 1970-1990, ainda se mantém, como se observa pela análise dos dados que seguem.

Os dados mais recentes produzidos pelo IBGE acerca da população residente nos quatro distritos de Bom Jardim, a que se teve acesso para a realização desta pesquisa, datam de 1996 e se referem as pessoas residentes nos mesmos com quatro anos ou mais:<sup>23</sup>

| Divisão distrital   | População residente com quatro anos ou mais |                       |       |
|---------------------|---------------------------------------------|-----------------------|-------|
|                     | Total                                       | Segundo a localização |       |
|                     |                                             | Urbana e suburbana    | Rural |
| Bom Jardim          | 10.785                                      | 8.286                 | 2.496 |
| Banquete            | 2.681                                       | 1.090                 | 1.591 |
| Barra Alegre        | 2.579                                       | 187                   | 2.392 |
| S. José do Ribeirão | 4.257                                       | 456                   | 3.801 |

No censo realizado pelo IBGE em 2010 não foram disponibilizados dados referentes a divisão distrital da população em Bom Jardim, apenas seu montante global, com os seguintes números:<sup>24</sup>

| Total  | Urbana | Rural  |
|--------|--------|--------|
| 25.398 | 15.281 | 10.117 |

Desta forma, observa-se que em 2010 a população total do município de Bom Jardim era de 25.398; com 15.281 (60,1%) residindo nas áreas urbana e 10.117 (39,9%)<sup>25</sup> no rural. Confrontando estes dados com o observado na década de 1990, percebe-se que no interregno 1990-2010 ocorreu uma elevação da população municipal de 4.761 (23%) pessoas, com um aumento da população urbana em 5.789 (28%) indivíduos e redução da popu-

<sup>23</sup> Este conjunto de dados foi pesquisado a partir da plataforma SIDRA, da pagina eletrônica do IBGE, gerando-se uma tabela específica para cada item pesquisado: <http://www.sidra.ibge.gov.br> (acessado em 03/07/2012)

<sup>24</sup> Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf)



lação rural em 1.028 (9,2%)<sup>26</sup> pessoas. A partir deste conjunto de dados, pode-se inferir que no período de 1990 a 2010 ocorreu um processo bastante semelhante ao observado em curso no interregno 1970-1990, de elevação da população municipal, com redução no êxodo rural, como também pela manutenção da elevação do contingente populacional em áreas urbanas no município, mesmo que em taxas bem menos expressivas do que as observadas no período 1970-1990.

Para além da crescente diminuição da população rural no município de Bom Jardim ao longo do século XX, essencialmente na última metade deste, deve-se levar em conta, ainda, o possível envelhecimento do conjunto que a compõe. Pois, como pode ser observado de forma mais geral no rural brasileiro, principalmente em regiões de predominância de agricultores familiares, crescentemente vem predominando os indivíduos de faixa etária mais elevada nas áreas rurais (Abramovay e Camarano, 1999). Todavia, em vista da inexistência de dados acerca desta conformação, não permitindo qualquer afirmação na região analisada, fica-se apenas no plano das conjecturas e dos questionamentos.

Para se obter um panorama da produção agropecuária no município de Bom Jardim na primeira década de 2000, realizou-se uma compilação dos dados gerados para cada produto na plataforma SIDRA,<sup>27</sup> da página eletrônica do IBGE, resultantes do Censo Agropecuário de 2006:

| Produção agropecuária (2006): |                   |               |             |
|-------------------------------|-------------------|---------------|-------------|
| Produtos:                     | Nº de produtores: | Unidade:      | Quantidade: |
| Chuchu                        | 72                | Toneladas/ano | 3.019       |
| Batata-doce                   | 145               | Toneladas/ano | 4.708       |
| Inhame                        | 199               | Toneladas/ano | 9.086       |
| Tomate                        | 118               | Toneladas/ano | 6.865       |
| Pimentão                      | 66                | Toneladas/ano | 1.871       |
| Jiló                          | 97                | Toneladas/ano | 2.613       |
| Abobrinha                     | 112               | Toneladas/ano | 2.942       |
| Repolho                       | 89                | Toneladas/ano | 3.757       |
| Feijão                        | -                 | Toneladas/ano | 312         |
| Milho                         | -                 | Toneladas/ano | 392         |
| Café                          | -                 | Toneladas/ano | 2.258       |

<sup>25</sup> Cálculos realizados pelo autor.

<sup>26</sup> Cálculos realizados pelo autor.



Confrontando-se os dados da produção agrícola em 2006 com os dados apresentados frente a mesma produção em 1991, pode-se observar que ocorreu certa redefinição na importância dos produtos, como pode ser observado pela triplicação no número de produtores de repolho e redução para menos da metade do número de produtores de chuchu. Concomitante a isto, pode-se observar que, no geral, ocorreu uma expressiva elevação de produtividade na maioria dos gêneros, a exemplo da triplicação na quantidade produzida de inhame, e da quintuplicação na produção de jiló. Ao mesmo tempo, observa-se que, no interregno 1991-2006, os produtos que tiveram a maior redução de produção foram: feijão (reduziu para a metade), milho (reduziu para terça parte) e café (reduziu pela metade). Desta forma, concebe-se que os dados acima apresentados corroborem com as observações apresentadas acerca das redefinições na produção agrícola do município pontuadas no exame dos dados de 1991, de redução na produção cafeeira, paralelo a dinamização da policultura na produção agrícola. Todavia, com uma crescente redução de importância da produção agrícola no município.

Todavia, de um modo geral, pode-se observar que vem ocorrendo uma expressiva redução de importância das atividades agrícolas no município de Bom Jardim. O que tem possibilitado um processo de regeneração natural da Mata Atlântica na região desde a segunda metade do século XX, principalmente nas partes mais acidentadas e elevadas dos morros, como destacam os realizadores do Projeto Caminhos Geológicos.<sup>28</sup> Processo aprofundado com a consolidação da Área de Proteção Ambiental municipal que abrange o município de Bom Jardim.

Entretanto, observa-se que esta redução de importância das atividades agrícolas no município, possibilitando certa recuperação das matas, é resultado, principalmente, de um conjunto de pressões negativas sofridas pelos agricultores da região. Neste sentido, técnicos da Embrapa que vem desenvolvendo um trabalho junto aos agricultores do distrito de Barra Alegre do município de Bom Jardim, realizaram um instigante panorama:

*Especificamente nos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, incluindo-se Bom Jardim, diversos fatores, tais como a estrutura fundiária, o sucateamento das instituições públicas de assistência técnica e o grau de degradação das terras, imprimem ao agricultor uma forte pressão negativa, pois rendimentos elevados das culturas apresentam-se, aparentemente, atrelados a altos investimentos em estrutura física e/ou insumos. Decorre disso que investimentos sem a devida orientação passam a comprometer a viabilidade econômica das suas atividades e do próprio ambiente em que vive. A deficiência de*

28 Arquivo digital do Projeto Caminhos Geológicos - Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro, referente ao município de Bom Jardim. Documentação que também encontra-se disponível no sítio eletrônico: [http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/sitept/index.php?http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/lista\\_placas](http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/sitept/index.php?http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/lista_placas), (acessado em 22/06/2012).



*atendimento das empresas públicas de extensão rural favorece a capilaridade de representantes da indústria de fertilizantes e defensivos – os quais têm interesse na venda de seus produtos, o que leva a uma inversão de valores para os agricultores: vendedores de adubos e defensivos parecem ter mais credibilidade do que os técnicos de instituições do Estado, responsáveis por orientações técnicas de cultivo e manejo do solo (Brandenburg, Floriani, Silva, Cerveira Filho, Ferreira e Sant’ana, 2010: 5).*

Na compreensão destes técnicos, “a agricultura do Município de Bom Jardim não possui uma competitividade similar à de outros municípios da Região Serrana, porém a condição socioeconômica do produtor rural está acima da linha de pobreza” (Brandenburg, Floriani, Silva, Cerveira Filho, Ferreira e Sant’ana, 2010: 7). Assim, segundo estes técnicos, os principais motivadores para a expressiva evasão de jovens da área rural e das atividades agrícolas em Bom Jardim, na contemporaneidade, seriam a expansão do ideário urbano industrial e de uma percepção pejorativa do rural e das atividades agrícolas. Neste sentido, a partir do relato de um professor do ensino médio de Bom Jardim, os técnicos da Embrapa apontam que: eles (jovens das áreas rurais de Bom Jardim) não abandonam a escola porque precisam ajudar os pais, ou começam a trabalhar porque correm o risco de passar fome. Os pais podem perfeitamente satisfazer suas necessidades de moradia, alimentação e vestuário, e podem comprar livros e material escolar; o que os pais não podem comprar é uma motocicleta ou as roupas de grife. Pode-se conceber que a proximidade de Nova Friburgo como um polo de indústria têxtil crie uma expectativa de consumo muito alta, que pressiona Bom Jardim, de modo que, como diversas vezes relatado, as pessoas sentem vergonha de trabalhar na agricultura, em contraposição ao modo de vida mais tipicamente urbano de Nova Friburgo. Mas como Bom Jardim possui uma indústria incipiente, a demanda pelo consumo teria de ser satisfeita pelo trabalho no setor de serviços, onde se inclui o comércio (Brandenburg, Floriani, Silva, Cerveira Filho, Ferreira e Sant’ana, 2010: 7).

Neste sentido, observa-se que, contemporaneamente, o município de Bom Jardim concentra suas atividades econômicas na área do comércio e serviços, que representam 63,52%, seguido pela indústria com 26,62%, e da agricultura com 9,86%, segundo a Fundação CIDE. Entretanto, destaca-se a observação de que as atividades industriais estejam em expansão na região, em especial no distrito de Barra Alegre, que na primeira década de 2000, passou a ser o distrito industrial do município, vivenciando grandes transformações com a vinda de empresas que por conta dos incentivos fiscais estão se instalando na localidade. Frente ao que ainda não se possui dados para qualquer avaliação do impacto da expansão das atividades industriais no distrito de Barra Alegre, como também apontaram os técnicos da Embrapa.



## Considerações finais: o papel e o lugar do rural.

Com o exame empreendido neste texto, considera-se ter sido possível galgar importantes passos na compreensão do papel e lugar do rural nas dinâmicas de *territorialização* do município Bom Jardim, essencialmente em suas relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço nos âmbitos político-econômicos. Neste sentido, destaca-se a compreensão de que este processo 'local' só pôde ser apreendido em suas interconexões, mutuas, intermitentes e assimétricas (Elias, 1986), com o campo de relações (Bourdieu, 2011) acerca do rural e das perspectivas de desenvolvimento rural de mais longo escopo, do qual o fragmento territorial de Bom Jardim faz parte.

Assim, observou-se que a partir de fins do século XVIII começaram a ser implantadas na região de Bom Jardim diversas fazendas que se voltavam ao abastecimento de gêneros alimentícios das regiões mineradoras, principalmente da província de Minas Gerais. Na primeira metade do século XIX, com a crescente crise da economia mineradora brasileira e ascensão da economia cafeeira no Brasil, percebeu-se uma expressiva expansão da produção de café para a região de Bom Jardim.

Neste contexto, observou-se a coexistência de duas formas de organização sócio produtiva na produção cafeeira da região: de grandes fazendas escravistas (principalmente na região mais próxima a Cantagalo) e em menor escala com mão de obra livre, muitas vezes familiar (essencialmente nas regiões de maior altitude e com terrenos mais acidentados, em que se destacam dois dos quatro distritos que atualmente formam o município de Bom Jardim: Barra Alegre, São José do Ribeirão). A produção cafeeira nas grandes fazendas escravocratas foi fortemente impactada com a abolição da escravidão no Brasil em 1888, que veio a se somar ao desgaste dos solos e crise da economia cafeeira de fins do século XIX. Já nas regiões onde as grandes fazendas escravocratas não encontraram eco, como no distrito de Barra Alegre do município de Bom Jardim, a economia cafeeira manteve parte de seu vigor, ao menos até os primeiros anos do século XX. Todavia, também nestas regiões, com o desgaste dos solos e crescente crise da economia cafeeira no Brasil, a produção de café experienciou um paulatino decréscimo no decorrer do século XX.

Com a crescente crise da economia cafeeira ao longo do século XX, observa-se que a agropecuária policultora passou a ser dinamizada na região. Entretanto, não conseguindo se colocar como alternativa viabilizadora da manutenção da grande maioria dos indivíduos membros das famílias de agricultores. Assim, observou-se ter ocorrido um expressivo êxodo rural e agrícola no município de Bom Jardim a partir de meados do século XX, que mesmo tendo diminuído significativamente a partir da década de 1990, ainda pode estar ocorrendo. O que se compreende como sendo emblemático, em âmbito 'local', do proces-

---

<sup>29</sup> No contexto atual, técnicos da Embrapa, em conjunto com diversas entidades voltadas ao desenvolvimento sustentável, vem buscando legalizar e normatizar o *pousio* nas regiões de agricultura montanhosa, como expressão de uma prática agrícola sustentável.



so de aprofundamento da *modernização* da agricultura brasileira a partir de meados do século XX, em que foi sendo consolidada a concepção de desenvolvimento rural enquanto sinônimo de **modernização** das atividades agrícolas e a noção de rural se restringindo como espaço de produção agrícola, em meio a difusão da cultura urbano-industrial e da forma de organização social fordista, com crescente desvalorização da cultura rural e expansão do êxodo rural e agrícola nas mais diversas regiões do país.

Todavia, a partir de fins da década de 1980, em meio a complexificação da temática do rural, ascensão de atores sociais e novas perspectivas de desenvolvimento em âmbito nacional, observa-se a implosão da identidade entre rural e agrícola, como também entre desenvolvimento rural e modernização da agricultura. Questões que passaram a ganhar maior vigor político e conceitual no decorrer da década de 1990, fortemente influenciado pelo aprofundamento e maior visibilidade, nacional e internacionalmente, das contundentes críticas "ao caráter excludente e aos nefastos efeitos ambientais, culturais, econômicos e sociais do processo de *modernização* agrícola da revolução verde" (Delgado, 2009: 16).

É neste contexto, então, que se observa, no Distrito de Barra Alegre, a emergência de iniciativas que visam contribuir com este movimento de redefinição da concepção acerca do rural e de sua re-valorização, concebidas como sendo de crucial importância na construção de uma sociedade mais equitativa e menos excludente (Delgado, 2009). Em que merece destaque o projeto iniciado em fins da década de 2000 por técnicos da Embrapa e da EMATER Bom Jardim, que, de forma participativa com os agricultores da região, buscam valorizar e disseminar práticas agrícolas sustentáveis, a exemplo do *pousio*.<sup>29</sup> Da mesma forma, destaca-se a estruturação do Ponto de Cultura Rural Sobrado Cultural em meados da década de 2000 que vem desenvolvendo um amplo conjunto de projetos que visam resgatar e valorizar as expressões socioculturais dos atores sociais das áreas rurais desta região, e assim contribuindo para a construção de uma percepção valorativa deste espaço e de seus atores.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, João Raimundo de; MAYER, Jorge Miguel. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora do Livro Técnico, 2003.
- BOTELHO, Marjorie de; PAOLINO, Claudio Marcio. *Agricultores do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. INEPAC, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CARNEIRO, Maria José (Coord). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Maud X: FAPERJ, 2012.
- CARNEIRO, Maria José; BERTOLINO, Ana Valéria A.; BERTOLINO, Luiz Carlos. *Agricultura e território: práticas e saberes*. Rio de Janeiro: Traço Comunicação, 2010.
- COSTA, Julio Roberto Pinto Ferreira da; TURETTA, Ana Paula Dias, DONAGEMMA, Guilherme Kangussu e BALIEIRO, Fabiano de Carvalho. *A agricultura no município de Bom Jardim, RJ: Entre a sustentabilidade e a precarização do trabalho*. II Seminário: Sociologia e Política. Trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 10 - Ruralidades e Meio ambiente. Volume 10. Anais do Evento 2010.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.
- DELGADO, Nelson Giordano. *Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional*. 2009.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ERTHAL, Manoel. *Bom Jardim: esboço histórico e geográfico*. Bom Jardim, 1957.
- ERTHAL, Clélio. *Cantagalo, da Miragem do Ouro ao Esplendor do Café*. Niterói; Gráfica Erthal, 1992.
- FRAGOSO, João. *Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre economia colonial*. Locus. Revista de História, Juiz de Fora, NHR, UFJF, V 6, N 10, 2000.
- HOBSBAWM, Eric J.. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1948.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário: Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, 1995-96.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/1990>, acessado em 27/07/09.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E ECONOMIA. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=74&z=t&o=3&i=P>, acessado em 27/07/09.
- LAMEGO, Alberto Ribero. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945.
- MARX, Karl. *O Capital: o processo global de acumulação capitalista*. São Paulo: Difel, 1985.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.





NICOLIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo – Emigração Suíça e Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 2005.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e a questão agrária*. Estudos Avançados, USP, 3 (7), 1989.

PETRONE, M. Thereza Scroer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

TEDESCO, João Carlos. *Agroindustrialização do espaço agrário e a pequena produção familiar: tendências e controvérsias*. In: Teoria e Evidência Econômica, ano 2, n. 3. Julho, 1994.

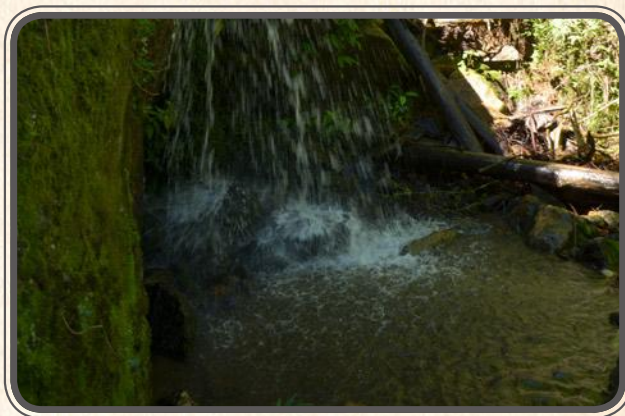
SA REGO, Virginia Villas Boas. *Paraísos perdidos ou preservados: os múltiplos sentidos da cidadania em Áreas de Proteção Ambiental*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. Doutorado em Meio Ambiente, 2010.



## **BARRA ALEGRE E PEDRA AGUDA: PATRIMÔNIO NATURAL<sup>1</sup>**

Os primeiros habitantes da região de Pedra Aguda foram da família Tardim. Eles chegaram por volta de 1880 e, em meados de 1940, foram seguidos pelas famílias Maciel e Schot. A principal atividade destas famílias era a agricultura de subsistência. Sua população teve auge na década de 1970, quando foi fundada a escola municipal, exclusivamente para a comunidade.

A geografia acidentada, a distância dos centros e a precariedade do acesso levaram a um movimento migratório. Atualmente restam menos de 8 famílias morando e produzindo na região. Há também três reservas particulares do patrimônio natural, RPPN, ou seja, áreas de conservação da natureza em terras privadas. O proprietário é quem decide se quer fazer de sua propriedade, ou de parte dela, uma RPPN, sem que isso acarrete em perda do direito de propriedade. As RPPNs são unidades de conservação de proteção integral e perpétua, cujo maior objetivo é manter a diversidade biológica. Sendo permitidas na reserva atividades recreativas, turísticas, de educação e pesquisa, desde que sejam autorizadas pelo órgão ambiental responsável.



1 O Estado do Rio de Janeiro apresenta características especiais em relação a sua geologia. Tanto na região litorânea quando no interior do Estado é notável a ocorrência de monumentos geológicos. Muitas vezes estes monumentos estão localizados em regiões com alto potencial turístico, porém ainda pouco desenvolvido. Desta forma, o Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), na sua função de Serviço Geológico Estadual, idealizou, em 2001, o Projeto Caminhos Geológicos com o objetivo principal de levar a geologia, em uma linguagem simplificada, aos cidadãos comuns, auxiliando no desenvolvimento turístico de regiões e levando a cultura geológica para áreas carentes deste tipo de informação. O Projeto Caminhos Geológicos se materializa através de painéis explicativos sobre a evolução dos monumentos geológicos fluminenses, identificados como "Pontos de Interesse Geológico".

O Projeto Caminhos Geológicos foi inicialmente implantado na Região dos Lagos e hoje já conta com 103 painéis explicativos espalhados pelo Estado. A linguagem utilizada procura buscar no cotidiano das pessoas as comparações com os fenômenos geológicos observados, de forma a "traduzir" a linguagem usada pela comunidade científica para o cidadão comum. É uma iniciativa pioneira do Estado do Rio de Janeiro e tem como parceiros fixos a TURISRIO – Cia. de Turismo do Estado do Rio de Janeiro e o DER – Departamento de Estradas de Rodagem. Fundamental é a parceria científica desenvolvida com as universidades presentes no Estado (UFRJ, UERJ, UFRRJ, UFF, outras) e empresas públicas e centros de pesquisas (PETROBRAS, CENPES e outros), além do apoio de empresas privadas e prefeituras.

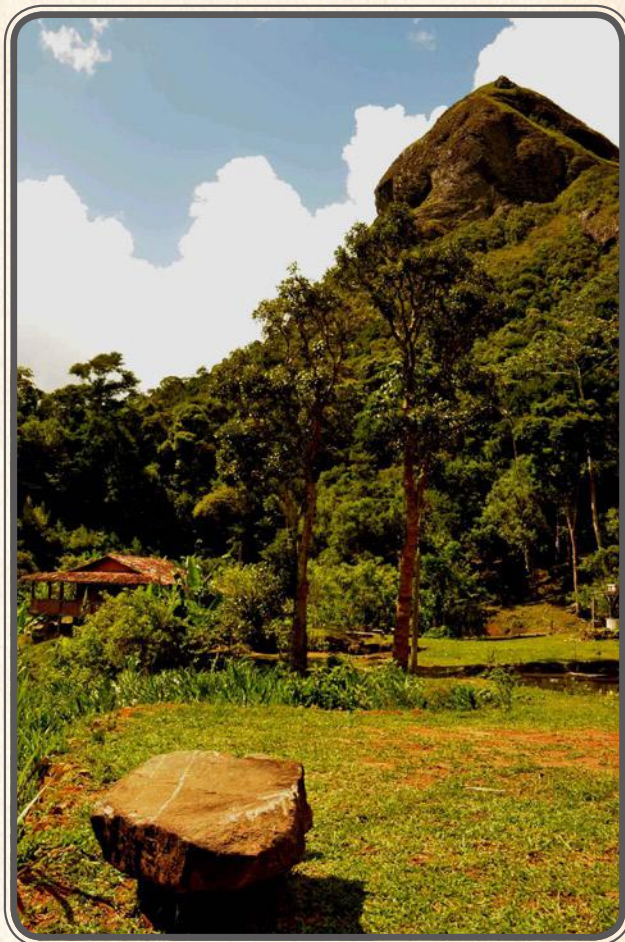
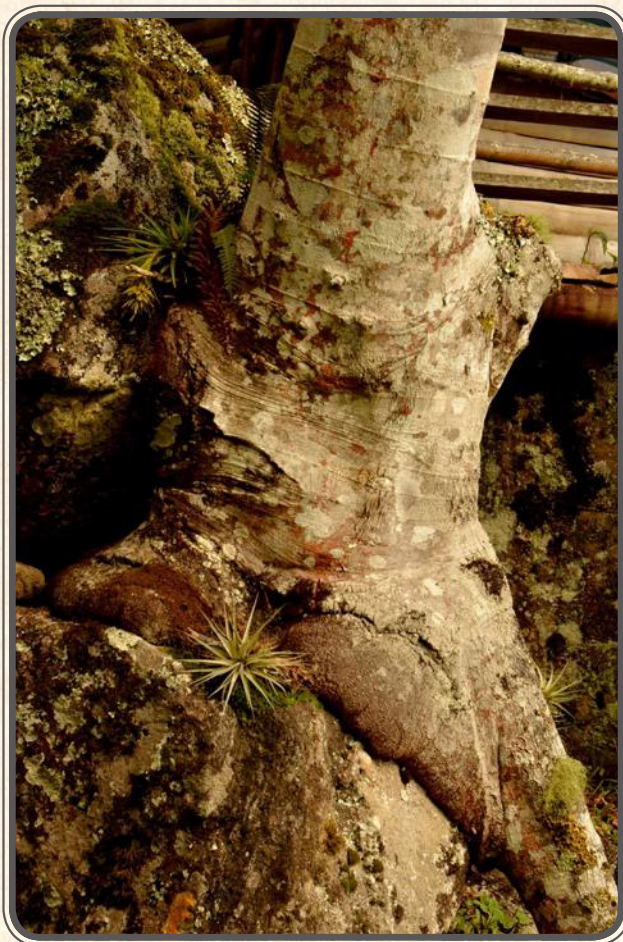
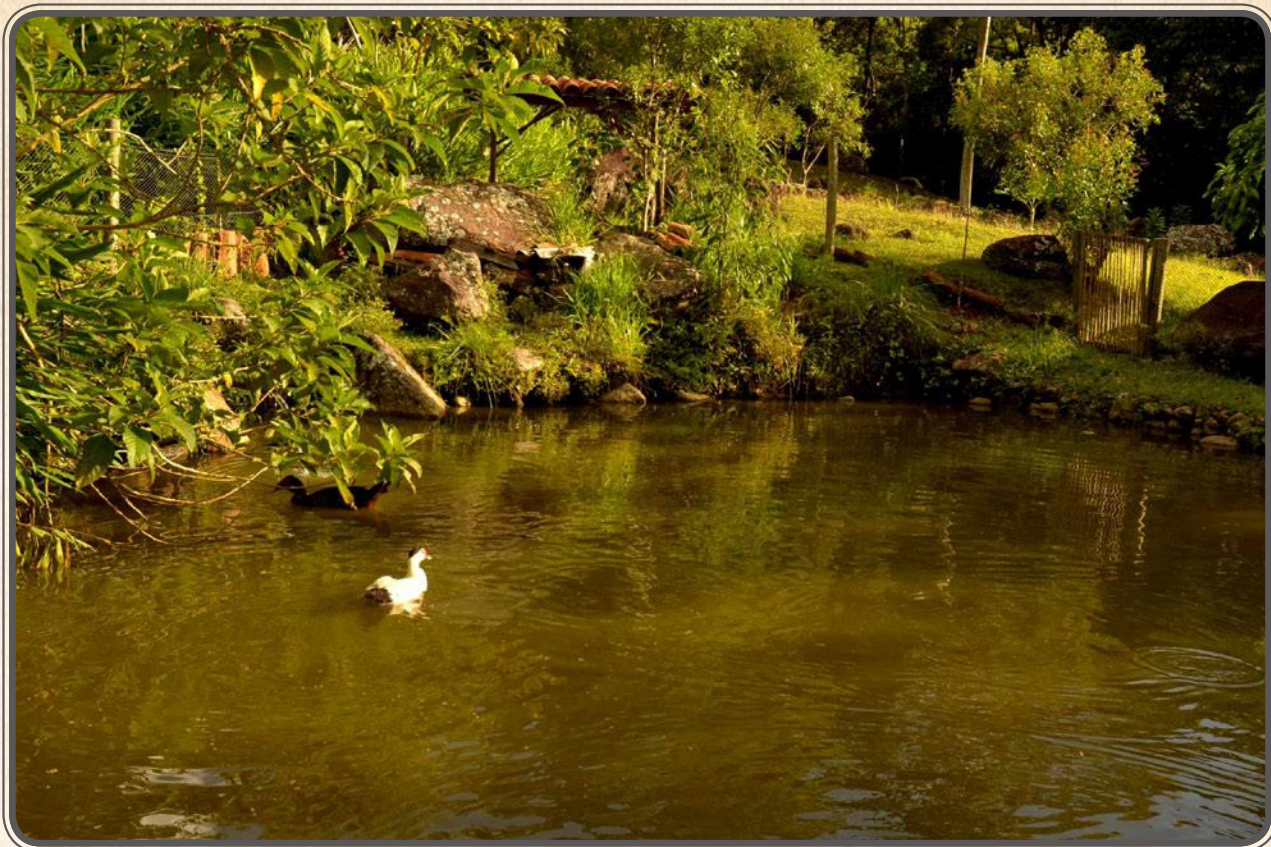


## RPPNs DE BARRA ALEGRE

### RPPN Nossa Senhora Aparecida













## PORTARIA Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2008

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE criado pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, no uso das atribuições previstas no art. 19 do Anexo I ao Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007 que aprova a sua Estrutura Regimental, e

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo Iba-ma nº 02022.001988/06-03, resolve:

Art. 1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 8,7 ha (oito hectares e sete ares), denominada "NOSSA SENHORA APARECIDA", localizada no Município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Tereza Cristina Telles de Moura e Waldir João da Silva Braga, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Sítio Nossa Senhora Aparecida, registrada sob o registro nº. 4, da matrícula de número 1.312, livro 2-H, folha 141, no registro de imóveis da comarca de Bom Jardim - RJ.

Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural NOSSA SENHORA APARECIDA tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado conforme memorial descritivo constante no referido processo.

Art. 3º A Reserva Particular do Patrimônio Natural inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P38, de coordenadas N 7.534.299,560 m. e E 778.131,110 m., situado junto a cerca de divisa da propriedade, deste, segue com azimute de 141°39'19" e distância de 726,46 m., confrontando com José Alcemário Guerreiro até o vértice P2, situado no alto da vertente, de coordenadas N 7.533.729,801 m. e E 778.581,801 m.; deste, segue acompanhando o córrego, pela margem direita, no sentido de jusante, confrontando com José Coelho com os seguintes azimutes e distâncias: 287°15'11" e 35,42m. até o vértice P3, de coordenadas N 7.533.740,305 m. e E 778.547,979m.; 000°00'00" e 23,34m. até o vértice P4, de coordenadas N 7.533.763,649 m. e E 778.547,979 m.; 299°12'28" e 56,21 m. até o vértice P5, de coordenadas N 7.533.791,078 m. e E 778.498,917 m.; 233°28'10" e 21,08 m. até o vértice P6, de coordenadas N 7.533.778,530 m. e E 778.481,979 m.; 275°51'24" e 67,52 m. até o vértice P7, de coordenadas N 7.533.785,420 m. e E 778.414,811 m.; 284°46'49" e 72,23m. até o vértice P8, de coordenadas N 7.533.803,846 m. e E 778.344,972 m.; 312°35'26" e 52,31 m. até o vértice P9, de coordenadas N 7.533.839,249 m. e E 778.306,459 m.; 349°36'47" e 59,81 m. até o vértice P10, de coordenadas N 7.533.898,080 m. e E 778.295,675 m.; 341°34'16" e 57,63 m. até o vértice P11, de coordenadas N 7.533.952,757 m. e E 778.277,456 m.; 285°43'07" e 84,22 m. até o vértice P12, de coordenadas N 7.533.975,574 m. e E 778.196,382 m.; 313°26'41" e 100,08 m. até o vértice P13, de coordenadas N 7.534.044,397 m. e E 778.123,718 m.; 348°00'22" e 54,64 m. até o vértice P14, de coordenadas N 7.534.097,840 m. e E 778.112,365 m.; 290°19'10" e 69,41 m. até o vértice P15, de coordenadas N 7.534.121,945 m. e E 778.047,270 m.; 270°05'37" e 21,67 m. até o vértice P16, de coordenadas N 7.534.121,980 m. e E 778.025,600 m.; deste, segue em uma linha reta com azimute de 16°57'32" e distância de 129,74 m., confrontando com Pierre Marc Gayte, até o vértice P17, situado junto a cerca, de coordenadas N 7.534.246,083 m. e E 778.063,444 m.; deste, segue confrontando com a área remanescente do sítio com azimutes e distâncias de: 6°52'15" e 39,75 m. até o vértice P37, situado em uma grande laje de pedra de coordenadas N 7.534.285,550 m. e E 778.068,200 m.; 77°26'43" e 64,45 m. até o vértice P38, de coordenadas N 7.534.299,560 m. e E 778.131,110 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação SAT 91891 de coordenadas N=7.537.831,082 e E=755.453,938 e, encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central de 45°W, tendo como Datum o SAD-69.

Art. 4º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, ou representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

## PORTARIA Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2008

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE criado pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, no uso das atribuições previstas no art. 19 do Anexo I ao Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007 que aprova a sua Estrutura Regimental, e

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo Iba-ma nº 02022.001988/06-03, resolve:

Art. 1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 1,75 ha (uma hectare e setenta e cinco ares), denominada "Nossa Senhora Aparecida", localizada no Município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Tereza Cristina Telles de Moura e Waldir João da Silva Braga, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Sítio Nossa Senhora Aparecida, registrada sob o registro nº. 4, da matrícula de número 1.312, livro 2-H, folha 141, no registro de imóveis da comarca de Bom Jardim - RJ.

Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN "Nossa Senhora Aparecida" tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado, conforme memorial descritivo constante no referido processo.

Art. 3º A área da RPPN inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P38 de coordenadas N 7.534.299,560 m. e E 778.131,110 m., situado junto a cerca de divisa da propriedade, deste, segue com azimute de 141°39'19" e distância de 726,46 m., confrontando com José Alcemário Guerreiro até o vértice P2, situado no alto da vertente, de coordenadas N 7.533.729,801 m. e E 778.581,801 m.; deste, segue acompanhando o córrego, pela margem direita, no sentido de jusante, confrontando com José Coelho com os seguintes azimutes e distâncias: 287°15'11" e 35,42m. até o vértice P3, de coordenadas N 7.533.740,305 m. e E 778.547,979m.; 000°00'00" e 23,34m. até o vértice P4, de coordenadas N 7.533.763,649 m. e E 778.547,979 m.; 299°12'28" e 56,21 m. até o vértice P5, de coordenadas N 7.533.791,078 m. e E 778.498,917 m.; 233°28'10" e 21,08 m. até o vértice P6, de coordenadas N 7.533.778,530 m. e E 778.481,979 m.; 275°51'24" e 67,52 m. até o vértice P7, de coordenadas N 7.533.785,420 m. e E 778.414,811 m.; 284°46'49" e 72,23m. até o vértice P8, de coordenadas N 7.533.803,846 m. e E 778.344,972 m.; 312°35'26" e 52,31 m. até o vértice P9, de coordenadas N 7.533.839,249 m. e E 778.306,459 m.; 349°36'47" e 59,81 m. até o vértice P10, de coordenadas N 7.533.898,080 m. e E 778.295,675 m.; 341°34'16" e 57,63 m. até o vértice P11, de coordenadas N 7.533.952,757 m. e E 778.277,456 m.; 285°43'07" e 84,22 m. até o vértice P12, de coordenadas N 7.533.975,574 m. e E 778.196,382 m.; 313°26'41" e 100,08 m. até o vértice P13, de coordenadas N 7.534.044,397 m. e E 778.123,718 m.; 348°00'22" e 54,64 m. até o vértice P14, de coordenadas N 7.534.097,840 m. e E 778.112,365 m.; 290°19'10" e 69,41 m. até o vértice P15, de coordenadas N 7.534.121,945 m. e E 778.047,270 m.; 270°05'37" e 21,67 m. até o vértice P16, de coordenadas N 7.534.121,980 m. e E 778.025,600 m.; deste, segue em uma linha reta com azimute de 16°57'32" e distância de 129,74 m., confrontando com Pierre Marc Gayte, até o vértice P17, situado junto a cerca, de coordenadas N 7.534.246,083 m. e E 778.063,444 m.; deste, segue confrontando com a área remanescente do sítio com azimutes e distâncias de: 6°52'15" e 39,75 m. até o vértice P37, situado em uma grande laje de pedra de coordenadas N 7.534.285,550 m. e E 778.068,200 m.; 77°26'43" e 64,45 m. até o vértice P38, de coordenadas N 7.534.299,560 m. e E 778.131,110 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação SAT 91891 de coordenadas N=7.537.831,082 e E=755.453,938 e, encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central de 45°W, tendo como Datum o SAD-69.

Art. 4º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, ou representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

## SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

## PORTARIA Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 2008

A SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas no art. 86, inciso VI, e do art. 72, § 2º da Lei nº 11.514, de 17 de agosto de 2007, e

Considerando a necessidade de disponibilizar recursos para atender demandas de Pessoal e Encargos Sociais do Ministério da Integração Nacional, e

Considerando a prerrogativa da Unidade Constitucional nº 16, de 20 de dezembro de 2007, que descriminaliza, até 31 de dezembro de 2011, todos os crimes de natureza de caráter de improbidade, com exceção dos crimes de improbidade administrativa, resolve:

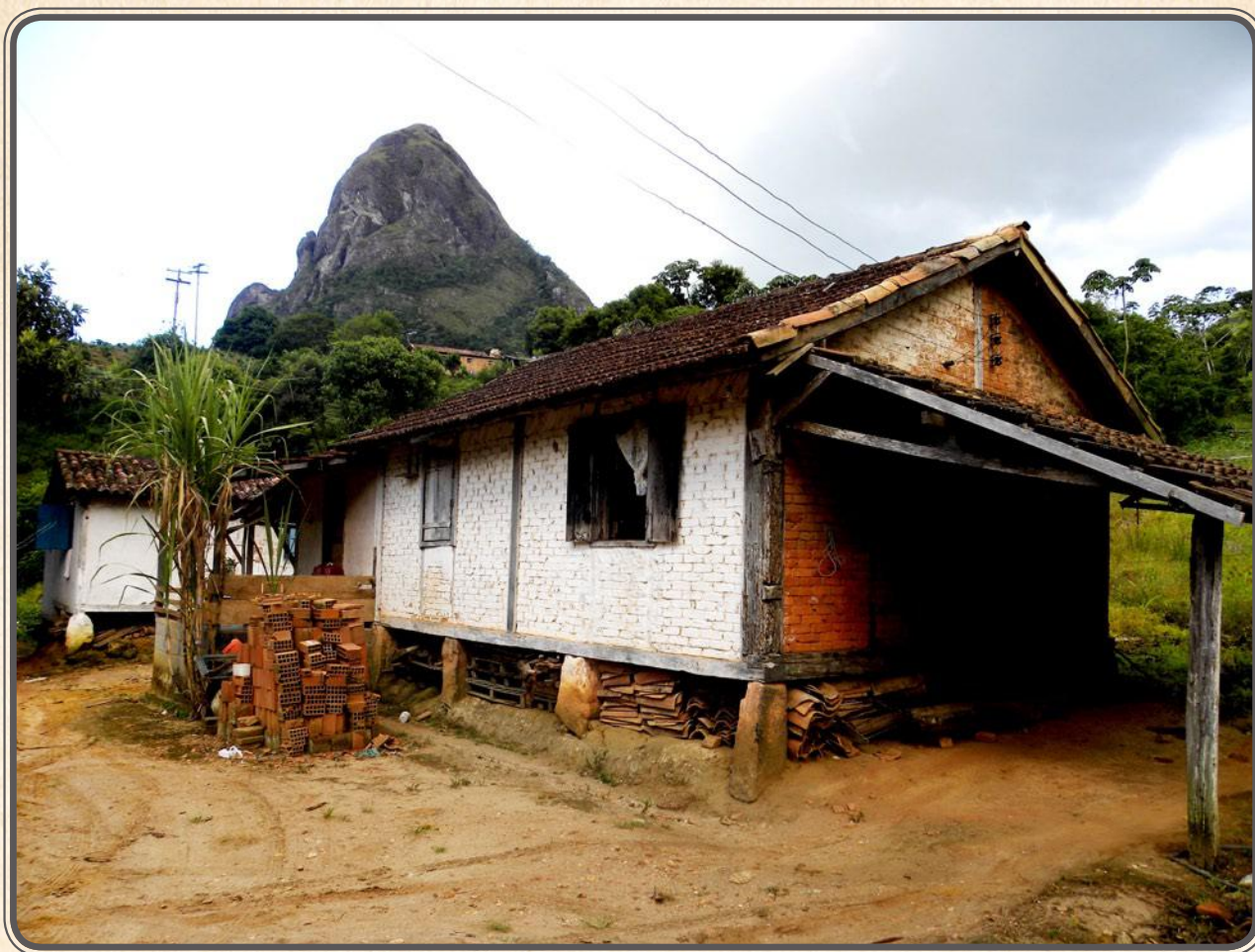
Art. 1º Modificar as contas dos recursos 1 e 2 desta Portaria, a fim de garantir a destinação encaminhada para o Fundo do art. 72, inciso I, da Lei nº 11.514, de 17 de agosto de 2007, no que concerne ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELIA CORRÊA



## RPPN VALE DO LUAR













**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO  
DA BIODIVERSIDADE**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente; Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e, Considerando as proposições apresentadas no Processo Iama nº 02022.001987/06-51, resolve:

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão[illegible]

Art. 1º Fica instituído o Conselho Nacional de Políticas e Programas de Integração Científica (CONAPPI), com a seguinte composição: o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Diretor do Instituto Nacional de Física de Partículas (INFP), ambos de direito, e o Diretor do Instituto de Física de São Carlos (IFSC), de nomeação do Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ad 7° O valor devido à União em decorrência de percentual atribuído de 40% de 85 milhões corresponde a R\$ 34 milhões.

14. 7.º Artigo adicional do Protocolo, a título de reconhecimento, os seus administradores de facto, incluindo Sérgio Infante, estão a cumprir, em termos de deveres de gestão, o 4.º do artigo 14.º do Decreto-Lei 1.710, de 1991 (1991).

Dr. F. D'Amico, a generalista, que se dedica a prestação particular de serviços, tem a possibilidade delegada a quem ele quiser que se ocupe de tudo o que não está incluído no pacote básico, incluindo uma 10% parte, naturalmente reservada a ele, caso de morte de 50% em caso de invalidez.

Journal of Management Education 33(10):1139-1154, 2009.  
© 2009 Sage Publications 10.1177/1053426909350000  
http://jme.sagepub.com

Aut. 17 Data Firenze città del regno no data di via per  
Maggio

[illegible]

Apel. 1.º Recurso 2.ª inst. a qual deve ser provida, a despeito da alegação de falta de interesse, porque a CFM nº 124/00, de 12 de maio de 2000, instituiu o CFTM sob a forma de Conselho Administrativo, e não de Conselho Superior, como alegado, e, portanto, não há que se falar em falta de interesse. (REsp 10.000/00, Rel. 1.º, DJP 12/05/2001, p. 123).

Art. 7º O valor devido a título de despesa de processo gerencial de que é de R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Art. 7º Toda entidade de Administração, a título de reconhecimento, os seus administrativos de nível, relacionados direta ou indiretamente com o evento, nos termos de disposto no parágrafo 1º do artigo 14, do Decreto nº 2.705, de 1991.

[illegible]

doi:10.1371/journal.pone.0142010.g002

A COMISSÃO RECOMENDOU AUMENTO DA TAXA DE IMPOSTO SOBRE O FORTALECIMENTO DAS BANCAS E DO COMÉRCIO, assim como a competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 98, de 17 de janeiro de 1960, do Ministério da Fazenda e do Centro de Informações e Planejamento, Organismo e Comércio, de acordo com o artigo 22, do Lei nº 4.683, de 17 de maio de 1966, o artigo 24 e uma parágrafo do Decreto nº 2.720, de 28 de janeiro de 1960, revogado.

[illegible]

At. 7. O valor total devido a Trib. de Recolho no Territ. Nacional, em decorrência de grande período de uso de 20.000.000 (vinte milhões) e quinhentos e quarenta e cinco mil e cinco e sessenta e sete unidades.

As 7.ª e 8.ª colunas da Tabela 1, a título de comparação, se incluem alternativas de custo, elaboradas sob a influência das variáveis de custo, no âmbito do projeto W de 1994. Os custos são de 1.725, de 1.700 e 1.675.

Art. 2º Os dados a serem coletados e os procedimentos adotados para a obtenção dos dados deverão ser aprovados pelo Conselho Nacional de Estatística, órgão do IBGE, que se instituiu a partir da Lei nº 10.162, de 2001, e do Conselho Nacional de Estatística, órgão do IBGE, que se instituiu a partir da Lei nº 10.162, de 2001.

Fig. 2. Two Portals with one rigid or two sets of two portals.

A. GONÇALVES RODRIGUES, SECRETÁRIO-GERAL DO INSTITUTO, NÃO TEM TÍTULOS DE EMPREGADO OU DE OUTRO CARÁTER, nem de dependência que lhe dê qualquer parte fixada no art. 10, do 1.º de janeiro de 1950, do Decreto do Parlamento do Estado, do Ministério do Parlamento, (Decreto nº 1.000), e de acordo com o artigo 10, do 1.º de janeiro de 1950, do 1.º de maio de 1950, e artigo 14, a parte parágrafo, do Decreto nº 1.000, do 1.º de janeiro de 1950, resolve:

[illegible]

Ata 27 de julho 1994, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, do processo administrativo de nº 100 e de nº 171.000, com o anexo nº 100.

As 7<sup>as</sup> turmas criadas em Pernambuco, a título de experimento, se foram abolicionistas de facto, o mesmo não se verificou com a mesma, ou antes, com outras de outros os projectos 4<sup>o</sup> de 1835, 12<sup>o</sup> de 1836 e 1<sup>o</sup> de 1837, de 1838.





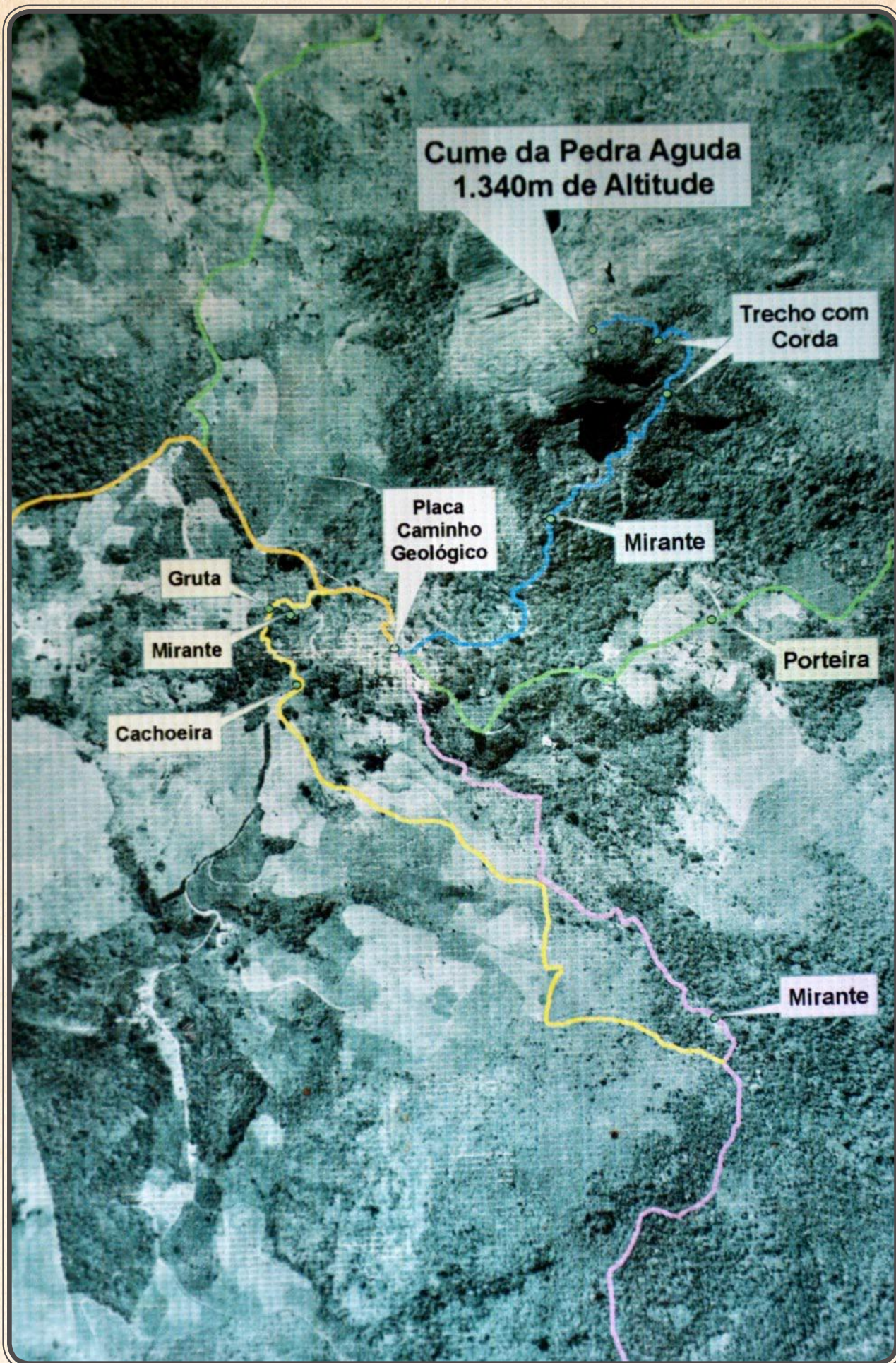
















3 - Processo: 0000.001779/2008-41  
Propositor: Universidade Federal de Juiz de Fora  
Título: Voleibol UFJF: da inscrição ao treinamento  
Registro: ME: 01366220022008  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 21.195.735/0001-49  
Cidade: Juiz de Fora - UF: MG  
Valor aprovado para captação: R\$ 1.074.403,07  
Período de Captação: 18/03/2009 até 31/12/2009  
4 - Processo: 0000.001916/2008-61  
Propositor: Craxiama Esporte Clube  
Título: Projeto de Formação e Treinamento de Atletas de alto profissional  
Registro: ME: 02563030022008  
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento  
CNPJ: 03.663.781/0001-21  
Cidade: Craxiama - UF: SC  
Valor aprovado para captação: R\$ 2.915.773,51  
Período de Captação: 18/03/2009 até 31/12/2009

#### DELIBERAÇÃO Nº 15, DE 18 DE MARÇO DE 2009

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, designada pela Portaria nº 36, de 20 de fevereiro de 2009, com base no disposto no parágrafo 7º, do artigo 28, do Decreto nº 6.100/2007, nos realizados em 21/2/2009 e 10/3/2009, resolve:

Art. 1º Apreciar o início de execução dos projetos com captação parcial, conforme Anexo I.

Art. 2º Promover o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações e patrocínios.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI  
Presidente da Comissão

#### ANEXO I

1. Processo: 0000.004234/2007-01  
Propositor: Associação de Ginástica Rítmica  
Título: Projeto Arte  
Aprovado início da execução do projeto, com captação parcial no valor de R\$ 251.942,36

2. Processo: 0000.003202/2008-09  
Propositor: Instituto Raciolar  
Título: Raciolar de Desenvolvimento Motor  
Aprovado início da execução do projeto, com captação parcial no valor de R\$ 62.650,00

#### ANEXO II

Processo: 0000.003248/2007-07  
Propositor: Clube de Artes Marciais Camara  
Título: Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC  
Prazo prorrogado para captação: até 30/06/2009  
Valor: R\$ 996.730,04

#### SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

#### PORTARIA Nº 36, DE 18 DE MARÇO DE 2009

Dispõe sobre a descentralização externa de estudos orçamentários e gastos financeiros à UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/ME e às outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente. Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e, considerando as proposições apresentadas no Processo nº 02022.001986/2006-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de estudos e o repasse de recursos financeiros para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/ME, visando o apoio financeiro para a realização do "10º Seminário e Lazer em Debate", conforme segue:

Órgão Colaborador: Ministério do Esporte  
Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças/Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Órgão Executor: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/ME

Unidade Gestora: 153062 Gestão: 153229  
Programa: 27.812.1290.2428.0001

Ação: Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer - Nacional

Natureza da despesa: 33.90.39 RS (12.000,00)

Fuente: 190

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A Universidade Federal de Minas Gerais/ME deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empobrecidos até o final do exercício de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAUSMAN

#### Ministério do Meio Ambiente

#### INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

#### PORTARIA Nº 12, DE 18 DE MARÇO DE 2009

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente. Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e, considerando as proposições apresentadas no Processo Interno nº 02026.000905/2007-00, resolve:

Art. 1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN CURECACA 2, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 24.445,1 ha (vinte e quatro hectares, quatrocentos e quarenta e cinco metros e sete centímetros), localizada no Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, de propriedade da Curacaca Hotel Fazenda Ltda, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Curacaca Vilas de Campos, registrado sob a matrícula nº 8.875, registro nº 1, livro nº 2.089, folhas 176, de 27 de novembro de 2008, no Registro de Imóveis da Comarca de Bom Retiro - SC.

Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN CURECACA 2 tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado, conforme memorial descritivo constante no referido processo.

Art. 3º A RPPN será administrada pela proprietária do imóvel, no representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criadas sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.985, de 17 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO  
MELLO

#### PORTARIA Nº 13, DE 18 DE MARÇO DE 2009

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente. Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e, considerando as proposições apresentadas no Processo nº 02022.001986/2006-14, resolve:

Art. 1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 4.2812 ha (quatro hectares vinte e oito ares e doze centesimos), denominada Marie Camille, localizada no Município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Pierre Marc Gayte, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado Sítio Marie Camille, matriculado sob a matrícula nº 2.002, nº R-01, livro 2-I, fl. 141, de 04 de setembro de 2008, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Bom Jardim/RJ.

Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Marie Camille tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado, conforme memorial descritivo constante no referido processo.

Art. 3º A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746 de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criadas sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.985, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008.

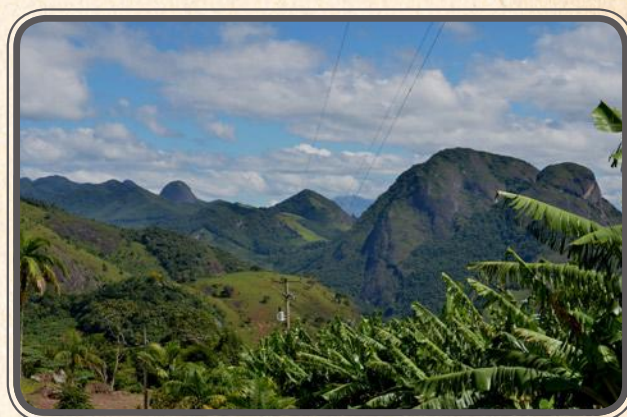
RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

#### PORTARIA Nº 14, DE 18 DE MARÇO DE 2009

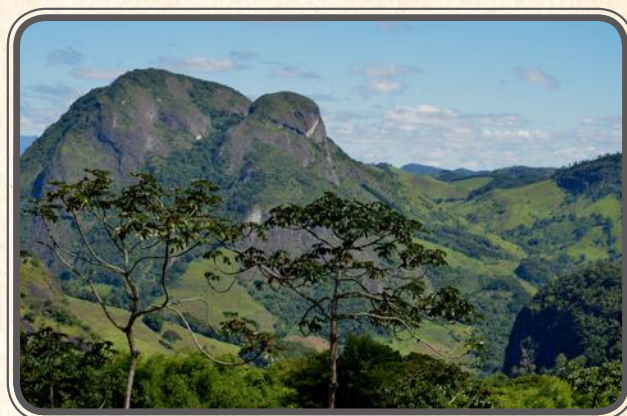
O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente. Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - e, considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio nº 02026.000905/07-71, resolve:



## A GEOLOGIA DE BARRA ALEGRE E PEDRA AGUDA



As rochas da região de Barra Alegre e Pedra Aguda guardam uma história geológica que começa a ser contada em quase 630 milhões de anos atrás, e que teve seu momento mais importante há cerca de 580 Milhões de anos, quando se formou a rocha denominada Granito Barra Alegre. Já as rochas que compõem o maciço rochoso da Pedra Aguda, fazem parte do denominado Complexo Rio Negro e são mais velhas que o Granito Barra Alegre cerca de 50 milhões de anos. Isto é confirmado pela idade de formação dos minerais da rocha (obtida por análises em laboratórios de alta tecnologia) e pela observação de que o Granito Barra Alegre se posiciona cortando o Complexo Rio Negro. Portanto, ele já existia quando o granito se formou.





## COMO SE FORMARAM AS ROCHAS DA REGIÃO

Tanto as rochas do Complexo Rio Negro quanto o Granito Barra Alegre têm sua origem relacionada ao grande continente que existiu no passado da Terra denominado Gondwana, que se formou pela colisão de várias massas continentais. Nestes eventos a pressão e temperatura são muito altas e ocorre a fusão de rochas no interior da Terra a dezenas de quilômetros de profundidade. As rochas que hoje vemos em Barra Alegre e adjacências se formaram desta maneira. É importante destacar que a fusão da rocha em profundidade forma um material de comportamento líquido chamado magma e que o granito é uma rocha gerada por cristalização (resfriamento) de um magma de composição química específica. Durante este processo, as rochas da Pedra Aguda, que também foram originadas pela cristalização de um magma, já existiam, e foram submetidas a estas altas pressões e temperaturas. Com isto, se modificaram, em termos de textura, estruturas e minerais, e correspondem aos gnaisses e migmatitos que forma o Complexo Rio Negro. Veja no Mapa Geológico (Figura 1) a disposição das rochas existentes na área.

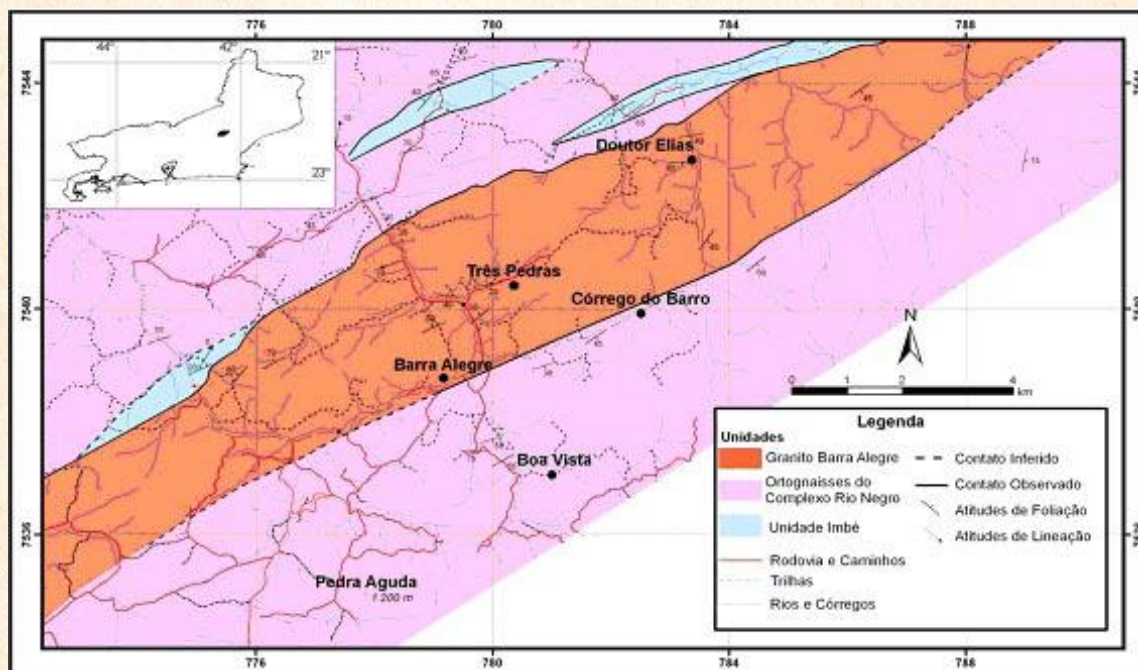


Figura 1: Mapa Geológico da Região de Barra Alegre e Pedra Aguda.

As cores diferentes representam grupos de rochas com evolução geológica, composição e idade distintas.

Veja na Figura 2 a paisagem típica formada pelo Granito Barra Alegre. Na Figura 3 é possível observar o aspecto comum deste granito. A Figura 4 é uma imagem de uma fina fatia desta mesma rocha vista ao microscópio. O grão com estampa em xadrez corresponde ao mineral claro (feldspato) que se destaca na rocha.





Figura 3: Aspecto do Granito Barra Alegre. O mineral retangular, claro, que se destaca dos demais é o feldspato.

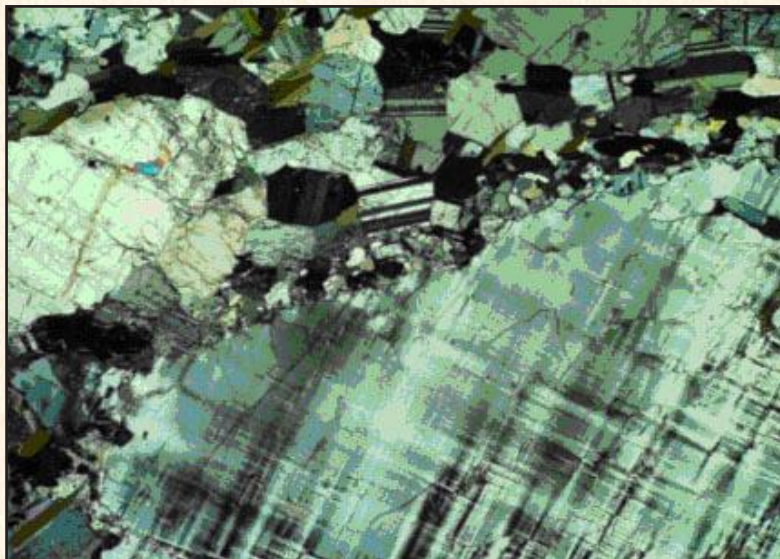


Figura 4: Granito Barra Alegre visto no microscópio. O grande mineral de cor cinza e com textura em xadrez é o feldspato.

A belíssima paisagem da Pedra Aguda (Figura 5), assim como a Serra do Macabu , está relacionada ao tipo de rocha que a compõe: os gnaisses e migmatitos Rio Negro. Veja na Figura 6 o aspecto típico destas rochas. Outros tipos de rocha também são encontrados na região, porém em áreas restritas. Os objetos que aparecem nas fotografias servem para orientar quanto ao tamanho dos minerais das rochas.



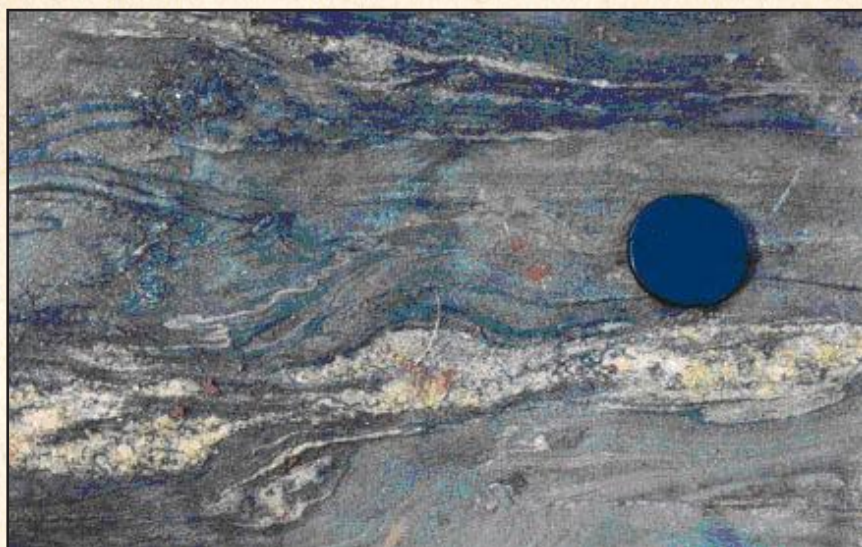


Figura 6: Aspecto dos gnaisses do Complexo Rio Negro. São rochas escuras, com bandas e veios claros, por vezes dobrados e estirados em função das altas pressões e temperaturas a que as rochas foram submetidas.

## A FORMAÇÃO DO GONDWANA



Figura 7: O antigo continente Gondwana, formado há aproximadamente de 520 milhões de anos atrás.

Figura 5: Foto da Pedra Aguda, que caracteriza a paisagem típica das rochas do Complexo Rio Negro.



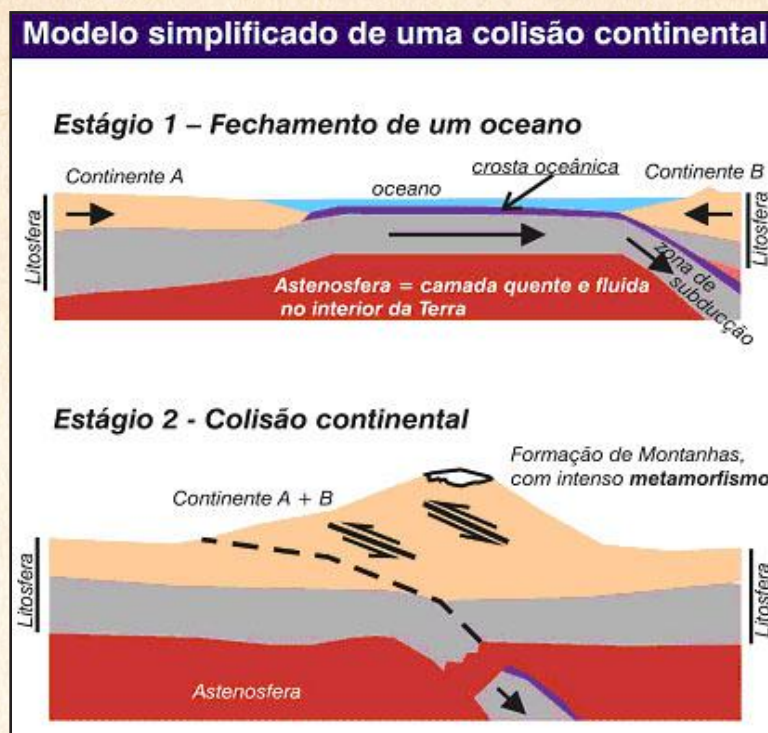


Figura 8: Esquema simplificado de uma colisão continental

Há 520 milhões de anos, nasceu o grande paleocontinente Gondwana (Figura 7). Ele foi formado pela aglutinação das massas continentais da América do Sul, África, Austrália, Antártica e Índia. As massas continentais unem-se por colisão (Figura 8). Estes eventos colisionais geram cadeias de montanhas gigantescas e são chamados de "orogênias". O melhor exemplo atual de orogénia na Terra é a que formou os maiores picos do mundo no Himalaia, devido à colisão entre a Índia e a Ásia.

Com os dados científicos obtidos no Estado do Rio de Janeiro, especialmente em Armação dos Búzios, foi identificada uma das orogênias geradas na colisão entre a América do Sul e a África. Esta orogénia, denominada Orogenia Búzios, ocorreu no meio do período geológico Cambriano e durou pelo menos 20 milhões de anos. Os estudos mostram que as rochas encontradas em Barra Alegre e Pedra Aguda estão relacionadas à formação deste supercontinente.

**Leonardo Pressi**

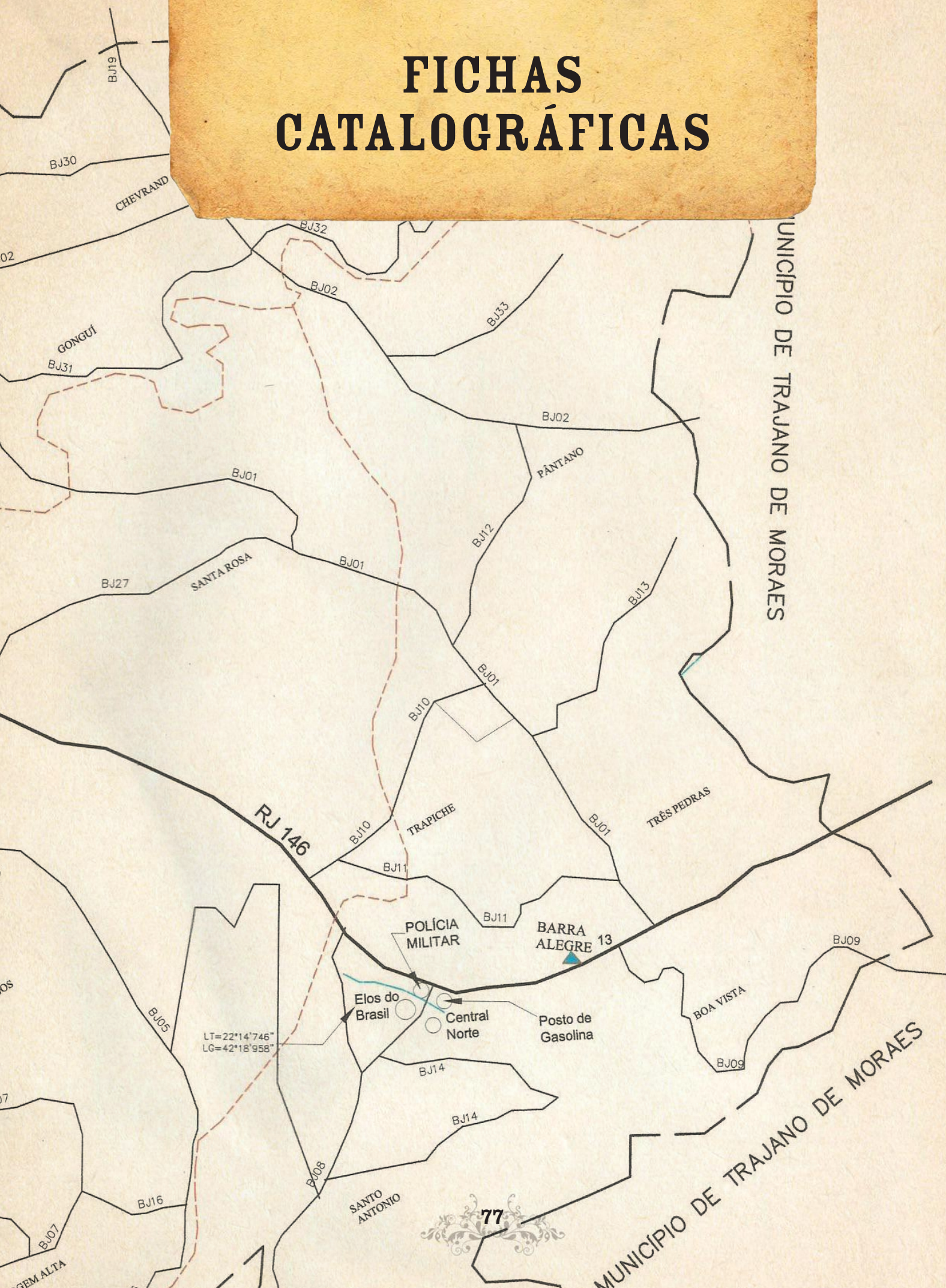
*Leonardo Frederico Pressi, geólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2009) e mestre pela Universidade de São Paulo – USP (2012). Sua dissertação teve ênfase em processos de mistura de magmas. Ingressou no Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – DRM-RJ em 2012, onde atua no Projeto Caminhos Geológicos e participa do Projeto Geoparque Costões e Lagunas.*







# FICHAS CATALOGRÁFICAS









# INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL DE BARRA ALEGRE - BOM JARDIM - RJ



## FAZENDA SÃO MARCOS

|                                                                    |                                        |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Denominação: Fazenda                                               | Código de identificação: BJ/BA – RJ 00 |
| Localização: Km 18 RJ 149                                          | Mapa de localização:                   |
| Época de construção:<br>Segunda metade do século XIX               |                                        |
| Estado de conservação:<br>detalhamento no corpo da ficha           |                                        |
| Uso original/uso atual:<br>Residência/residência                   |                                        |
| Proteção / proposta: Inexistente -<br>Manutenção dos proprietários |                                        |
| Proprietário: Particular                                           |                                        |



f 1 Fachada da Casa principal da Fazenda São Marcos construída na década de 50

Levantado por Andrea Rausch, Claudio Paolino,  
Juliano Palm e Marjorie Botelho (setembro de  
2012 a janeiro de 2013)

Revisão: Marjorie Botelho  
(fevereiro de 2013)



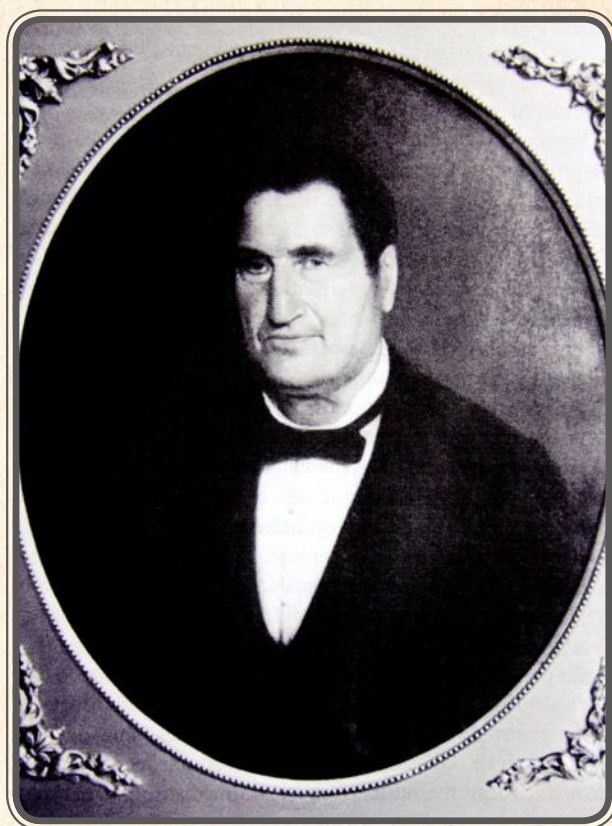
## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONJUNTO PATRIMONIAL

Atualmente (2013), pouco antes<sup>1</sup> de adentrarmos o povoado de Barra Alegre nos deparamos com a sede da Fazenda São Marcos (f1) de Carlos Henrique Erthal. A história da família Erthal e a trajetória das propriedades rurais que pertenceram à mesma são emblemáticas do processo de subdivisão das grandes fazendas existentes na região, ao longo dos séculos XIX e XX.

A família Erthal fez parte das primeiras levas de migrantes germânicos que chegaram ao Brasil, ainda na segunda década do século XIX. João Erthal (f2), nascido em 1806, patriarca da família no Brasil, chegou ao país no ano de 1826, ao completar 20 anos de idade. Após sua chegada, João Erthal veio residir em Nova Friburgo, onde exerceu a profissão de ferreiro. No ano de 1830, João casou-se com Catarina Wermelinger e desta união nasceram onze filhos. (f3)

Em 1860 João Erthal mudou-se para o município de Bom Jardim, após adquirir a Fazenda Santa Rita, no distrito de Barra Alegre. A partir deste período João passou a se dedicar, principalmente, a produção cafeeira, estendendo sua propriedade com a aquisição de diversos sítios e fazendas na região. Carlos Henrique Erthal afirmou ser uma prática familiar a compra de fazendas na região para o aumento do patrimônio e também para deixar de herança para os filhos. Assim, a Fazenda Santa Rita ficou tendo, além da sede principal, outras sedes e inúmeras residências de colonos que trabalhavam em suas

<sup>1</sup> Cerca de 1 quilômetro.



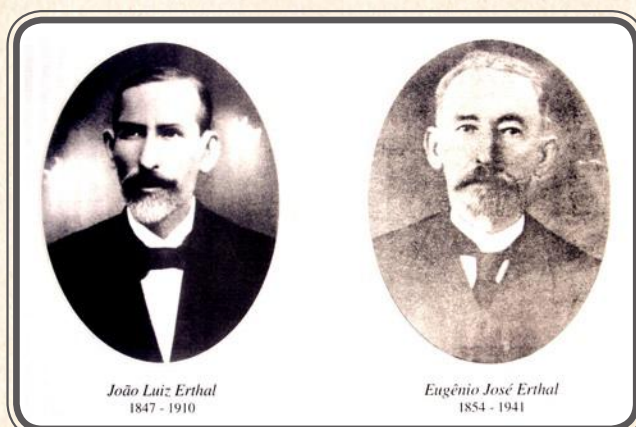
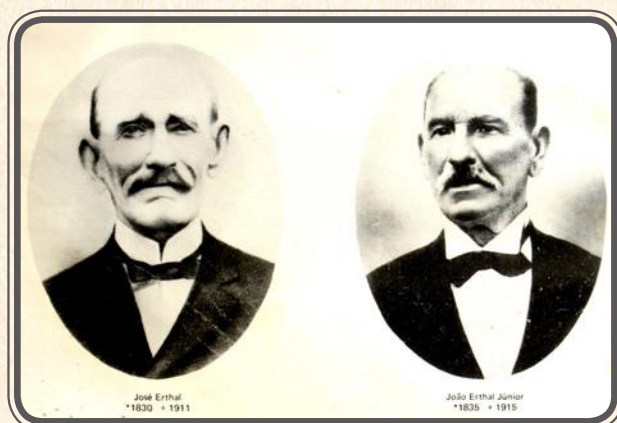
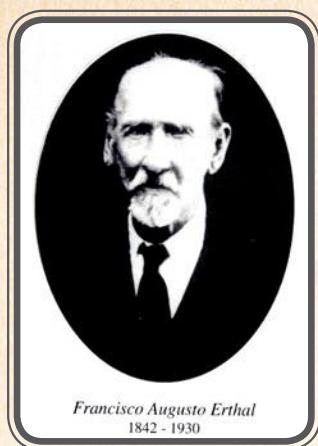
f 2 João Erthal

terras. Entre elas destacamos a fazenda Poço D'anta, adquirida em 1887, na qual estava inserida a propriedade conhecida atualmente como fazenda São Marcos.

Com o falecimento de João Erthal, em 1889, suas terras foram subdivididas entre os herdeiros (f3), José, Marianna Catharina, João Jr, Gertrudes, Manoel José, Francisco Augusto, Maria Catharina, Francisco José, João Luiz, Francisco Antonio e Eugênio José.

Eugênio José Erthal (f4) herdou as terras da Fazenda Poço D'anta (f5) uma propriedade de mais de 1000 alqueires de terra no distrito de Barra Alegre, em que a principal atividade produtiva era o café. A semelhança da propriedade de seu pai, José mantinha em





f3 Alguns dos filhos de João Erthal

sua propriedade diversas sedes de fazendas e inúmeras casas de colonos, segundo relato de seu neto Carlos. A Fazenda São Marcos estava inserida dentro desta propriedade antes da divisão da mesma entre os herdeiros.

Sobre a utilização da mão de obra escrava pela família, Carlos Henrique Erthal afirma que existiam escravos na região, mas que, quando a fazenda foi adquirida pelo seu avô a escravidão já estava em declínio, sendo proibida por lei, um ano após a aquisição das terras: "Viu?

Minha família não gostava disso não, porque basicamente eles não tinham escravos...é porque eles vieram da Alemanha e lá não tinha isso, né? É, depois eles foram obrigados a botar parceiros, mas aí é diferente..."

Na segunda metade do século XIX Eugênio José Erthal casou-se com Eugênia Maria Tardin com quem teve dez filhos: João Eugênio (1888), Henrique (1890), Alice (1893), Manoel (1895), Angelina (1896), Antonio Godofredo (1897), Carlos Augusto (1901), José





f4



f5 Fazenda Poço D'Anta pertencente a Eugênio José Erthal



Maria (1901), Argentina (1905), Aristeu (1907) e Isa (1909). Eugênio José tornou-se coronel quando adquiriu do governo a patente que era vendida na época para arrecadar recursos para a guerra.

Quando Eugênio José faleceu, em 9 de julho de 1941, suas terras foram subdivididas entre os filhos. Desta forma, Antonio Godofredo Erthal (f8) herdou as terras onde atualmente esta localizada a Fazenda São Marcos com aproximadamente 110 alqueires.

Antonio Godofredo Erthal casou-se com Maria Margarida Erthal (1912) e teve seis filhos, Antônio Luiz (14 de setembro de 1940), Maria Alice (12 de maio de 1942), Maria Auxiliadora (13 de agosto de 1949), Carlos Henrique (15 de agosto de 1950), Maria Solange (18 de novembro de 1953) e Marcos Tadeu (16 de abril de 1957). Após seu falecimento em 26 e outubro de 1969 sua propriedade foi subdividida entre os filhos do casal ficando a sede da fazenda para o filho Carlos Henrique Erthal. Atualmente a sede da Fazenda São Marcos se estende aproximadamente 17 alqueires<sup>2</sup>.

Carlos Henrique Erthal nasceu no dia 15 de agosto de 1950 e estudou até a segunda série do ensino fundamental no Colégio Leopoldo Oscar Stutz, localizado no atual Distrito de Barra Alegre. Depois foi para o Grupo Ramiro Braga (atual Colégio Estadual Ramiro Braga) na sede de Bom Jardim, onde concluiu o ensino fundamental. E fez o segundo grau no Colégio Anchieta em Nova Friburgo. Sempre trabalhou com agropecuária, integrando o Sindicato Rural de Bom Jardim. Foi eleito vereador pela Arena no ano de 1977, com 302 votos, tendo sido o segundo mais votado do município. Seu mandato foi prorrogado por mais dois anos e terminou em 1982. Neste período foi membro da Comissão de



f6 Posse do Prefeito em 1930 com a presença de jovens da Família Erthal



f7 Vitoriosa a Revolução de 1930, membros da família assistem a posse do novo Governo Municipal de Bom Jardim. Ao centro, o Cel. Eugênio José Erthal e o Prefeito.



f8 Antonio Godofredo Erthal



Justiça e Redação e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

Durante um período foi sócio proprietário da Cerâmica Erthal Ltda fábrica de tijolos e telhas de barro. Seu primeiro casamento aconteceu na década de 70 com Sonia Maria Moraes Erthal com quem teve três filhos: Bruno (13 de janeiro de 77), Fernanda (17 de fevereiro de 78) e Olivia (8 de julho de 1983). E na década de 90 casou novamente com Simone Junqueira Siqueira Erthal (f9) com quem divide o cuidado com a administração da fazenda e da casa que possuem na sede de Bom Jardim.

Como podemos observar a trajetória desta propriedade é expressiva do processo de subdivisão das grandes fazendas existentes na região. Da mesma forma, é indiciária de diversas reconfigurações socioeconômicas e culturais mais amplas ocorridas nestes últimos 150 anos. Ao longo deste processo histórico, muitos herdeiros foram vendendo as propriedades e migraram para os centros urbanos da região e do Estado. Da mesma forma, observa-se que entre aqueles que mantiveram as propriedades rurais a renda econômica advinda da produção agrícola foi paulatinamente perdendo importância em comparação com as atividades não agrícolas. Neste sentido, merece destaque a observação de que os seis filhos de Antonio foram residir em centros urbanos da região para estudarem, assim aproximando-se mais do ideário urbano industrial.

As transformações observáveis nas Fazendas da família Erthal acerca das formas de abastecimento também são simbólicas do processo de externalização, em que os setores

produtivos urbanos foram paulatinamente assumindo funções desenvolvidas internamente nas fazendas. Até a primeira metade do século XX as Fazendas da família Erthal eram autossuficientes na grande maioria dos gêneros consumidos, tanto na produção de gêneros alimentícios quanto de bens manufaturados.

Juntamente com a produção cafeeira as famílias de colonos mantinham uma expressiva produção para autoconsumo, que atendia praticamente toda a demanda de alimentos das propriedades. Neste sentido, Carlos Erthal destacou suas lembranças acerca dos dias chuvosos de inverno, em que existia grande movimentação na sede da Fazenda, para o processamento de arroz, cana-de-açúcar, queijos, dentre outros gêneros alimentícios.

Ao mesmo tempo, grande parte dos utensílios, a exemplo do mobiliário, era confeccionada na propriedade. Destaca-se que em 1942, quando Antonio Godofredo Erthal herdou a Fazenda São Marcos, que atualmente pertence a seu filho Carlos Erthal, havia apenas uma casa antiga, conhecida como “casa velha” e uma edificação para o armazenamento de café. Como esta habitação, construída no ano de 1865, encontrava-se bastante prejudicada pelo tempo,



f9

<sup>2</sup> Na região cada alqueire equivale a 2,7 hectares de terra.



Antonio Godofredo Erthal, decidiu edificar uma nova construção, hoje utilizada como casa principal. Para isso, estruturou a carpintaria/serraria, ao lado da antiga residência, confeccionando as aberturas e utensílios domésticos para sua família como também para as famílias de colonos.

O paulatino declínio das atividades produtivas e de auto-subsistência das fazendas tornou se ainda mais latente a partir de meados do século XX, quando o declínio da economia cafeeira acarretou uma crise na produção agrícola sem precedentes na região, em vista de nenhum outro cultivar agrícola ter alcançado a importância econômica do café. A crise do café juntamente com a crescente atração dos centros urbanos, foi responsável por uma expressiva redução da população do distrito de Barra Alegre. Conforme relatou Carlos Henrique, na Fazenda de seu pai trabalhavam cerca de vinte e cinco famílias de colonos na produção agrícola, além de quatro funcionários nas atividades desenvolvidas na sede.

Com o passar do tempo a produção cafeeira foi substituída pela criação de gado, em vista desta atividade necessitar de um contingente bem menor de mão-de-obra. Atualmente não existe mais nenhum funcionário trabalhando nas atividades agrícolas da Fazenda São Marcos, que tem uma produção agrícola pouco expressiva. Parte das terras da Fazenda esta arrendada para um vizinho e na área restante da propriedade ainda permanecem algumas pastagens, pequena produção de forragens e uma reserva florestal.

Neste sentido, destaca-se a observação de que para além de uma redução da importância desta região como produtora agrícola, está em curso uma redefinição sociocultural

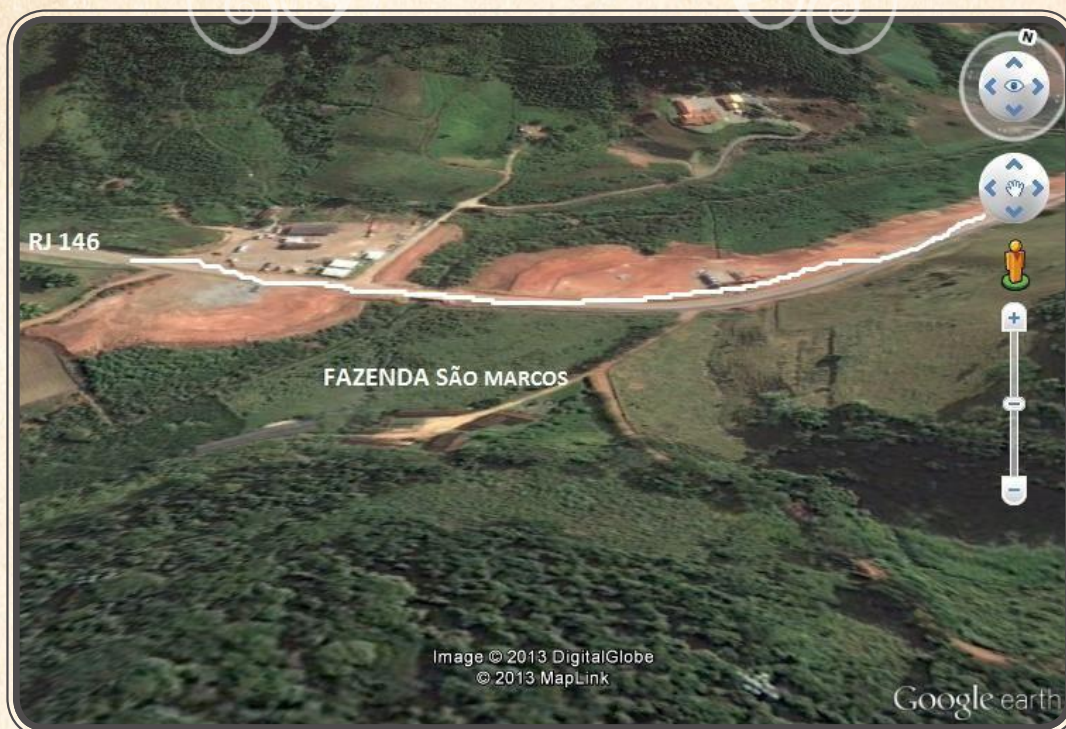


f10 Pintura da Casa Velha Isa Erthal

mais profunda, em que o modo de vida construído ao longo deste processo vem sendo subsumido pela lógica urbano industrial. Os próprios filhos de Carlos Henrique Erthal utilizam a fazenda para visitação nos finais de semana, ou mesmo no período de férias, transformando-a mais num espaço de lazer e turismo do que em um espaço produtivo.



## SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:

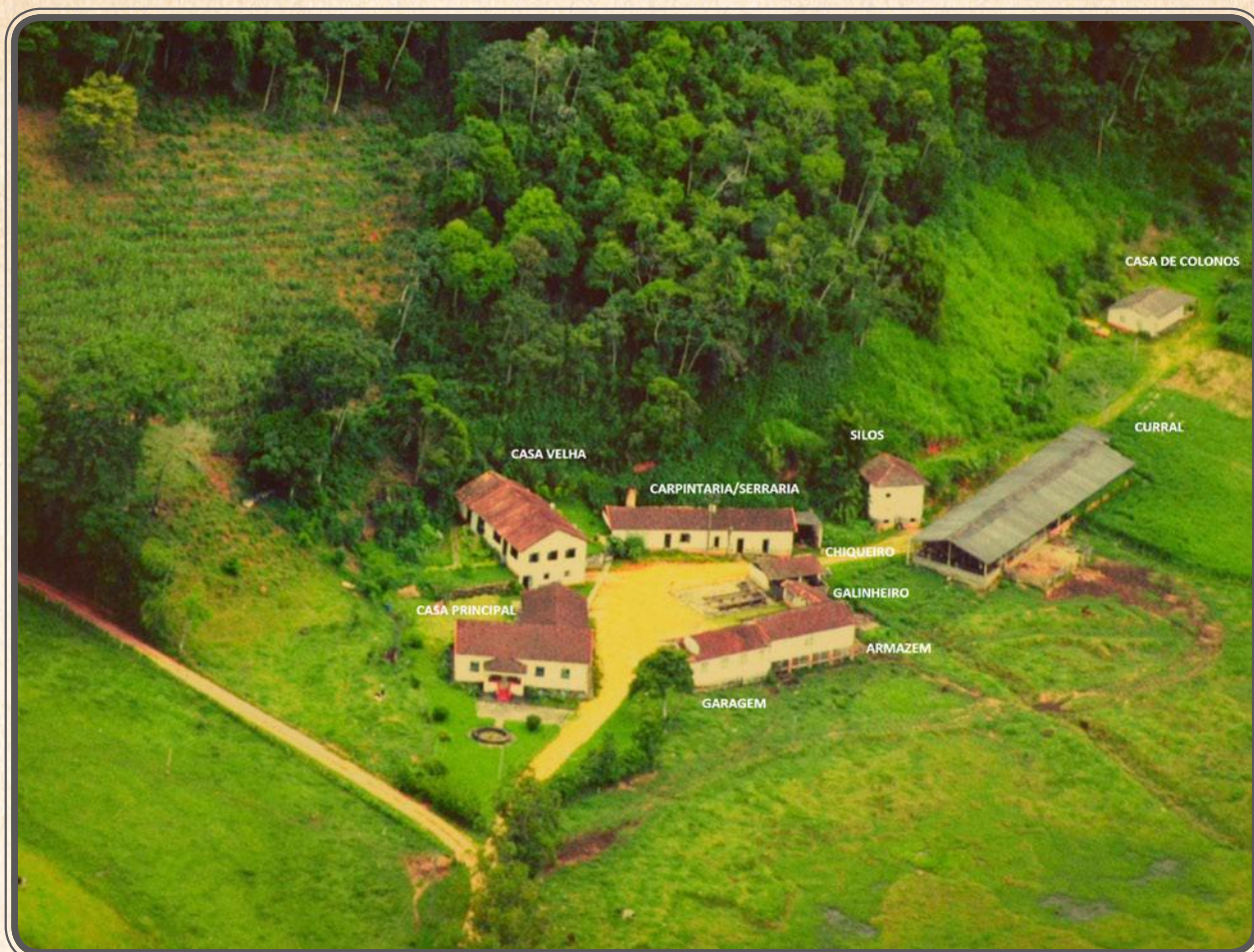


f11 Situação Fazenda São Marcos (janeiro 2013)



f12 Ambiência Fazenda São Marcos (janeiro 2013)





f13 Foto Aérea feita por Carlos Henrique Erthal em 2006

Seguindo a RJ 146 sentido Trajano de Moraes encontramos a Fazenda São Marcos de Carlos Henrique Erthal localizada no KM 18. A fazenda está a 200 metros da beira da RJ 146, numa estrada de terra, próxima à sede do distrito de Barra Alegre aproximadamente 5 km. Em frente a entrada da fazenda, do outro lado da estrada, tem a fábrica de asfalto Dimensional.

Ao adentrar a fazenda encontramos a casa principal construída na década de 50, atrás dela avistamos a antiga casa, conhecida como "casa velha", que existia na propriedade, quando a mesma foi adquirida pela família Erthal. Ao lado da "casa velha" avistamos a carpintaria/serraria e o gerador de energia e mais a frente o armazém, o chiqueiro e galinheiro.

À direita da carpintaria/serraria, cerca de 200 metros, chega-se à primeira casa de colono que fica próximo aos silos de forragens e ao lado do curral. Mais a frente, aproximadamente 400 metros, localiza-se outra residência de colonos, porém para chegar nesta casa o percurso deve ser feito pela estrada RJ 146, uns 600m da entrada da fazenda, pois pelo interior da fazenda precisa-se passar por uma pinguela, ou seja, por uma ponte improvisada e estreita.

Atrás do conjunto habitacional pode ser contemplada uma grande extensão de floresta da Mata Atlântica onde encontramos espécies variadas de árvores, tais como: cedro, peroba, murici, jacaré, entre outros e animais silvestres como paca, gambá, tatu, mico, além de uma cachoeira.







## DESCRIÇÃO HISTÓRICA E ARQUITETÔNICA/ ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Cabe ressaltar que a maioria dos bens, móveis e imóveis, encontram-se em bom estado de conservação, em função da manutenção recorrente realizada por seu proprietário. A família Erthal, além de apresentar um cuidado com seu patrimônio, através da manutenção e preservação, também demonstra uma grande preocupação com a salvaguarda de sua memória, tendo produzido, ao longo dos anos, ampla bibliografia sobre sua história, conforme pode ser verificado na produção de Cléio Erthal em "Cantagalo, da Miragem do Ouro ao Explendor do Café" de 1993, "Cantagalo 2, do Surto da Pecuária à Industrialização do Calcário" de 2003, de Dulce T. Erthal em "A família Tardin" de 2000 ou a "A árvore genealógica da família Erthal" de 1998, de Manoel Erthal com "Bom Jardim, Esboço Histórico e Geográfico" de 1957, entre outros.

Todo ano a família Erthal realiza uma festa de reencontro em Bom Jardim, com o intuito de unir os parentes e manter viva a história e os laços familiares.



f15



f16



f17





f18





f19 Fachada da Casa principal da Fazenda São Marcos

## CASA PRINCIPAL

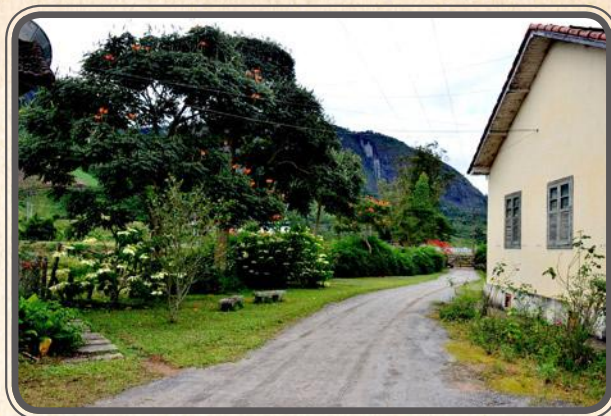


f20





f21



f22



f23



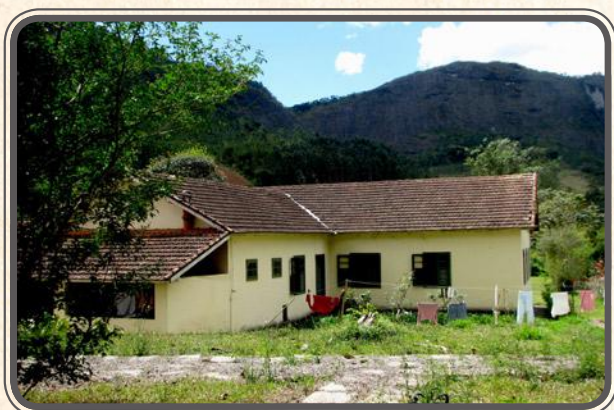
f24

Para a edificação de sua residência (f19 a f25) Antonio Godofredo teria contratado um dos pedreiros mais reconhecidos na região na época, Damaceno Filot, como lembra Carlos Henrique Erthal. Na entrada da fazenda há uma porteira de madeira (f21) e um belo jardim no seu entorno (f24).

A casa tem uma varanda com duas portas de entrada (f27), a porta da direita dá acesso para o salão e a da esquerda para

a saleta. Também pode se adentrar na residência através da porta dos fundos (f29) que fica na varanda ou pela porta da lateral (f30) com acesso para sala de jantar. A residência possui salão, saleta, sala de jantar, seis quartos, sendo um com suíte, cozinha, copa, dois banheiros e varanda.

Feita com materiais novos, de alvenaria, segundo os relatos de Carlos Henrique, foi considerada uma construção moderna na



f25



f26



época. A casa apresenta portas e janelas de cedro, retirados da própria fazenda, assoalho de taco de peroba e forro pinho de paraná- araucária. Toda parte de carpintaria da residência foi feita por Antonio Godofredo e alguns ajudantes na serraria/carpintaria adquirida na década de 50.



f27



f28



f29



f30









f32



f33

A casa principal passou por algumas reformas. Primeiramente ampliou a cozinha (f32), retirando a parede do cômodo que era destinado a dispensa para colocar uma mesa grande neste espaço; construiu um banheiro num dos cômodos para ter um quarto com suite e realizou uma pequena reforma na varanda (f33), retirando o cimento batido e colocando piso de cerâmica. Destaca-se nesta construção os prendedores das janelas feitos com ferro fundido (f35).



f34



f35



## MÁQUINA DE COSTURA



f36



f37



f38

A máquina de costura preta (f36 a 38), da marca Singer, decorada, com pedal, provavelmente da década de 1940 encontra-se em funcionamento. Eugênio José Erthal comprou para sua mãe Maria Margarida Erthal a máquina de costura, pois ela gostava de costurar roupa para família.



# RÁDIO-VITROLA

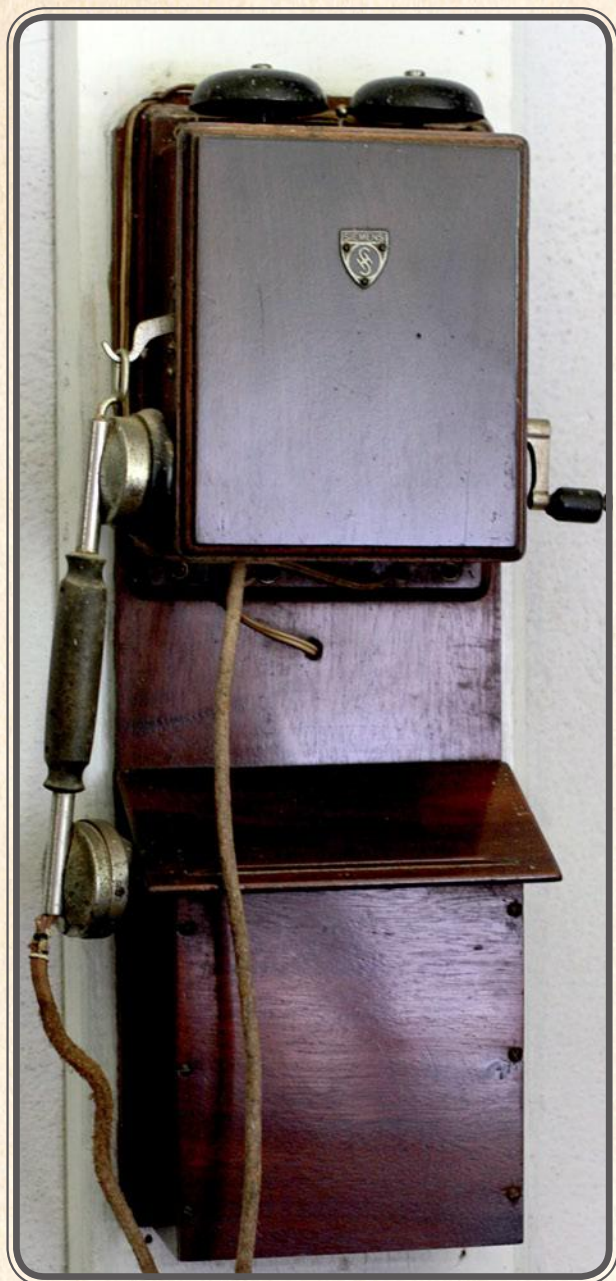


f39

O rádio Standart Electric (f39) foi adquirido no ano de 1954 por Antônio Godofredo Erthal. Atualmente está localizado na residência de Carlos Henrique Erthal e encontra-se em funcionamento e em bom estado de conservação. Entre o acervo discográfico pode ser identificado um repertório de música clássica.



# TELEFONE



f40



f41



f42

O telefone da marca Siemens (f40 a 42) foi adquirido por Antonio Godofredo Erthal na década de 50. Nesta época a comunicação funcionava através das centrais com mesas telefônicas que estabeleciam uma ligação elétrica entre dois telefones. Esse serviço, por ser manual, necessitava do auxílio de um telefonista que fazia a conexão entre os aparelhos, pois a mesa telefônica tinha várias linhas e assinantes. Inicialmente o telefone da família Erthal estava ligado a central telefônica de Bom Jardim, mas após o falecimento de Antonio, seus filhos inauguraram uma central telefônica em Barra Alegre com dez canais distribuídos entre os familiares e para o Raul Emerich que na época possuía uma farmácia.



## OUTRAS FOTOS DA CASA PRINCIPAL



f43



f44



f45



f46





f47



f48



f49



f50



f51





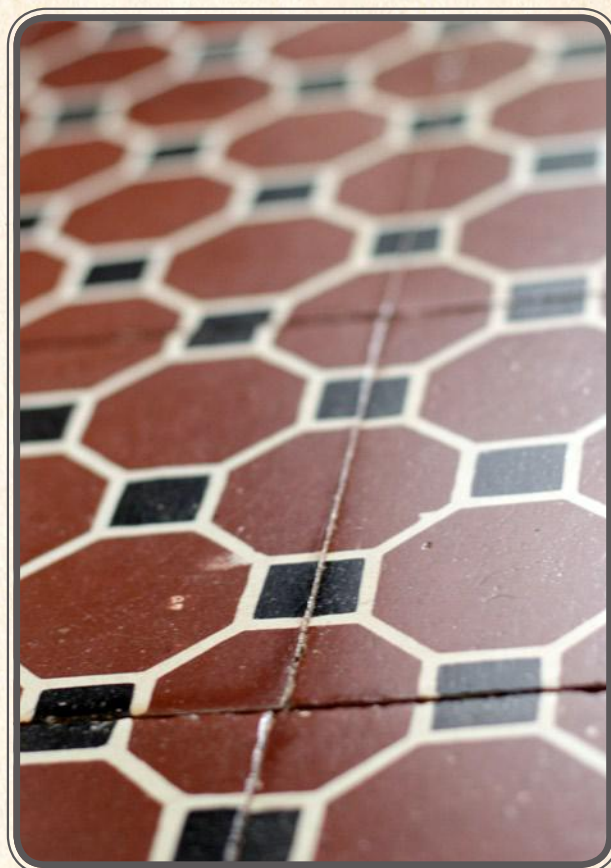
f52



f53



f54



f55



## CASA VELHA



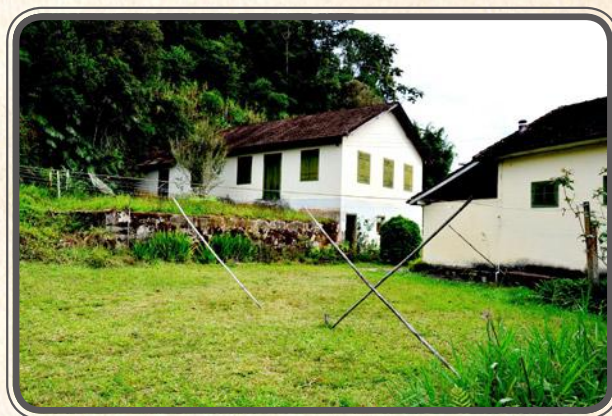
f56

Localizada atrás da casa principal, a "casa velha" (f56 a 61) existia quando a fazenda foi adquirida pela família Erthal, em 1942. Construída em estilo colonial, no ano de 1865, de pau a pique, com telhas canal e feita com madeiras nobres da região, apresenta, pintado em uma das suas portas a data de construção (f59).

Essa residência serviu como primeira moradia para a família Erthal enquanto construía a casa principal. Terminada a construção, a família mudou-se para a casa principal e, posteriormente em 1958, reformaram a "casa velha" que sofreu uma redução no número de janelas nas laterais, passando de cinco janelas para três (f61) e teve suas paredes de pau a pique substituídas

por paredes de tijolos furados. Nesta obra foram preservados os portais das janelas e portas que são de madeira maciça e as janelas e portas de cedro (f58).

A casa tem três quartos, salão, cozinha, varanda, quarto de dispensa, banheiro e porão (f66), feito de pedra (f67), que serve



f57



como garagem para o carro. A casa possui duas portas na frente da fachada, uma com entrada para a sala (f62) e outra na área estendida (f63) que fica acoplada na cozinha. Também pode se entrar pelas portas dos fundos (f64), que permitem a entrada respectivamente pela cozinha e pela área estendida da mesma.

As telhas utilizadas na casa são de fabricação da própria família e tem seu nome gravado nas mesmas. As telhas mais antigas possuíam a gravação "Erthal Bom Jardim" (f69), e as atuais, "Carlos Erthal" (f70). A fábrica Erthal Bom Jardim produzia telha de barro cozido e tijolo maciço e estava localizada dentro da fazenda Poço D'anta, na qual estava inserida também a fazenda São Marcos. O irmão de



f60



f61



f58



f59

Antonio Godofredo, Carlos Augusto Erthal, herdou a parte da propriedade onde estava situada a olaria e em 1942 passou a produzir as telhas e tijolos furado de barro em seu nome. A fábrica teve suas atividades encerradas na década de 60.

Atualmente a casa é utilizada esporadicamente pelo filho Bruno Erthal e sua família quando vem visitar o pai ou passar as férias na região. Algumas modificações foram realizadas no ano de 2000 para o melhor acolhimento da família, tais como: substituição do forro de madeira, para forro de PVC, construção de um banheiro interno que recebeu azulejos e desmonte do banheiro que ficava do lado externo, ampliação da varanda, colocação de piso na mesma e cobertura.





f62



f66



f63



f67



f64



f69



f65



f70





f68





f71



f72



f74



f73



f75 Brasão da Família Erthal



# ARMAZÉM



f76



f77



f78

Datado de 1892, o Armazém (f76), juntamente com a “Casa Velha” configura-se como um dos imóveis mais antigos da Fazenda São Marcos. Foi construído de pau a pique e servia como lugar para guarda de gêneros alimentícios como milho e arroz. Na década de 50, Antonio Godofredo, ampliou o espaço construindo ao lado uma garagem para estacionar seus carros (f77) e em frente um lavador para lavar os veículos. Atualmente o armazém serve como depósito e garagem.





f79



f80



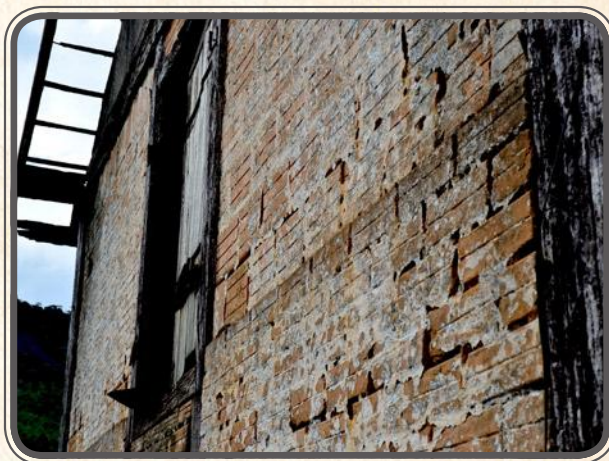
f81



f82



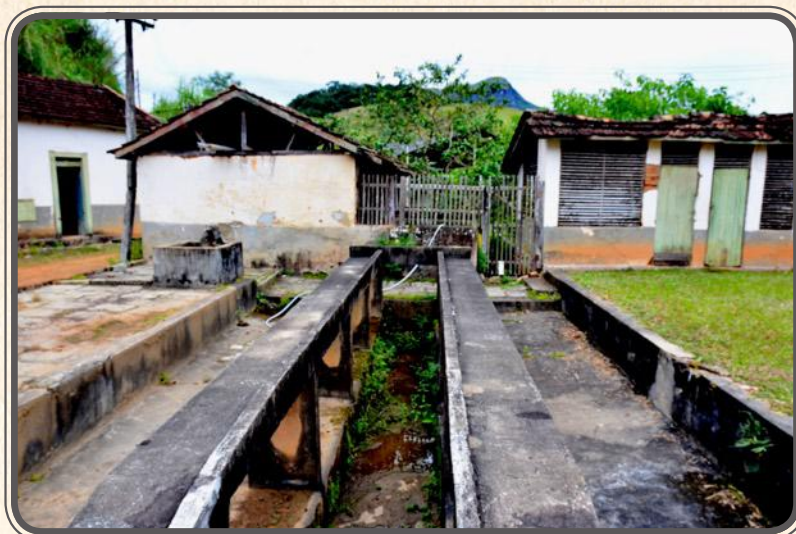
f83



f84



# CHIQUEIRO E GALINHEIRO

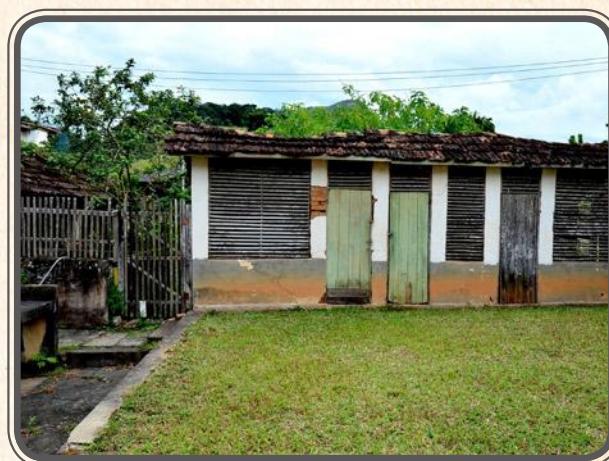


f85

O chiqueiro (f86) está localizado em frente à carpintaria/serraria, mas a entrada para as cegas dos porcos fica em frente à estrutura para lavar carros e ao lado do galinheiro (f87 a 89).



f86



f87



f88



f89



## SILOS DE FORRAGEM E CURRAL



f90

Os silos de forragem (f90) foram construídos em 1975 por Carlos Henrique Erthal em parceria com a EMATER. Sua construção foi motivada pela necessidade de guardar ração para os animais existentes na fazenda. Foram feitos de alvenaria e suas paredes contam com dois tijolos furado para ficar mais resistente, 3 metros de diâmetro e cinco de altura e com uma capacidade de armazenamento de 22 toneladas cada.

Estão localizados próximos ao curral (f91 a f97), pois ficava mais fácil o deslocamento do alimento para os animais. Eles foram desativados em 2009 porque essa tecnologia tornou-se arcaica para o contexto atual.





F91



F92



f93



f94



f95



f96



F97



## CARPINTARIA / SERRARIA



f98

A carpintaria/serraria (f98 a f100) da fazenda foi construída de tijolo furado, alicerce de pedras e telha francesa por Antônio Godofredo Erthal entre a década de 40 a 50 com o objetivo de confeccionar o mobiliário de sua residência, restaurar a casa velha e principalmente, edificar a nova residência da família, construída entre os anos de 1952 e 1954. Antonio instalou uma turbina e um gerador a água para que os equipamentos pudessem funcionar, pois a energia elétrica chegou à localidade apenas nos anos 80.

A família Erthal vem repassando de geração a geração o conhecimento da carpintaria através da oralidade. Antonio Godofredo aprendeu o ofício da carpintaria com Eugênio José e ensinou para seu filho Carlos Erthal que ensinou ao seu filho Bruno Erthal. Desta forma seguiu uma tradição muito comum das famílias que viviam em áreas rurais onde o conhecimento era repassado através da tradição oral.

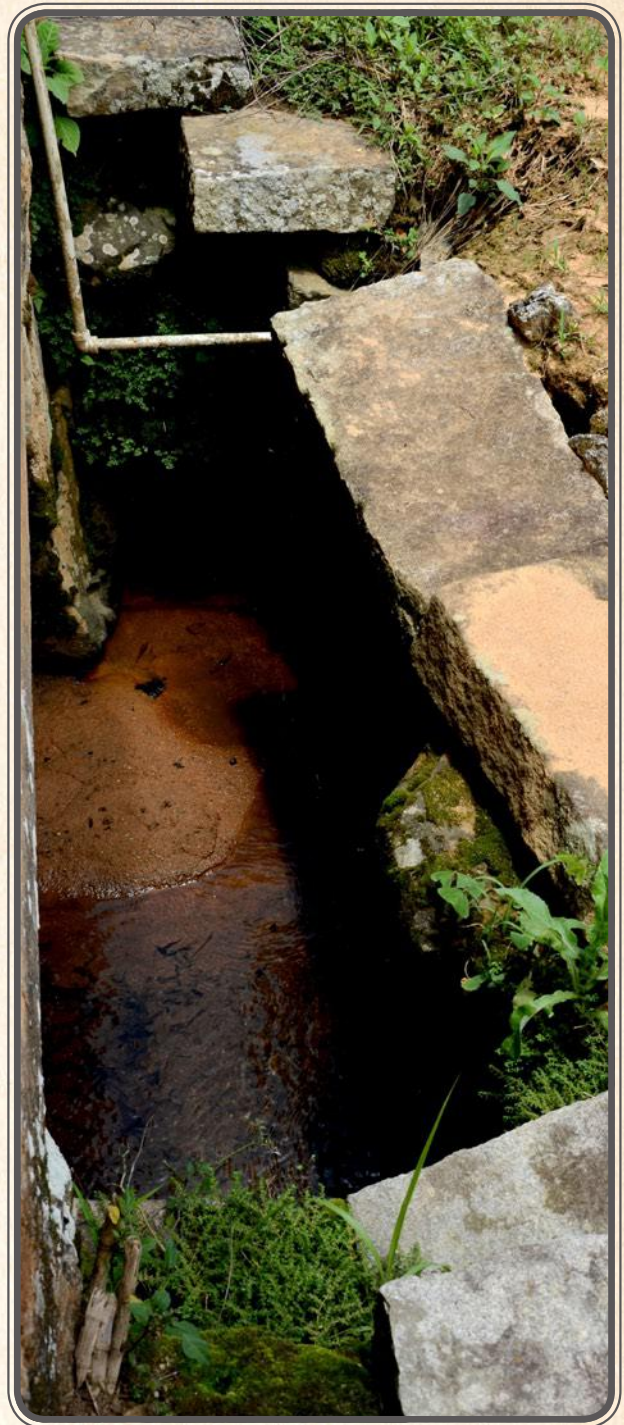
A carpintaria/serraria se encontra repleta de máquinas antigas (f101 a f112), compradas no Rio de Janeiro como plaina, desengrosso, serra circular, tupia, furadeira, entre outros. Atualmente o local continua a ser utilizado tanto por Carlos Henrique Erthal quanto pelo seu filho Bruno Erthal, ambos herdaram de seus antepassados o dom por carpintaria, caracterizando-se como importante espaço para as pequenas reformas realizadas na fazenda e para construção de mobiliário (f114 a f117).

A carpintaria/serraria, além de ser mantida em perfeito estado de conservação, com os instrumentos mais antigos em uso, conta atualmente com a possibilidade de funcionamento através da geração de energia hidráulica (f113) e também via rede elétrica, pois com a chegada da energia na região foi montado um sistema de distribuição que permite alternar o referido funcionamento. Carlos Henrique Erthal continua adquirindo novos maquinários, tendo recentemente comprado um torno para trabalhar peças de aço.





f99



f100





f101



f102



f103



f104



f105



f106





f107



f108

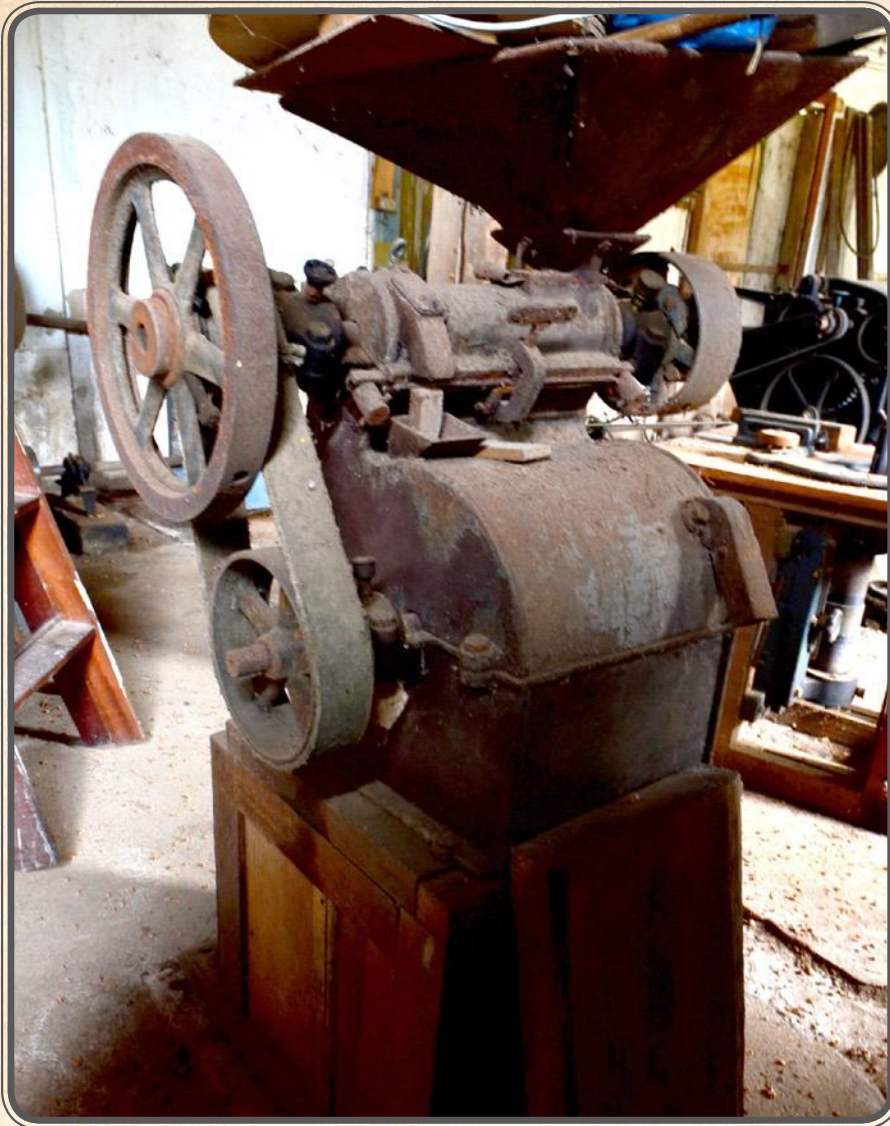


f109



f110





f111



f112





f113



f114



f115



f116



f117



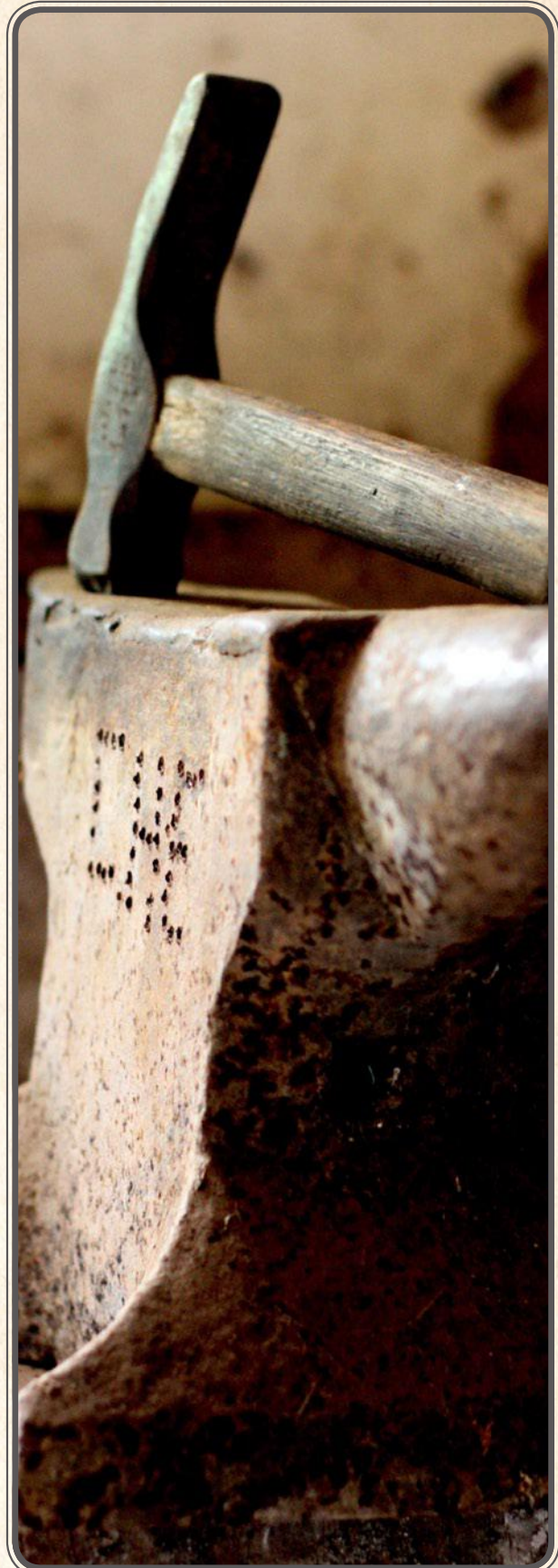
# BIGORNA

No século XIX a bigorna foi amplamente utilizada por ferreiros em geral e por ferradores de cavalo. Atualmente, por conta dos processos industriais de fabricação, acabou caindo em desuso comercial, porém ainda é utilizada por escultores, artistas ou por ferreiros que gostam de trabalhar manualmente.

Antigamente aquecia-se o ferro forjado até alcançar o nível de calor, no qual o metal ficava elástico, podendo receber fortes pancadas de diferentes tipos de martelo. A maioria das bigornas tem dois furos: um redondo para fazer furos em chapas relativamente finas e um quadrado para encaixar os instrumentos de corte e moldagem.

A bigorna de ferro fundido (f118) está localizada na carpintaria / serraria, e configura como um dos instrumentos simbólicos da importância que a família Erthal teve na região. Conforme afirma Carlos Henrique "Os Erthal, vieram duros para cá, mas naquele tempo, ele (referindo-se ao patriarca da família João Erthal) veio da Alemanha ferreiro formado, e como não tinha furadeiras elétricas naquela época, foi possível ganhar dinheiro..".

Posteriormente, outros membros da família se envolveram no ramo da construção, tendo seu avô, Eugênio José Erthal, adquirido uma carpintaria, seus tios, montado uma fábrica de tijolos e o próprio Carlos Henrique Erthal, estruturado uma fábrica de telhas.



f118



## TURBINA E GERADOR DE ENERGIA



f119



f120

Localizado no interior da carpintaria/serraria, o gerador de energia (f119 a f122) foi instalado em 1949 por Antônio Godofredo Erthal distribuindo luz própria para a “casa velha” e para o funcionamento das máquinas. No início a turbina funcionava com roda pelton e o gerador era com corrente contínua, sendo a energia fornecida para o funcionamento do maquinário e para o uso de lâmpadas na casa. A luz dentro de casa era usada apenas de noite, pois durante o dia ficava restrito para a carpintaria/serraria e para o engenho de cana. Em 1954 Antonio muda o sistema de contínuo para alternado e faz a ligação para fornecer energia na residência principal e na utilização de equipamentos domésticos, como máquina de costura, liquidificador, ferro de passar, ente outros itens. Nesta época não tinha interruptor em todos os cômodos, apenas na sala, nos quarto e no banheiro.

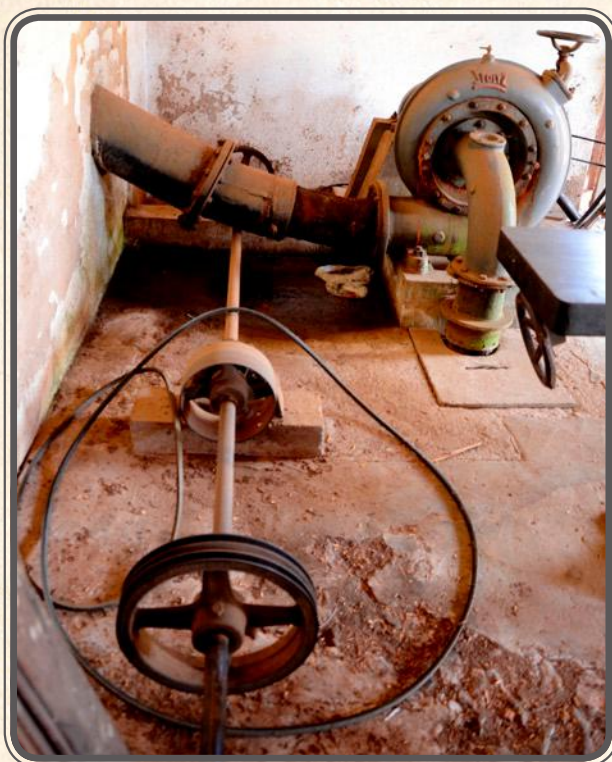




f121



f123



f122

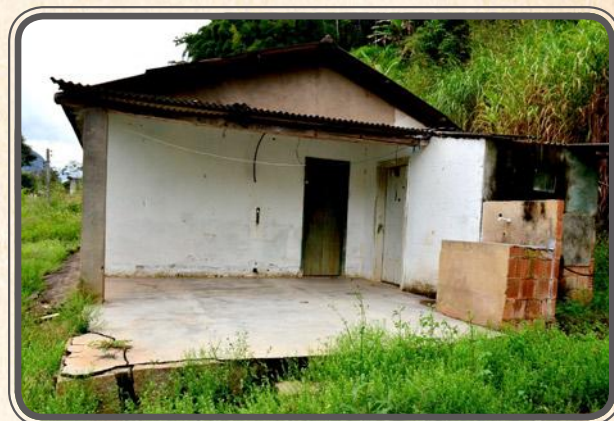
Carlos Erthal depois que assumiu a propriedade adquiriu um gerador e uma turbina nova. Implantou um sistema de abastecimento misto (f123), permitindo que carpintaria/serraria pudesse ser movida via energia elétrica advinda da rede pública e também pelo gerador e pela turbina. Desta forma, quando falta energia elétrica pública a família altera o sistema para o sistema hidráulico. Segundo Carlos Henrique Erthal, a casa da frente "é toda matemática", pois existem diversos volímetros espalhados, para quando faltar luz, acionar o gerador elétrico.



## CASA DE COLONOS



f124



f125

Atualmente existem três casas de colonos (f124 a f127) na Fazenda São Marcos, duas estão ocupadas por funcionários que prestam serviços para Carlos Henrique Erthal e foram construídas em alvenaria no ano de 1977 e a outra, construída na década de 1950, encontra-se desativada. Carlos Henrique Erthal recorda se que havia aproximadamente 16 famílias de colonos morando na fazenda, entre eles destaca-se as famílias Mafort, Klein, Oliveira, Silva, entre outros.



f126



f127



# BIBLIOGRAFIAS E FONTES

## **Créditos das imagens:**

Acervo do Carlos Henrique Erthal (f2 a f8, f10, f13)

Claudio Paolino (f9, f18, f22, f26, f29, f30, f32 a f34, f38, f39, f54, f57, f64 a f70, f73, f75, f77, f78, f80, f82, f84, f85, f87 a 89, f91 a f98, f101 a f104, f108 a f111, f113 a f117.)

Flavia Fafiaes (f1, f14 a f17, f21, f23, f24, f27, f31, f35, f53, f61 a f63, f76, f79, f81, f83, f99, f100, f107, f120 a f122).

Juliano Palm (f19, f25, f28, f37, f56, f58 a f60, f72, f74, f86, f90, f112, f119.)

Maira Norton (f20, f40 a f50, f55, f118, f123 a f127.)

Imagens do Google Earth (f11 e f12.)

## **Morador Entrevistado para a produção do texto:**

Carlos Henrique Erthal

## **Bibliografia:**

Erthal, Clelio Bom Jardim: Breves notas sobre a evolução do município à luz da História Regional – Niterói, RJ: Nitpress, 2011.

Erthal, Clelio A Saga de uma Família Rural Fluminense – Niterói: Edição autor, 2005.

Página Eletrônica: [www.associacaojoaoerthal.com.br/historia.html](http://www.associacaojoaoerthal.com.br/historia.html)







# INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL DE BARRA ALEGRE - BOM JARDIM - RJ



## FAZENDA JORGE TARDIN

|                                                                                     |                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| Denominação: Fazenda Jorge Tardin                                                   | Código de identificação: BJ/BA – RJ 01 |
| Localização: RJ 146 - km 21                                                         | Mapa de localização:                   |
| Época de construção:<br>Início do século XIX                                        |                                        |
| Estado de conservação:<br>detalhamento no corpo da ficha                            |                                        |
| Uso original/uso atual:<br>Residência/residência e espaço de lazer e entretenimento |                                        |
| Proteção / proposta: Inexistente -<br>Manutenção dos proprietários                  |                                        |
| Proprietário: Particular                                                            |                                        |



f 1 Fachada da Casa principal da Fazenda Jorge Tardin

Levantado por Andrea Rausch, Claudio Paolino,  
Juliano Palm e Marjorie Botelho (setembro de  
2012 a janeiro de 2013)

Revisão: Marjorie Botelho  
(fevereiro de 2013)



## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONJUNTO PATRIMONIAL

A história desta fazenda (f1) começou em meados do século XIX, com o seu primeiro proprietário, Joaquim Jackes Gevezier, descendente da leva de suíços franceses que chegou ao Brasil no ano de 1818. Joaquim Jackes e sua esposa, Isabel Gevesier, tiveram uma única filha, chamada Maria Amélia que se casou com Felipe Diniz Tardin. Começava assim, a primeira das cinco gerações do sobrenome Tardin que conduziria a fazenda até os dias de hoje. Eles tiveram 15 filhos, dos quais apenas um era homem, Climério Felipe Tardin, que por ser o filho mais novo, herdou a sede da fazenda.

Climério Tardin, nascido em 23 de abril de 1894, casou-se com Jurema Vieira, com quem teve os filhos Jairo e Nilva Tardin. Depois que sua esposa faleceu, casou-se novamente, com sua cunhada, Horaidia Vieira, conhecida como Inhazinha, e com ela teve mais quatro filhos: Tereza Lia, Jorge, Gelton Gabriel e Isabel. Após seu falecimento, em 26 de janeiro de 1977, na época com 77 anos, a fazenda foi dividida entre seus filhos. Jorge Tardin, único dos filhos que ainda morava com o pai, acabou comprando dos irmãos as terras herdadas do pai.

Jorge Tardin (f2) nasceu em 10 de agosto de 1931 e foi o propulsor de diversas transformações pelas quais o local passaria a partir da segunda metade da década de 1950. Ele faleceu em 26 de fevereiro de 2010, deixando, do primeiro casamento, em 1963, com Elizeth Silva de Oliveira, a filha Vania Oliveira Tardin, nascida em 14 de feve-



f2

reiro de 1964 e o primogênito, Jorge Tardin Filho, nascido em 12 de janeiro de 1968. Do segundo casamento, em 1978, com Vilma Gevazier, nasceram os filhos Glieber Tardin em 22 de março de 1982 e Felipe Climério Tardin em 27 de janeiro de 1985. Atualmente a fazenda é administrada pelos três irmãos.

Até as primeiras décadas do século XX a propriedade chegava aos limites do atual povoado de Barra Alegre, que hoje é sede do quarto distrito do município de Bom Jardim. No decorrer desse período, mas principalmente na primeira metade do século, a área da fazenda foi dividida entre seus herdeiros, que por sua vez a subdividiram



ainda mais, sendo expressivamente reduzida. Atualmente, estende-se por uma área de 57 alqueires, ou seja, aproximadamente 154 hectares<sup>1</sup>, e o povoado de Barra Alegre dista cerca de um quilômetro de sua sede.

Conhecida como fazenda Barra Alegre, teve o seu nome alterado na década de 1970 por Jorge Tardin, para Fazenda Bossa Nova (f03), em referência ao gênero musical que fazia sucesso na época. Este nome durou até fins dos anos 1980, quando, passou a se chamar Fazenda Jorge Tardin, denominação que permanece até os dias de hoje e pela qual é conhecido também o arraial existente ao redor.

Até a primeira metade do século XX, a principal atividade econômica da fazenda era o cultivo do café. Com o seu declínio, cedeu lugar, em 1950, à criação de gado leiteiro, responsável pela principal fonte de renda da propriedade até as últimas décadas de 1980. Porém, a partir de 1946, com a estruturação do campo de futebol (f4) e a formação do time local (f5), e em virtude das festas (f06 e 09) que Jorge Tardin organizava, a fazenda passou a atrair um público cada vez maior, até que na década de 1960 foi finalmente reconfigurada como espaço recreativo, atividade que passou a dividir, com a criação de gado e cultivo de café, a importância na economia interna da fazenda.

Nesta época havia uma grande carência de espaços recreativos (f7) em função das longas distâncias e da precariedade do sistema de transportes na região. O convívio social também era prejudicado pela falta de energia elétrica<sup>2</sup> que acabava restringindo bastante as possibilidades e os horários para encontros e confraternizações.

A partir da década de 1960, o local tor-



f3



f4



f5

nou-se um importante espaço de sociabilização (f6) e também de fruição das expressões culturais da população, pois, a partir da estruturação do campo e do time, Jorge Tardin também passou a instigar e a realizar diversas atividades recreativas e culturais na propriedade (f8 a f11). Sendo o único lugar da região onde havia luz, "de turbina tocada à água", o que permitia realizar diversos

<sup>1</sup> Um hectare equivale a 10 mil metros quadrados

<sup>2</sup> O fornecimento de energia elétrica chegou na região na década de 80





f6

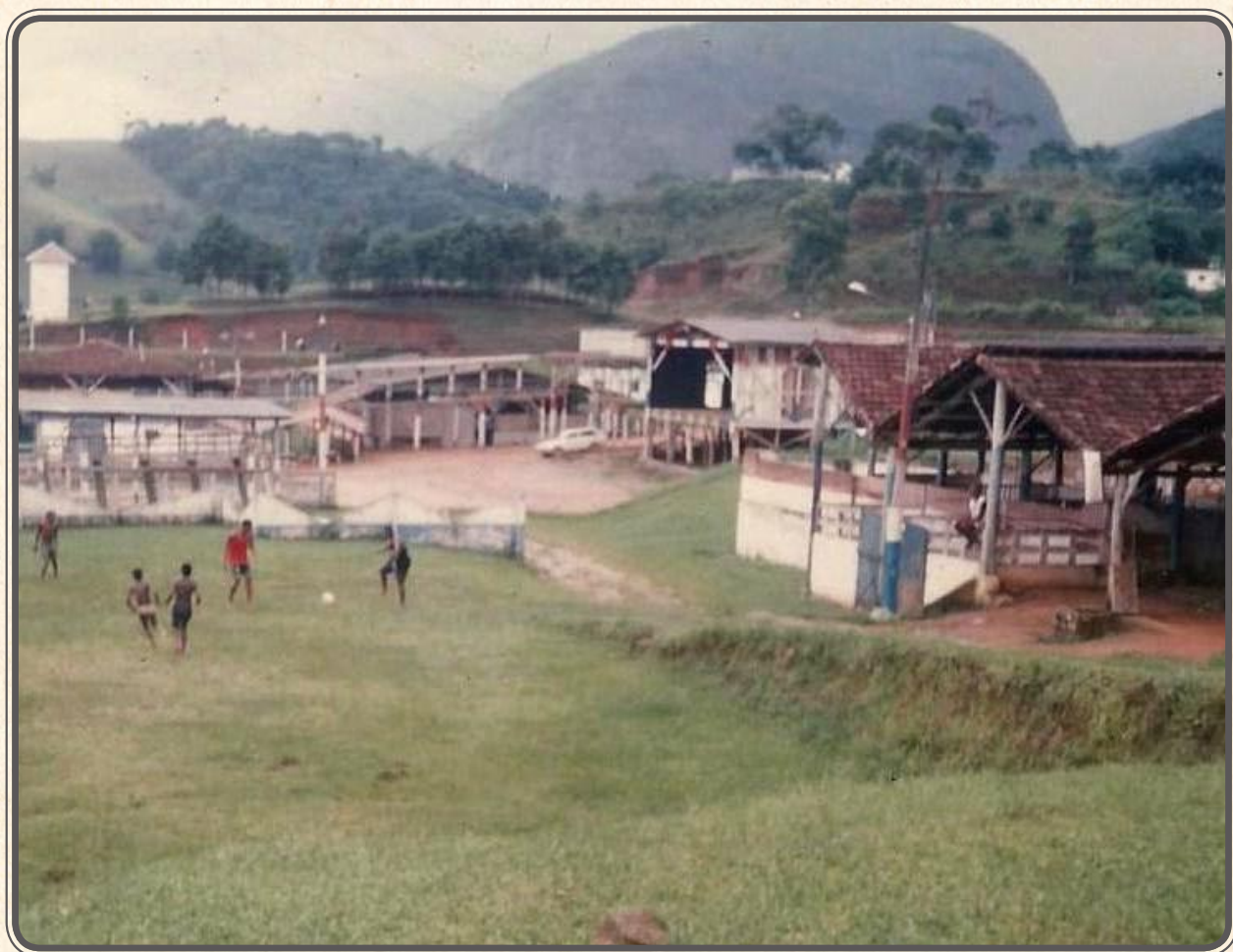


f7





f8



f9



eventos, fazendo com que grande parte da população da região fosse para lá nos finais de semana. Às vezes tinha folia de reis, mineiro pau, e com muita frequência havia circo, tourada, e eram também realizados concursos.

Na década de 1960, Jorge Tardin foi vereador da Câmara Municipal de Bom Jardim, presidindo a Casa Legislativa. Inicialmente integrava o Partido Democrático Brasileiro (PTB)<sup>3</sup> e depois se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Os eventos promovidos na fazenda eram frequentados por autoridades, como governadores, deputados e secretários, como por exemplo, a visita na década de 60 do governador Roberto Silveira e em 1982 do governador Chagas Freitas.



f10



f11

3 O PTB - Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado em 15 de maio de 1945, tendo como liderança Getúlio Vargas. Em 1965, após o Golpe Militar (1964), o partido foi extinto, com a instauração do Ato Institucional. No processo de democratização brasileira, a partir de fins da década de 1970, um grupo expressivo de militantes do PTB voltava ao Brasil após anos de exílio. Neste contexto as lideranças do Partido vinham organizando sua reestruturação, desde o exílio. Neste contexto houve uma acirrada disputa pelo nome do Partido, entre o grupo liderado por Leonel Brizola (liderança histórica do PTB) e pelo grupo liderado por Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio Vargas). Com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral em dar ganho de causa para o grupo liderado por Ivete Vargas, Leonel Brizola liderou a fundação do PDT – Partido Democrático Brasileiro, ainda em fins da década de 1970.

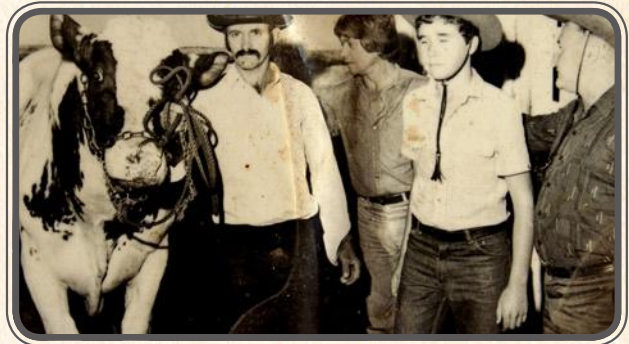




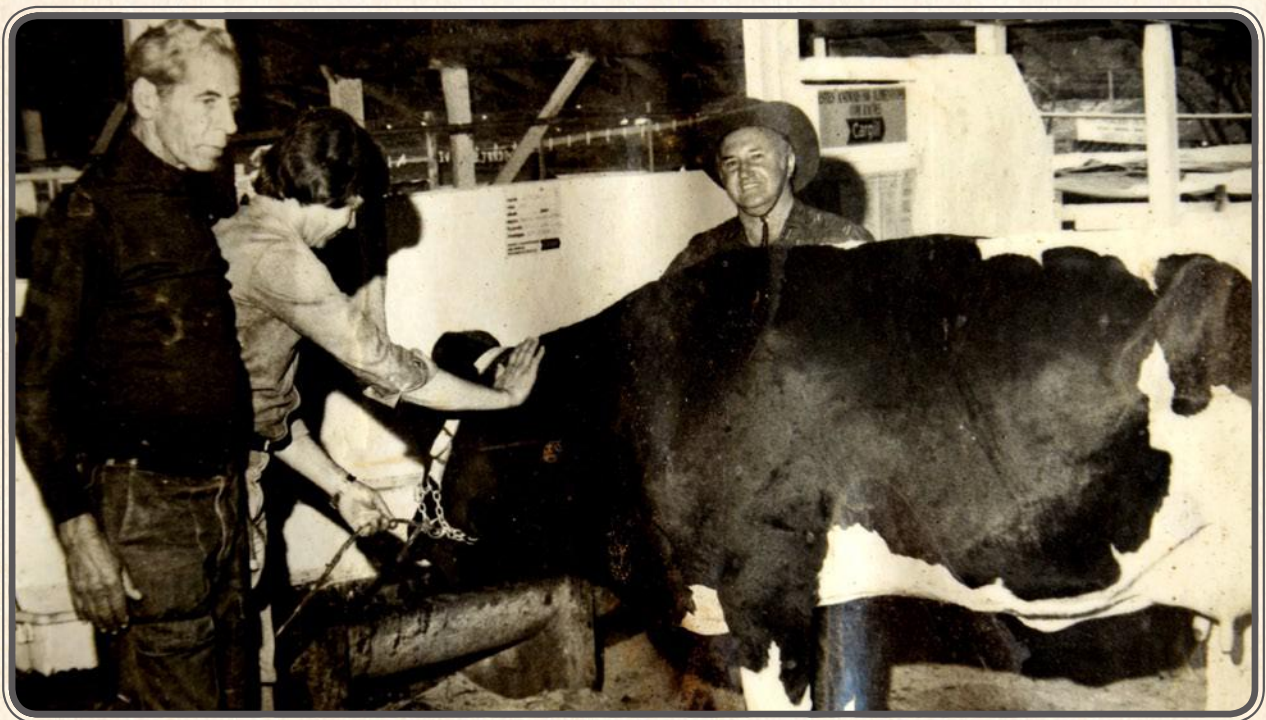
f12



f13



f14



f15

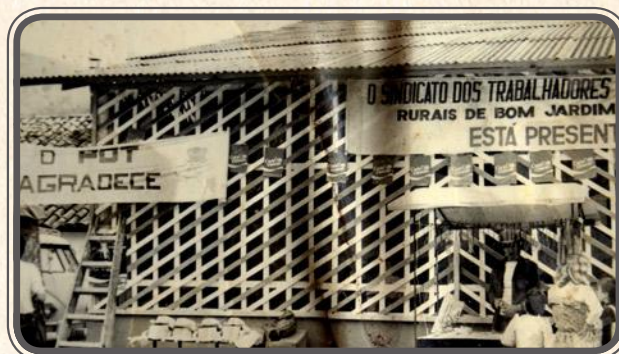




f16



f17



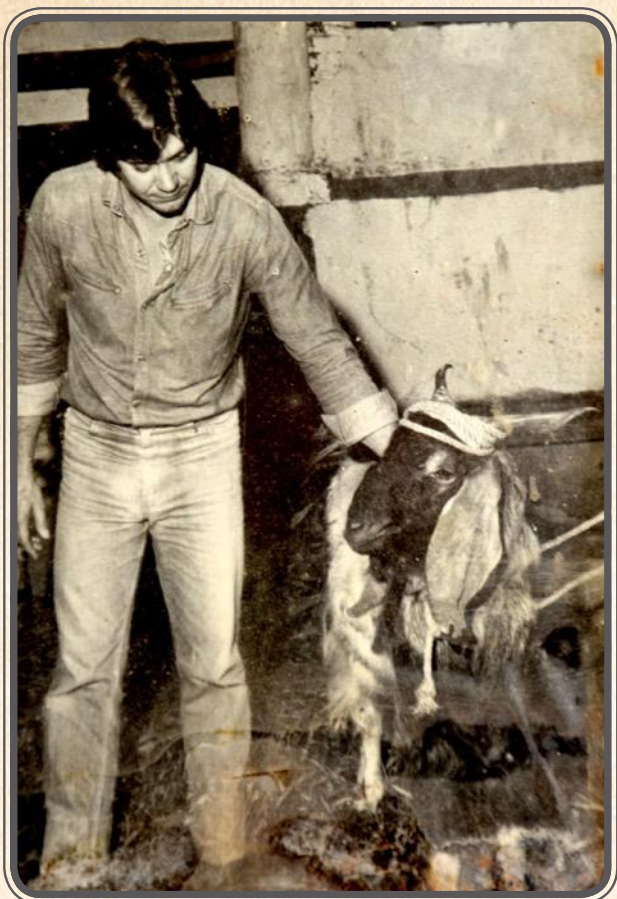
f18

Na década de 1980 o local passou a abrigar também exposições agropecuárias (f12 a f15), e estas acabaram se tornando a principal atividade de lazer da fazenda, atraindo em cada evento, milhares de pessoas. Ao todo, foram realizadas 14 exposições, até o ano de 1993.

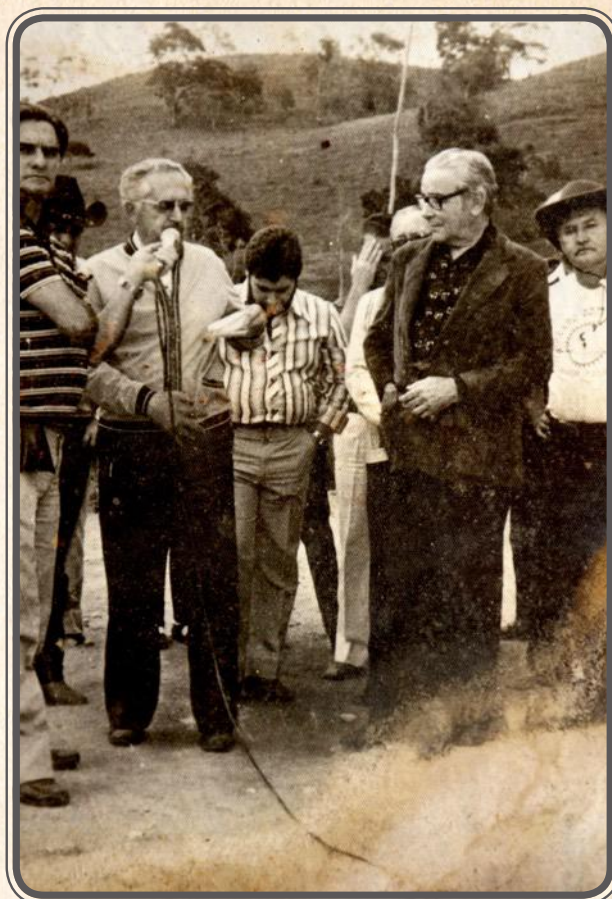
O sucesso alcançado por esses eventos, considerados as maiores festas do município enquanto existiram (f16 a f24) foi fundamental para a extensão dos serviços públicos à Barra Alegre. O asfalto foi melhorado e, em 1982, a região foi finalmente conectada à rede elétrica. Neste ano Jorge Tardin fez o Loteamento Tardelândia com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de Barra Alegre.

Em 1990, foi instalado o primeiro telefone público do Distrito de Barra Alegre, em um poste com para-raios que se encontra até hoje ao lado do restaurante da fazenda. Por ser o único telefone público era a partir dele que eram repassadas as informações a toda população do Distrito de Barra Alegre. Em 1991, ampliando a estrutura de lazer da fazenda, foi construído um palco com alto-falante, e algumas pessoas formavam duplas sertanejas e





f19



f20

ensaiavam durante o trabalho na lavoura do café: "Vinha todo mundo pra cá pra cantar, oferecer música pra namorada". E em 1992, no local onde havia a pista de Motocross (f25) foi construído o Quioscão (f26) para servir de restaurante e pesque-pague, mas foi fechado, em virtude da falta de mão de obra e da diminuição do fluxo de veículos na região.

Destaca-se a grande confluência de pessoas no dia de Finados, 2 de novembro, pois o espaço abrigava o cemitério municipal (f27 e f28) e o administrado pela família e também o período compreendido entre 1980 e 2000, onde a fazenda passou a atrair excursões de turistas vindas das mais diversas regiões do estado, com destaque para a área metropolitana, como Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo. Jorge Tardin Filho relembra que nesse período era frequente desembarcarem entre 10 e 17 ônibus num único dia.



f21

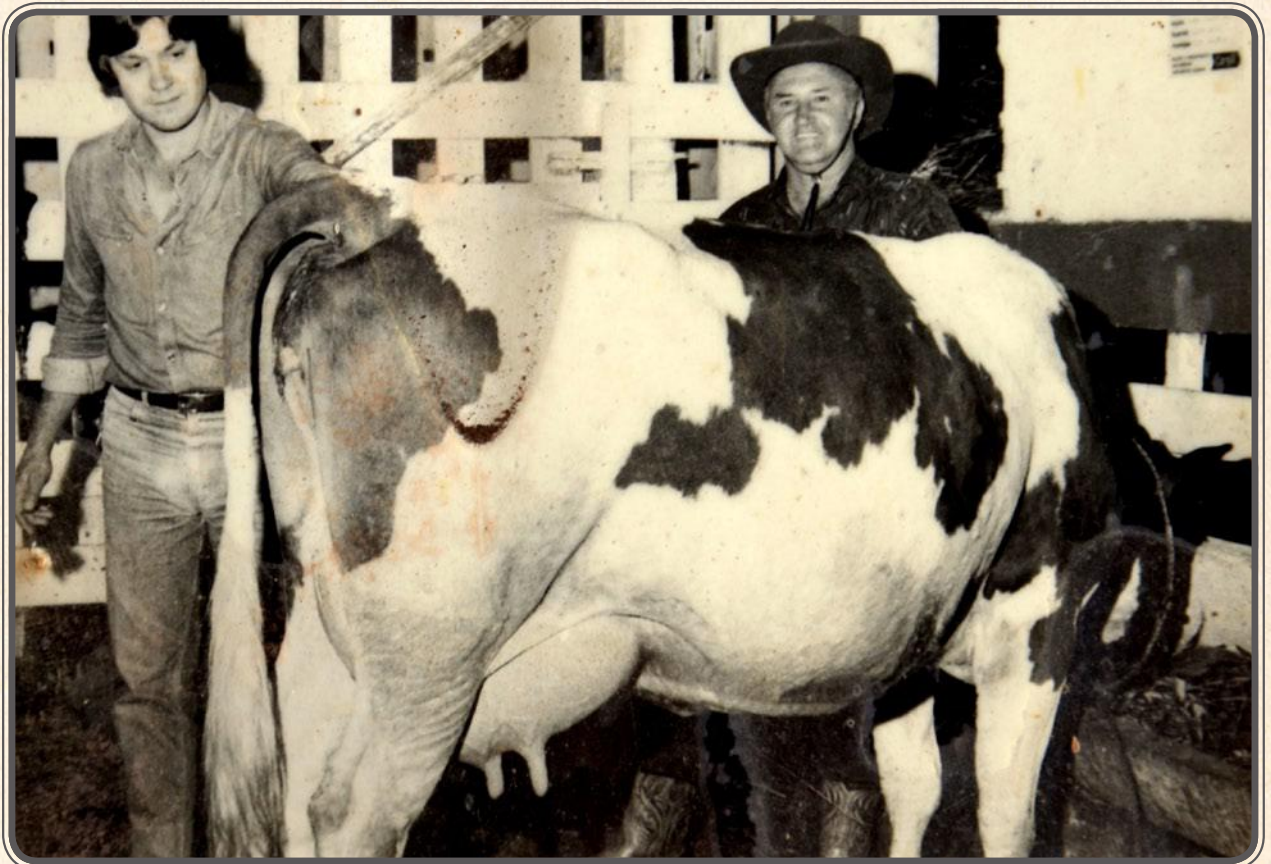


f22





f23



f24





f25



f26



f27



f28



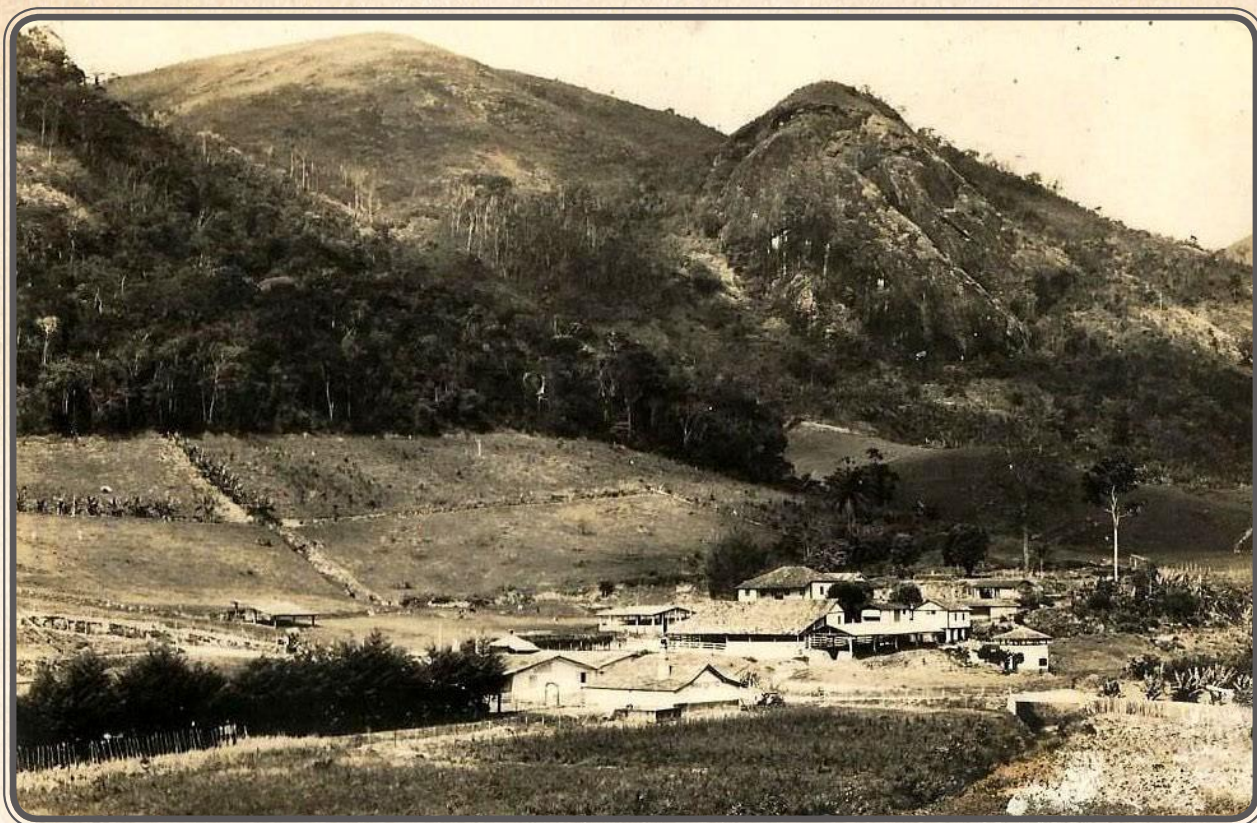
A partir de 2010, os frequentadores da Fazenda Jorge Tardin passaram a ser, a população da região serrana, principalmente do Município de Nova Friburgo. Jorge Tardin Filho justifica essa mudança de público com o argumento de que há muitas famílias, dos diversos povoados da região, que se separaram e foram embora do Distrito de Barra Alegre entre as décadas de 1960 e 1970 – seguindo o expressivo êxodo rural ocorrido na segunda metade do século XX. Essas pessoas, principalmente entre os meses de novembro e janeiro, quando começa a temporada de verão, voltam para visitar o local, pois sabem que ali, além da possibilidade de se divertir na piscina ou jogar futebol, irão rever familiares e amigos. A importância da fazenda como espaço de reencontro motivou os irmãos Tardin a promover anualmente a Festa do Reencontro:



Quando Jorge Tardin (f29) faleceu, em 2010, as edificações do local ficaram sem manutenção durante o período de um ano. Todavia a preocupação em manter o espaço que durante tanto tempo serviu como ponto de encontro e divertimento dos moradores dos povoados da região, motivou os filhos a restaurarem o espaço e a centrar suas atividades econômicas no setor de entretenimento.

4 Em 2011 a 'Festa do Reencontro' não foi realizada devido ao falecimento de Jorge Tardin, em fins de 2010. Como expôs Jorge Tardin Filho, ao ser entrevistado: "com a morte do meu pai ficou meio difícil de a gente encarar isso no outro ano. Talvez pro próximo ano a gente já faça isso de novo."





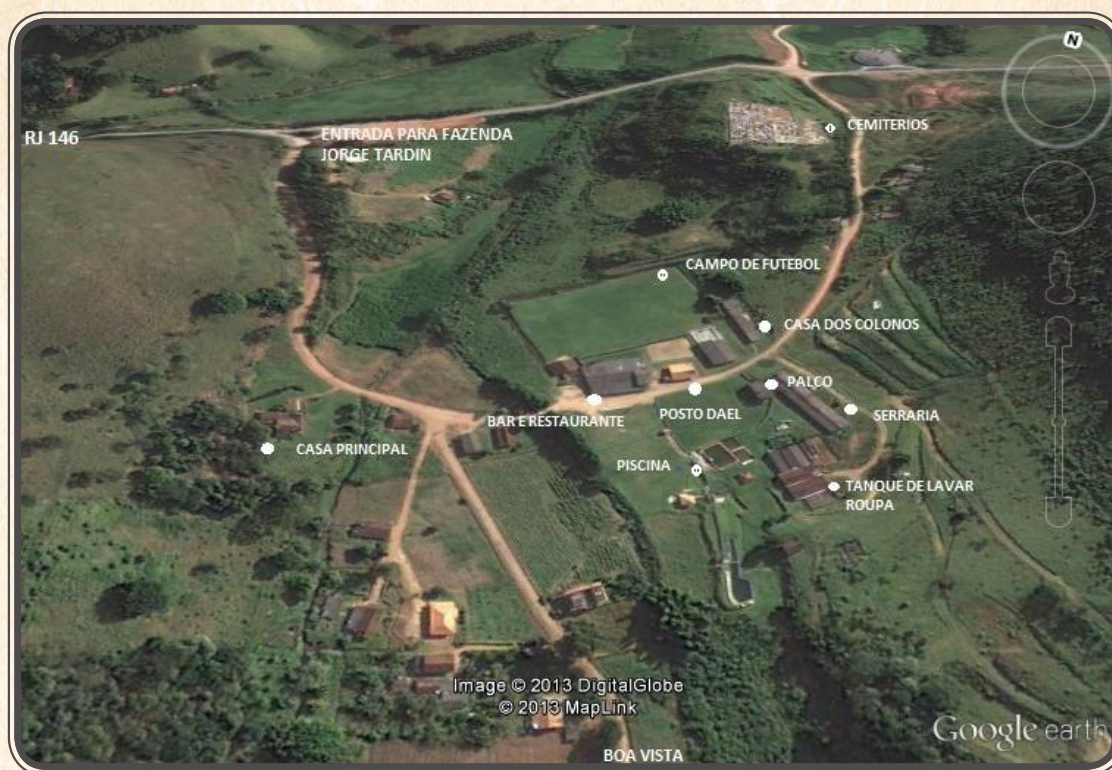
f30

ao longo dos anos e por sua importância para a comunidade de Barra Alegre – construir no local, onde está situado o antigo tanque de lavar roupas, a “Casa da Memória”, a fim de resgatar e contar a história da propriedade, por meio de fotografias e outros registros, desde o tempo em que ela pertencia a Climério. Segundo os irmãos, será um motivo a mais para as pessoas visitarem a fazenda.

As considerações feitas demonstram a importância sociocultural do conjunto patrimonial (f30) que atualmente conforma a Fazenda Jorge Tardin, cujo processo histórico, até meados do século XX, era o mesmo da grande maioria das fazendas existentes na região. Porém, depois desse período, o local passou a seguir um caminho diferente, ao se tornar espaço de referência sociocultural, o que também é expresso em seu conjunto patrimonial.



## SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:



f31 - Situação Fazenda Jorge Tardin (janeiro 2013)



f32 - Ambiência Fazenda Jorge Tardin (janeiro 2013)





f33



f34



f35



f36

Próximo ao km 21 da rodovia RJ 146 (f31 e f32), distante aproximadamente 1 km da sede do Distrito de Barra Alegre, surge uma grande placa anunciando a entrada da propriedade, com os dizeres “Restaurante Fazenda Jorge Tardin Turismo” (f33). Ao lado direito e cerca de 200m depois da entrada da propriedade, encontra-se a atual sede da fazenda (f35), cercada por um extenso gramado e um jardim florido e bem cuidado, com um grande e solitário pinheiro à frente, e as montanhas ao redor, cobertas pela Mata Atlântica.

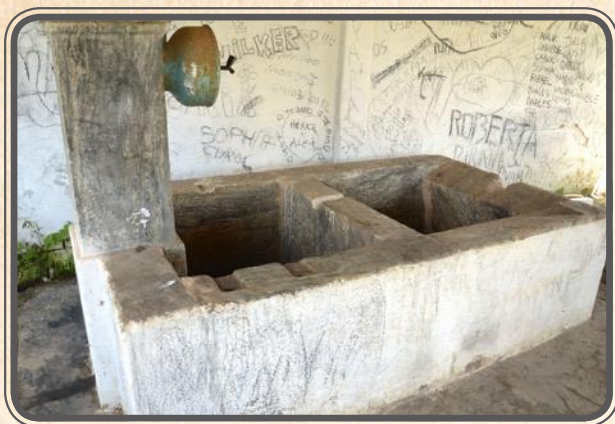
Seguindo 200m a partir da casa principal, na estrada de terra que atravessa a propriedade, chega-se ao local onde se concentram as outras edificações, como a que abriga o bar e restaurante da fazenda (f36). À sua frente vê-se um pequeno gramado,

onde antigamente, até o começo da década de 1960, havia uma pracinha, com chafariz e alguns balanços. Logo acima, há um pequeno campo de futebol (f34) e, mais adiante, um muro falso, feito de placas de fibra, para escaladas. Levando a vista alguns metros à esquerda, nota-se um extenso gramado, com um palco (f40) e alto falante; mais adiante, as piscinas (f39) e o tanque (f37).

O Posto do Departamento de Agricultura (f38) localiza-se ao lado direito do restaurante. Atrás desta construção situa-se o campo de futebol e, à frente, a área de lazer, onde estão as piscinas. Ao longe, na parte mais alta da propriedade, junto à encosta, pode-se ver o conjunto de silos.

Na extensa área inclinada situada à frente do restaurante e do antigo posto





f37



f38



f39



f40

do departamento de agricultura, localiza-se o conjunto formado pelas piscinas (f39) e um tobogã, chuveiros, e ao redor, espreguiçadeiras de plástico e barracas de proteção solar feitas com colunas de eucalipto e cobertura de amianto e um pequeno estacionamento de carros.

O tanque de lavar roupas (f37) situa-se no alto da área onde estão localizadas as piscinas, de onde se pode ver boa parte da propriedade, como o bar e restaurante, o espaço de lazer, o antigo posto e o conjunto de silos, localizados na parte mais elevada da área de abrangência da fazenda.

O campo de futebol está localizado em

um espaço próximo à sede da fazenda, atrás do restaurante e do antigo posto, conformando uma paisagem parecida com a de outros campos existentes nas áreas rurais do Rio de Janeiro, com grama e cercados por tela e bancos de madeira dispostos nas laterais, além de um pequeno bar anexo.

Cabe ressaltar que a maioria dos bens imóveis encontram-se em bom estado de conservação, pois a família Tardin, tem realizado inúmeras melhorias em todas as edificações inventariadas. Bem como está ampliando as atividades e os equipamentos do espaço, adquirindo brinquedos para um parque de diversão.



## DESCRIÇÃO HISTÓRICA E ARQUITETÔNICA/ ESTADO DE CONSERVAÇÃO

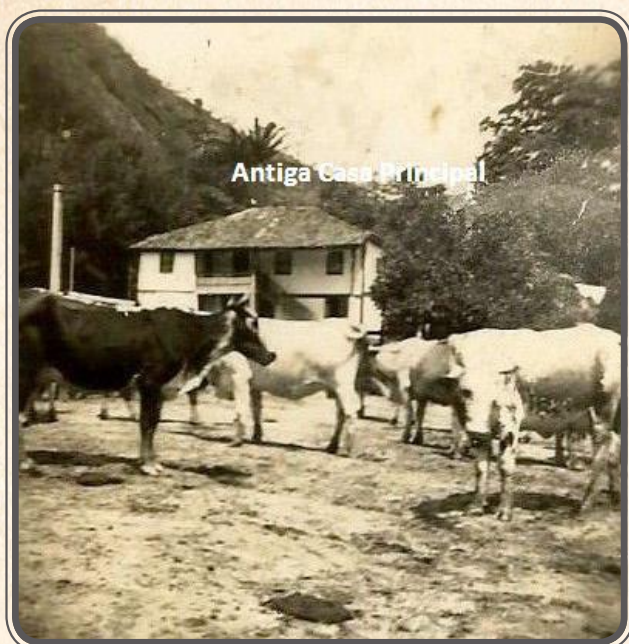


f41

Os bens imóveis e móveis pertencentes à fazenda (f41) destacados por seu valor arquitetônico ou sociocultural são: a casa principal, o campo de futebol, o bar e restaurante, a antiga unidade do Departamento de Agricultura, o antigo tanque de lavar roupas, a piscina – antiga usina hidrelétrica – os silos para forragens, o cemitério municipal e o administrado pela família Tardin, o palco, a torre de telefone e a serraria.



# CASA PRINCIPAL



f42



f43



f44





f45

A antiga casa principal (f42 a f44 e f50) da fazenda foi demolida, mas não há registro dos motivos. Ela estava localizada na parte superior do terreno e provavelmente foi construída no século XIX. Atualmente a residência considerada a principal na fazenda (f45 a f47), fica na entrada da fazenda, segundo Jorge Tardin Filho, embora em outros tempos tenha pertencido à sua família, foi vendida para um amigo de Climério Tardin, e reincorporada ao patrimônio da fazenda por Jorge Tardin em 1970. Atualmente residem nesta edificação Jorge Tardin Filho, sua esposa, Luciana Gevezier Tardin, a mãe Elizeth, a irmã, Vânia, e as filhas Eliza e Nathalia, com 7 e 22 anos, respectivamente.



f46

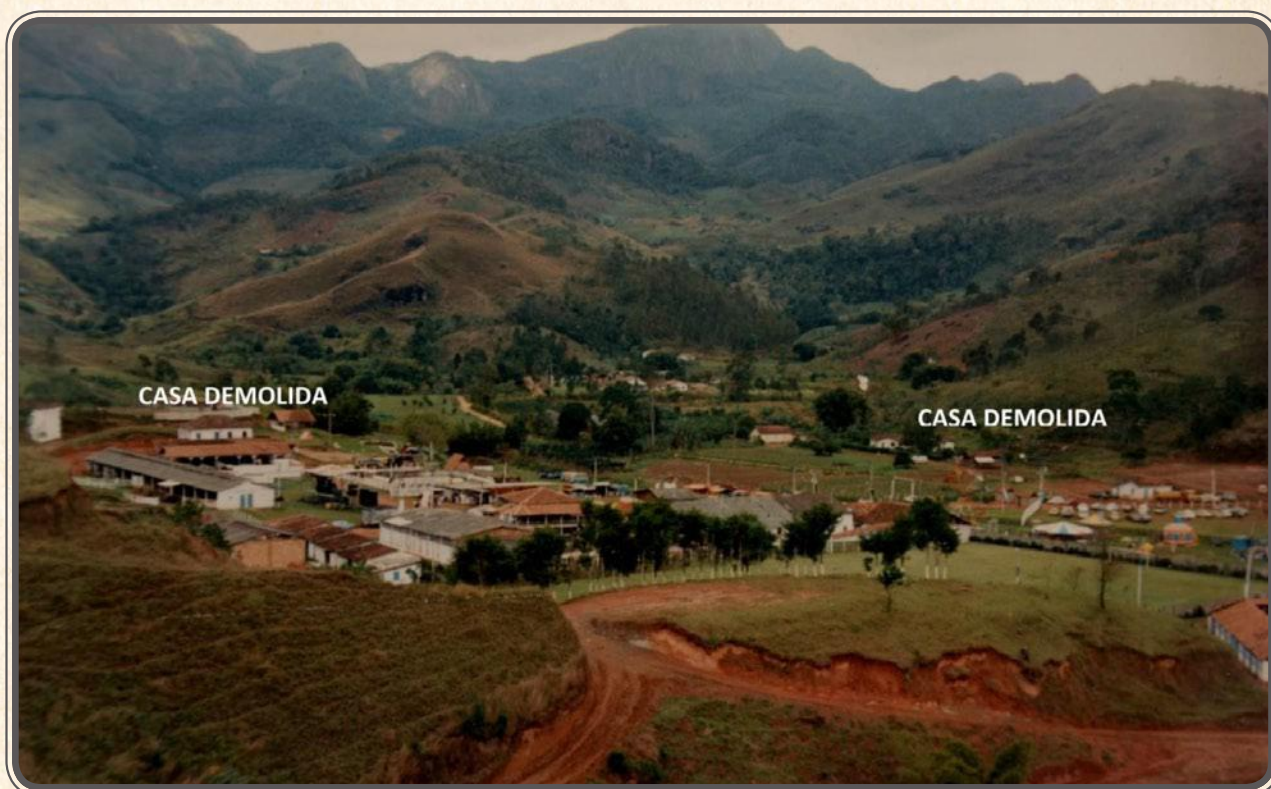


f47





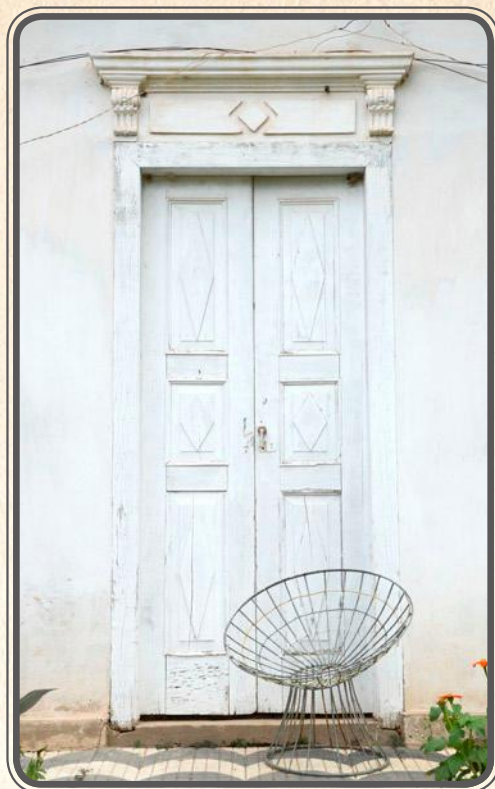
f48



f49

Ao lado desta edificação havia outra casa (f48 e f49), construída provavelmente no final do século XIX, calcula-se que tenha, atualmente, cerca de 150 anos, embora não existam documentos ou outras fontes históricas que possibilitem a datação exata de sua construção e nem de sua demolição.



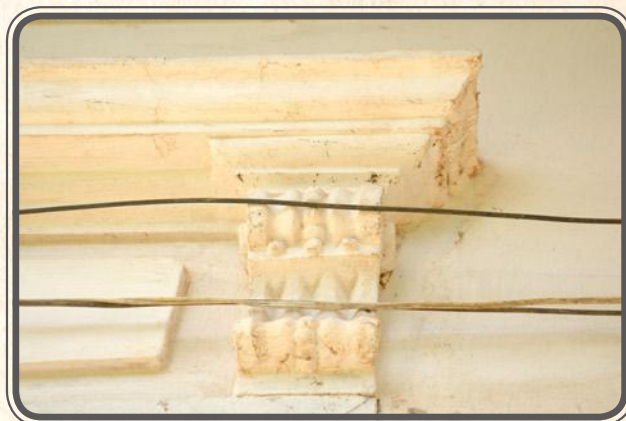


f50

Para adentrar a atual casa principal sobe-se uma rampa com piso de ladrilho e com jardins floridos nas laterais. Avista-se uma imponente porta de madeira com uma sanca (f50 e f51), ou seja, moldura na parte de cima da porta, feita de gesso. O telhado (f50.1) apresenta um grande beiral símbolo de propriedades cujos donos tinham poder aquisitivo, pois quanto maior fosse o beiral mais dinheiro aquela família possuía, conforme recordou se Glieber Tardin. Essa história esta associada ao provérbio “sem eira e nem beira”, pois antigamente diziam que os mais ricos faziam o telhado triplo, com eira, beira e tribeira como era chamada a parte mais alta do telhado, mas as pessoas mais pobres não tinham condições de construir esse telhado e por isso construíam somente com a tribeira, ficando assim “sem eira e nem beira”. A casa possui sete quartos, dois banheiros, uma cozinha, uma cozinha estendida e uma varanda.



f50.1



f51





f52



f53



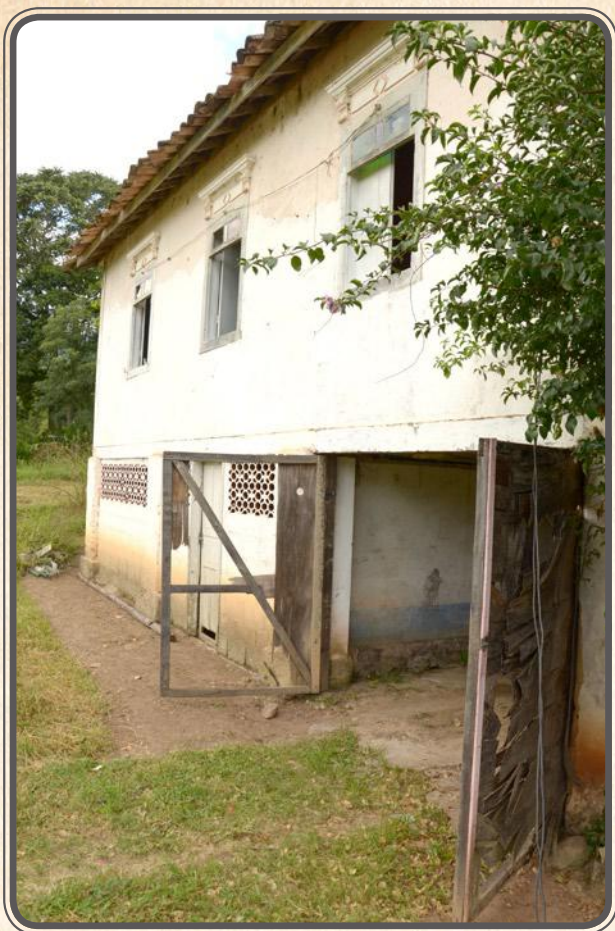
f53.1



f54

A característica arquitetônica desta edificação expressa o estilo colonial. De aparência rústica possui paredes grossas feitas de pedra e barro, revestida com tijolos e reboco, com estrutura e assoalho e forro de madeiras nobres da Mata Atlântica (f52 a f54), como a peroba, a braúna e o óleo vermelho, assim como, o telhado, coberto pelas chamadas "telhas canal" ou "de coxa", provavelmente moldadas artesanalmente nas pernas dos escravos. Os adereços confeccionados sobre as janelas e espelho da residência também são evidências desse período.





f55



f56



f57

Embaixo da casa, há um espaço utilizado como garagem (f55 a f57).





f58

Na década de 1950, ao lado da casa central, foram construídos dois cômodos e um banheiro. A varanda (f58), que acompanha quase toda a extensão da casa, foi construída de tijolo e cimento, pintada com tinta cal e a estrutura do telhado, de madeira de lei (cedro, óleo vermelho, peroba), é recoberta com telhas de cerâmica de fabrico atual.

Há a intenção de, em breve, realizar pequenas reformas, apenas de manutenção, na parte interna, como nova pintura nas paredes, pois a anterior mostra-se envelhecida, e concerto em alguns pontos do assoalho (f53) e do teto, que encontra-se com algumas partes deterioradas, preservando, porém, suas características originais. O cômodo anexado deverá ter seu piso rebaixado e receber nova pintura, assim como a garagem ao lado. Todavia, um dos maiores empecilhos para a realização das obras, numa perspectiva de restauração, é o alto custo.



## BAR MERCEARIA E PANIFICADORA/ BAR E RESTAURANTE



f59



f60

O Bar Merceria Bossa Nossa (f59) foi construído por Jorge Tarden na década de 1960, em vista do grande número de visitantes que chegavam à propriedade, atraídos pelas partidas de futebol. Ao lado desta edificação havia também a padaria "Panificação Jorge Tardin" (f60), construída no mesmo período do bar. Atrás destas edificações encontra-se o campo de futebol.





f61



f62



f63

Apesar das transformações pelas quais o Bar Merceria e a Panificadora Jorge Tardin passaram durante os anos (f59 e f60), as mesmas possuem grande importância como patrimônio histórico, pela sua relevância na dinâmica sociocultural da população local, enquanto espaço de lazer e encontro. Essas edificações foram unidas por um grande salão de festas.

Atualmente funciona o Bar e o Restaurante da fazenda, mantendo sua importância, devido à afluência de pessoas da região que buscam desfrutar dos espaços de lazer existentes no local, principalmente as piscinas. E também para atender a demanda alimentícia dos trabalhadores das fábricas da região.





f64



f65



f66



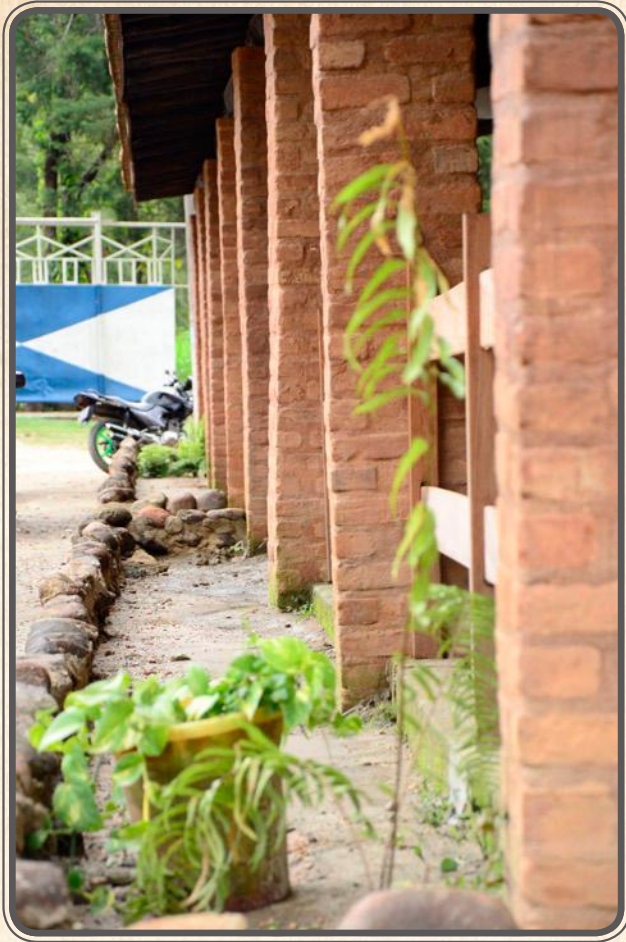
f67

Não existe uma única perspectiva arquitetônica à qual se poderia enquadrar esta edificação, pois em sua construção foram utilizados materiais de épocas diferentes, fundindo os estilos rústico, moderno e colonial.

O Bar e o Restaurante tem piso de porcelanato branco (f66), bastante moderno, e as paredes são de cimento pintado. O salão (f64 a f67), que tem aproximadamente 330m<sup>2</sup> foi dividido em dois por uma parede feita de tijolos reaproveitados de demolição, com janelas fixas de vidro e com tábuas de madeiras nobres de antigos assoalhos (f65). No centro do primeiro salão foi levantado um balcão, feito de madeira nobre também reaproveitada, com bancos altos e assentos redondos de um dos lados (f64); sobre ele, um tampo de granito escuro. No momento não necessita de reparos.

Esta edificação sofreu diversas reformas e ampliações, a fim de atender à crescente demanda de público surgida ao longo dos anos, sendo a mais recente realizada em 2012, quando também, foi trocada toda a parte elétrica e hidráulica. A varanda, situada à frente da fachada do imóvel, tem o chão de pedra com cinco mesas quadradas de madeira, fixas, e colunas que sustentam o telhado, feitas de cimento e revestidas com tijolos antigos, de demolição (f68 e f70).





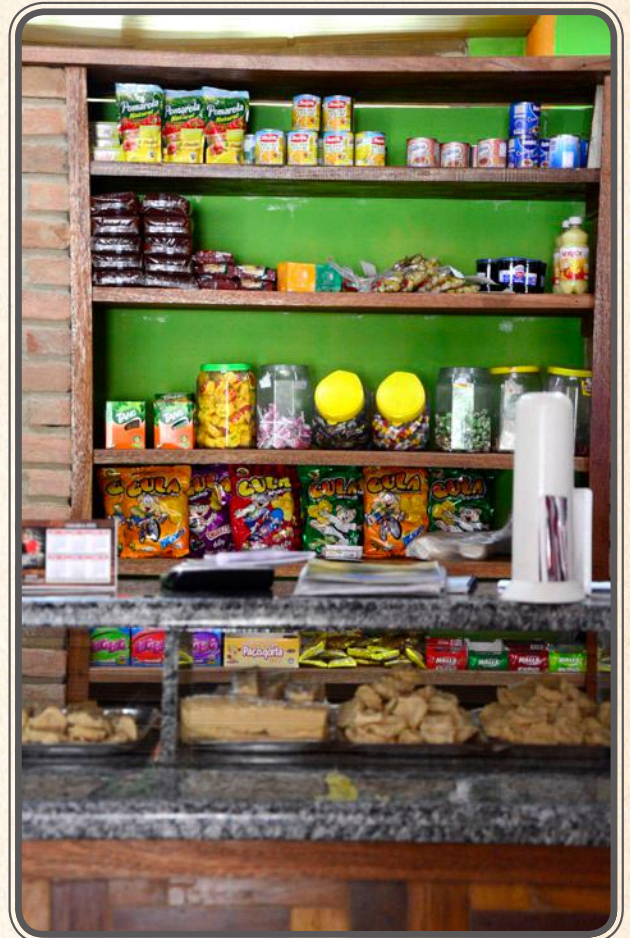
f68



f70



f69



f71

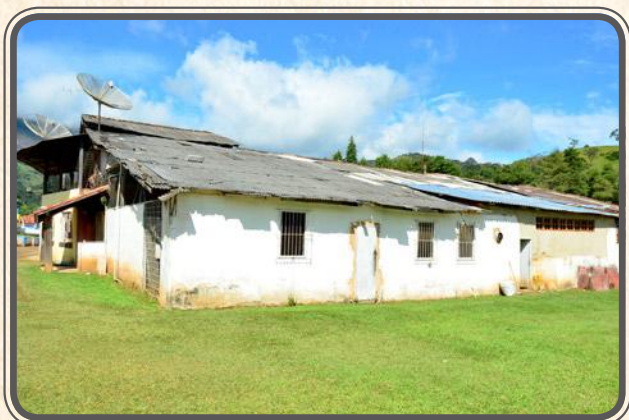




f72



f73



f74



f75



f76



f77

Ao lado do Bar e Restaurante no local onde havia o coreto foi construída outra edificação de dois andares (f72 a f76), sendo a parte inferior destinada ao escritório da família e a superior a residência de Glieber Tardin. Atrás dela encontra ainda outra edificação (f75 a f77) que tem sido utilizada como depósito da fazenda e vestiário para os jogadores de futebol. Todas essas construções estão acopladas nas edificações do antigo Bar Merceria e na Panificadora Jorge Tardin.





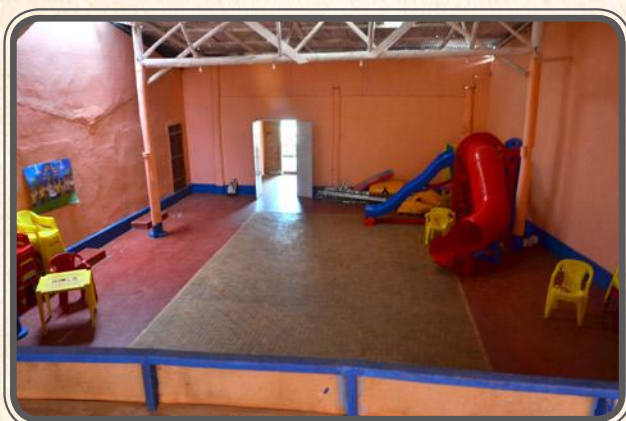
f78



f79



f80



f81



f82

Para unir a panificadora e o bar mercearia foi construído um salão que inicialmente foi utilizado como extensão para o bar e restaurante e também para apresentações culturais.

Para adentrar neste espaço entra se por uma das portas da entrada principal do Bar e Restaurante. Atualmente funciona um salão de festas que normalmente é alugado para os moradores da região (f78 a f82).



## POSTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA



f83 Jorge Tardin perto do Posto do Departamento de Agricultura



f84



f85

O Posto do Departamento de Agricultura (f83 e f84) foi construído em fins da década de 1950 por Jorge Tardin para abrigar uma unidade do governo. O governo do estado do Rio de Janeiro, por meio dessas unidades, visava disponibilizar aos agricultores, insumos agrícolas, pelo valor de seu custo. Segundo Jorge Tardin Filho, seu pai construiu o posto em virtude de suas articulações políticas, à época em que ocupava cargo eletivo. Ao lado do Posto foi construído o Mercado do Produtor de Barra Alegre (f85) que reuniu diversos agricultores com a intenção de criar uma cooperativa dos produtores da região.





f86



f87



f88



f89

Todavia, esses postos foram sendo paulatinamente desativados, após a implantação dos Governos Militares no País, em 1964. Assim, a partir da década de 1970, esta edificação passou a ser ocupada para diversas outras atividades. Durante a realização de eventos na propriedade, era utilizada como espaço de alocação da produção dos mesmos, de exposições e de recepção de autoridades. Com o fim dessas atividades, na década de 1990, esta passou a ser utilizada como abrigo de utensílios do espaço de recreação.

Apesar de bastante alterada ao longo dos anos, considera-se que esta edificação seja de relevância entre os patrimônios históricos existentes na região, por sua função original de expressar as articulações políticas que viabilizaram a extensão de políticas públicas voltadas para agricultura. A edificação do Mercado do Produtor foi desativada e no seu lugar ficou apenas o alicerce (f92).





f90



f91



f92

O Posto de Departamento de Agricultura (f90 e f91), desde que foi construído, passou por diversas reformas e ampliação para se adequar ao uso que se fazia dele em cada contexto, o que resultou em significativas transformações em suas características arquitetônicas. No período em que eram realizados shows e outros eventos, Jorge Tardin construiu um palco em cima da edificação, e nesses momentos, o imóvel passou a servir de camarim para os artistas que se apresentavam, mas depois o palco foi demolido. Outro exemplo de transformação ocorrida foi à construção de uma varanda na frente da fachada (f90) e de duas garagens (f87 a f89), uma ao lado e outra atrás desta edificação.

As paredes, de tijolo e cimento, tanto interna quanto externamente, apresentam falhas na pintura. Dos traços originais permaneceu apenas a fachada, marcadamente de estilo colonial, branca, com janelas de madeira azul claro e com pintura igualmente desgastada pelo tempo.



## TANQUE DE LAVAR ROUPAS



f93



f94



f95

O tanque de lavar roupas foi construído na Fazenda Fortaleza (f93) situada também no Distrito de Barra Alegre no arraial Raul Moraes, em princípios do século XIX, no período em que a região tinha como principal fonte de renda a cafeicultura, com utilização de mão de obra escrava. Esta fazenda era a sede da sesmaria na qual a Fazenda Jorge Tardin pertencia.

O tanque era utilizado por escravas para lavagem de roupas e utensílios domésticos. Mas somente no começo da década de XX é que foi trazido, em carro puxado a boi, para a Fazenda Jorge Tardin. Atualmente (2013), ainda se pode ver em suas laterais as marcas deixadas pelas argolas de ferro (f95) que eram utilizadas para aprisionar as mulheres enquanto trabalhavam, embora, na Fazenda Jorge Tardin, a mão de obra escrava não fosse utilizada.





f96



f97



f98



f99

No início dos anos 1900 ele foi abandonado, em vista da canalização das fontes de água, e somente na década de 1980 foi construída uma cobertura (f96). Com isto o espaço também passou a ser ocupado para a realização de almoços pelos visitantes da fazenda, função ao qual ainda se destina como se pode notar pelas mesas e cadeiras e por uma churrasqueira de ferro, situados ao lado do tanque.

O tanque possui dois compartimentos (f97): um que comporta a fonte de água e um reservatório. Foi construído com blocos maciços de pedra sabão, pintados de tinta cal externamente e em estado bruto do lado de dentro. O compartimento onde está à fonte é perfurado internamente, sem canalização. Originalmente o orifício por onde entra a água no tanque era ornamentado por uma cabeça de leão e, sobre esta, também em pedra, um macaco. Essas esculturas foram quebradas e substituídas por uma estrutura redonda de ferro com uma torneira de plástico ao centro (f98).





f100



f101



f102

A única parede da estrutura de concreto que abriga o tanque está coberta por depósitos e registros dos nomes de pessoas que estiveram na fazenda (f100), assim como as laterais do mesmo. O chão, também de cimento, encontra-se quebrado, com várias falhas.

A estrutura de ferro ao redor da bica está enferrujada e a torneira de plástico está em bom estado (f101 e f102). As mesas e cadeiras também estão danificadas, assim como os bancos de madeira e a churrasqueira que encontra-se enferrujada. Como já foi mencionado, é neste local que os irmãos Tardin pretendem construir uma espécie de museu, chamado por eles de "Casa da Memória".



## USINA HIDRELÉTRICA/ PISCINA



f103



f104



f105



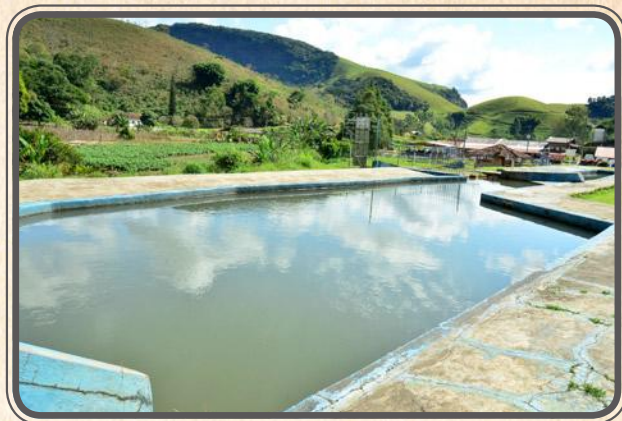
f106

Na década de 1950, a região onde está localizada a fazenda não estava conectada à rede elétrica. Buscando solucionar este problema, Jorge Tardin construiu uma pequena usina hidrelétrica para abastecer a propriedade. Desta forma, tornou-se necessário estruturar um reservatório de água (f103 a f106), para que, a partir do mesmo, acionassem os geradores de energia. Esta foi a principal função da edificação até a década de 1980, quando a região foi interligada à rede de eletricidade do município de Bom Jardim e a usina foi desativada. O reservatório passou a ser cada vez mais utilizado pelos visitantes do local para se banhar. Assim, em meados da década de 1980, a edificação foi adaptada para a função de piscina, de água natural, e, atualmente, é um dos patrimônios que mais atrai público para a fazenda.





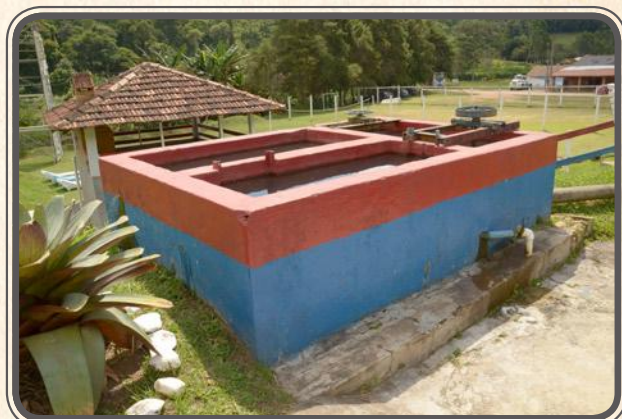
f107



f108



f109



f110



f111



f112

Esses reservatórios, transformados em piscinas (f107 a f110), foram feitos de cimento. Embora estejam em bom estado de conservação, ou seja, não apresentem rachaduras ou qualquer falha em sua estrutura, pretende-se realizar algumas reformas, como azulejar as piscinas e cercá-las, por motivo de segurança. A caixa de distribuição (f11 e f112) tinha três compartimentos e era acionada para direcionar o fornecimento de energia elétrica para as edificações.





f113



f116



f114



f115



f117

A área externa a piscina apresenta um jardim com bromélias típicas da Mata Atlântica, cadeiras e guarda sol para as pessoas que frequentam as piscinas (f113 e f114). Tem também um tobogã instalado na fazenda (f116 e f117). Próximo a piscina foi construído um banheiro para homens e outro para mulheres (f115).



## SILOS PARA FORRAGENS



f118



f119



f120

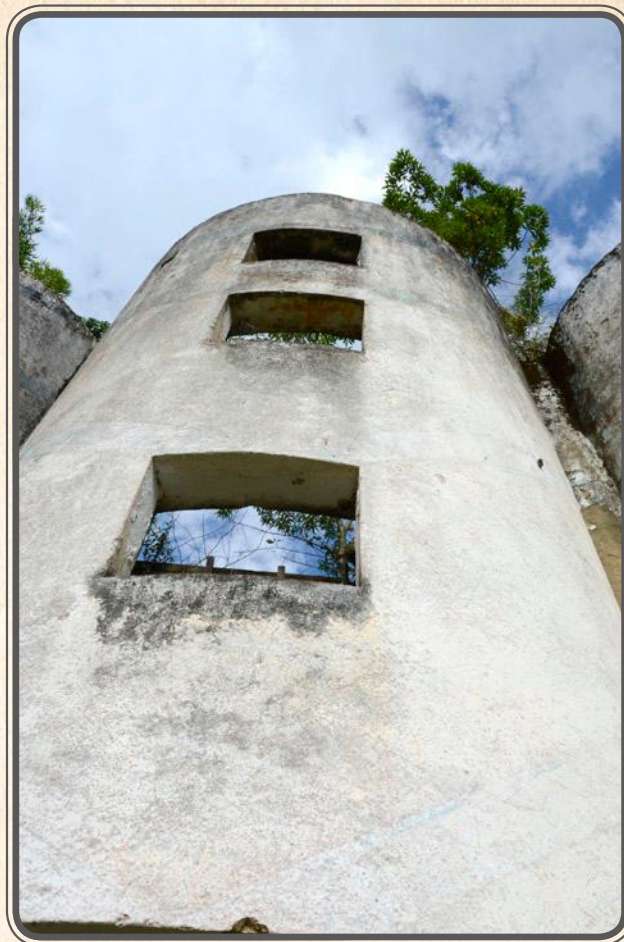
Em meados da década de 1970, foi construído na fazenda um conjunto de três silos para forragens (f118 a f120), chamados silos de encosta, que representam o modelo de ensilamento desenvolvido no contexto da chamada 'Revolução Verde', que ganhou impulso no Brasil, especialmente, de meados da década de 1960 à década de 1980. A exemplo, de grande parte das tecnologias agrícolas desenvolvidas sob este paradigma, esta técnica foi criada em clima subtropical para ser replicada nas áreas tropicais, e foi disseminada na região de Bom Jardim em meados da década de 1970, por técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Os silos de encosta, chamados assim, por serem construídos junto às encostas para facilitar o trabalho de carregamento, são construções destinadas ao armazenamento e conservação de forragens verdes, utilizadas para suplementar as pastagens durante a época em que a disponibilidade de forragem era baixa.





f121



f123



f122

A colocação de janelas ao longo da parede do silo (f121 a f123) facilitava a descarga, pois a silagem era retirada pela janela imediatamente acima do nível da silagem, como também melhorava as condições para os trabalhadores durante a compactação e a retirada da silagem. Atualmente, pode-se observar que a grande maioria desses silos não está em atividade na região de Bom Jardim, tendo sido substituídos pela ensilagem com lona, ao longo da década de 1990, realizada diretamente sobre o solo. Os silos foram paulatinamente entrando em desuso, em vista da grande necessidade de mão de obra para a sua utilização, e atualmente encontram-se abandonados.

Suas características tipológicas representam o modelo usado entre as décadas de 1960 e 1980 no país. Construídos de concreto e pintado externamente com tinta cal, têm 12 metros de altura e capacidade para armazenar 45 toneladas de forragens cada um. Os irmãos Tardin objetivam manter esta edificação por suas características estéticas, que, na concepção dos mesmos, enfatiza o aspecto de ruralidade. As três estruturas estão intactas, sem rachaduras, apresentando apenas desgaste na pintura externa.



# CAMPO DE FUTEBOL



f124



f125





f126



f127



f128



f129

Na década de 1960, foi construído um novo campo de futebol (f127), atrás da área onde se localizam o bar e restaurante e o antigo posto. Atualmente, o terreno em que havia sido construído o primeiro campo, na década de 1940, faz parte de outra propriedade.

Até fins da década de 1990 os jogos de futebol foram um dos mais importantes atrativos de recreação do local, levando a população dos diferentes povoados da região a passar as tardes de domingo na fazenda, para assistir aos jogos ou mesmo reencontrar amigos, conversar sobre os mais diversos assuntos, tratar de negócios, paquerar, namorar. Atualmente, os jogos de futebol nas localidades rurais de Barra Alegre vêm sofrendo um expressivo decréscimo de público, principalmente dos segmentos mais jovens. Esta redução do interesse de grande parte das comunidades pelo futebol tem levado ao desaparecimento de muitos times e ao abandono de seus campos.



Nas estruturas ao redor do campo, ou seja, bancos e cerca, foram utilizados materiais reaproveitados de demolições, resultando em uma aparência bastante rústica. O campo da Fazenda Jorge Tardin, ao contrário do que comumente ocorre com os demais existentes nas áreas rurais, possui correspondência exata com as medidas consideradas 'oficiais'. A grama é nativa e encontra-se em bom estado de conservação, embora não tenha ocorrido mais os jogos.

O campo de futebol foi o primeiro atrativo de recreação construído na Fazenda Jorge Tardin, "o primeiro centro de lazer" da propriedade. A "festa do futebol", que passou a ocorrer quase todos os finais de semana, após a construção do campo, motivou a dinamização das atividades recreativas na fazenda. Segundo Jorge Tardin Filho, "futebol era todo o domingo, né?". Os jogos de futebol motivavam a realização de festas, atraindo grande público: "Porque tinha futebol, ele (Jorge Tardin) sempre fez festa, e as pessoas, naquela época tinha muito pouca opção de lazer e vinham todas pra cá".

Diversos são os motivos que levavam a população a passar as tardes de domingo no campo, assistindo aos jogos dos campeonatos de futebol. Neste espaço reencontravam amigos, conversavam sobre os mais diversos assuntos, travavam negócios, como também, assistiam os jogos de futebol. Estes jogos também eram de importância para as interações sociais entre as pessoas dos diferentes povoados, pois a cada domingo os jogos eram realizados em comunidades diferentes, levando os residentes de uma comunidade visitar as demais, para assistirem e torcerem por seu time.

Assim, de meados da década de 1940 a fins da década de 1990, o campo de futebol foi um dos importantes atrativos de recreação. A partir de fins da década de 1990, Jorge Tardin Filho, destacou ter passado a ocorrer certo desinteresse pelas partidas de futebol realizadas nos povoados rurais, principalmente pelo segmento juvenil, acarretando a diminuição de público nas partidas de futebol, desaparecimento de muitos times e o abandono de seus campos de futebol (f130 a f134).